

Ação de Investigação Judicial - AIJE



Coletânea de Jurisprudência

Temas Selecionados

APRESENTAÇÃO

Trata-se de coletânea temática de jurisprudência dos tribunais eleitorais, em especial do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, com os assuntos mais pesquisados pela Seção de Jurisprudência. Os dados disponibilizados traduzem o entendimento à época do julgamento, sendo passíveis de modificação em julgamentos futuros.

Para cada tema apresentado foram disponibilizadas algumas decisões, com a transcrição da ementa ou de algum outro trecho relevante sobre o assunto em pauta, sendo possível acessar o inteiro teor clicando no número da referida decisão.

Na impossibilidade de abertura do hiperlink, o inteiro teor dos acórdãos da Justiça Eleitoral pode ser acessado no site deste Regional em "Jurisprudência/ Pesquisa de Jurisprudência e Súmulas" no endereço eletrônico: <a href="https://www.tre-sp.jus.br/jurisprudencia/pesquisa-dejurisprudencia/pesquisa-dejurisprudencia/pesquisa-dejurisprudencia/pesquisa-dejurisprudencia/pesquisa-dejurisprudencia/pesquisa-

Este serviço possui caráter meramente informativo e não contempla todas as hipóteses possíveis. É imprescindível a leitura da íntegra das decisões.

SUMÁRIO

1.	RITO PROCESSUAL	. 5
2.	LITISPENDÊNCIA	. 6
2.1.	Litispendência ente Ação de Investigação Judicial (AIJE) e Ação de Impugnação de Impug	ek
Manda	ato Eletivo (AIME)	. 7
3.	PRAZO DE AJUIZAMENTO	. 9
3.1.	Termo Inicial	. 9
3.2.	Termo Final	
4.	COMPETÊNCIA	
5.	LEGITIMIDADE ATIVA	
6.	LEGITIMIDADE PASSIVA	
6.1.	Litisconsórcio Passivo Necessário	
6.1.1.		
	mico e uso indevido dos meios de comunicação	
6.1.2.	Em processos que versem sobre condutas vedadas (art. 73 da Lei 9.504/97)	25
6.1.3.	Em processos que versem sobre fraude à cota de gênero	
6.1.4.	Em processos que versam sobre indivisibilidade da chapa – eleição majoritária	
6.1.5.	Pessoa Jurídica	
7.	INTERESSE DE AGIR	
8.	CAUSA DE PEDIR	
8.1.	Abuso do Poder Econômico	
8.1.1.	Abuso de Poder Econômico. Inobservância dos percentuais de gênero e de raça	
8.2.	Abuso do Poder Político	
8.3.	Utilização Indevida dos Meios de comunicação	
8.4.	Abuso do Poder Religioso	
8.5.	Condutas previstas no artigo 22 da Lei Completar 64/90 cumuladas com Captaçã	
	de Sufrágio – Art. 41-A da Lei n. 9.504/97	
8.6.	Condutas previstas no artigo 22 da Lei Completar 64/90 cumuladas com Condu	
	la - Art. 73 da Lei n. 9.504/97	
8.7.	Condutas previstas no artigo 22 da Lei Completar 64/90 cumuladas com Irregularidad	
	ecadação e Gastos de Campanha - Art. 30-A da Lei n. 9.504/97	
8.8.	Fraude à cota de gênero DECISÃO INTERLOCUTÓRIA	
9.	PROVA	
10. 10.1.		
10.1.	Depoimento Pessoal Testemunhas	
10.2.	TestemunhasInterceptação Telefônica e Gravação Ambiental	
10.3.	Provas Colhidas em Procedimento Preparatório Eleitoral (Art. 105-A da Lei	
9.504/	·	
10.5.	Provas Indiciárias-robusta	
10.5.	i iuvas iiulualias-iuuusla	J

11. 12.	DESISTÊNCIAREVELIA	
13.	JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE	103
14.	MÉRITO	107
14.1.	Gravidade das Circunstâncias do Ato Abusivo e Potencial de Alteração	do
Result	tado da Eleição	107
14.2.	Cassação de Diploma	111
14.3.	Inelegibilidade	115
14.4.	Má-fé	122
15.	CIÊNCIA ÀS PARTES	124
15.1.	Intimação Pessoal – Citação	124
16.	EXECUÇÃO DA DECISÃO	129
17.	RECURSO	134
17.1.	Prazo	134
17 2	Recurso de Terceiro interessado	138

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - AIJE

1. RITO PROCESSUAL

Vide art. 22 da Lei Complementar 64/1990

TSE – Processo n. 0600410-35.2020.6.05.0042 "(...) 3. Não há óbice à imposição de multa por propaganda extemporânea nos autos de AIJE, desde que observado o rito ordinário mais benéfico, previsto no art. 22 da LC n. 64/1990, uma vez que não acarreta prejuízo algum à defesa. Precedente." (Acórdão de 09.06.2022)

TSE – Processo n. 289-18.2016.6.24.0026 "(...) Há muito é assente nesta Corte Superior o entendimento de que "não há óbice a que haja cumulação de pedidos na AIJE, apurando—se concomitantemente a prática de abuso de poder e a infração ao art. 73 da Lei n. 9.504/97, seguindo—se o rito do art. 22 da LC n. 64/90" (AgR—AI n. 11.359/SC, Rel. Min. [...], DJe de 15.6.2011)". (Acórdão de 07.02.2019)

TRE/PR – Processo n. 0603994-65.2022.6.16.0000 "A AIJE e a representação por propaganda extemporânea obedecem a ritos específicos e inconciliáveis, de modo que não se admite a cumulação de pedidos, dada a incompatibilidade entre o rito desta demanda (art. 22 da LC n. 64/90) e aquele descrito nos arts. 96 e ss da Lei n. 9.504/97. Assim, não há de ser conhecido, neste feito, o objeto atinente à aferição da prática, pelos recorridos, de propaganda eleitoral extemporânea". (TRE/BA – Recurso Eleitoral nº 31108, Relator Des. [...], Publicação: DJE – Diário da Justiça Eletrônico, Data 22/09/2017). (Acórdão de 24.01.2024)

TRE/RS – Processo n. 0600131-22.2022.6.21.0143 "(...) 2. A Lei Complementar n. 64/90 disciplinas o rito aplicável à AIJE, que se constitui em demanda de natureza cível com caráter jurisdicional e tem o objetivo de apurar a prática de abuso de poder econômico, abuso de poder político ou de autoridade e o uso indevido dos meios de comunicação social. Segundo entendimento do TSE, "o abuso de poder político, de que trata o art. 22, caput, da LC 64/90,

configura—se quando o agente público, valendo—se de sua condição funcional e em manifesto desvio de finalidade, compromete a igualdade da disputa e a legitimidade do pleito em benefício de sua candidatura ou de terceiros" (RO nº 172365/ DF – Rel. Min. [...] – DJE. 07.12.2017 – DJE 27.02.2018). (Acórdão de 15.08.2023.)

TRE/AP – Processo n. 0601454-07.2022.6.03.0000 "Eleições 2022. Ação de investigação judicial eleitoral. Abuso de poder econômico. Preliminares. Inépcia da inicial e ilegitimidade passiva. Mérito. Caixa dois e gastos em desacordo com a legislação eleitoral. Fragilidade das provas.1. O rito da ação de investigação judicial eleitoral previsto no artigo 22 da Lei Complementar nº 64/90 permite ampla instrução probatória e, portanto, não exige prova préconstituída para admissibilidade da demanda. Precedentes do TSE." (Acórdão de 08.05.2023)

TRE/TO – Processo n. 0600417-45.2020.6.27.0032 "(...) 2. Não sendo a matéria exclusiva de direito, deve—se garantir às partes a vasta produção da prova, principalmente porque o rito processual previsto no art. 22 da Lei Complementar 64/90 prevê ampla dilação probatória para elucidar os fatos trazidos pela parte representante". (Acórdão de 22.02.2022)

2. LITISPENDÊNCIA

TSE - Processo n. 0000309-61.2016.6.25.0032 "(...)10. "O posicionamento hodierno deste Tribunal Superior é no sentido de não se excluir, a priori, a possibilidade de o mesmo fato ser analisado por ângulos diversos cujas consequências jurídicas são igualmente distintas e, por isso mesmo, não acarretam risco de julgados conflitantes, conforme se verifica no julgamento recente dos Recursos Ordinários nº 10–32, 2250–25, 2211–31, 2229–52, 2209–61, 2220–90, 2227–82 e 2230–37, relatados pela e. Ministra (...), DJe de 6.4.2018, em que o TSE decidiu, por unanimidade, excluir a hipótese de litispendência quando as ações confrontadas têm consequências jurídicas distintas'. Importa ressaltar que, nesses precedentes, foi identificada a plena identidade dos fatos, com expresso apontamento dessa circunstância no voto condutor da relatora" (RO 18–40, rel. Min. (...), DJE de 20.2.2019)." (Acórdão de 09.02.2023)

2.1. Litispendência ente Ação de Investigação Judicial (AIJE) e Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)

TSE- Processo n. 0600590-96.2020.6.19.0095

"(...) O TRE/RJ consignou que seria inconveniente o julgamento conjunto deste processo com a AIJE 0600635–03 – em que pese os fatos em apuração sejam relacionados – em razão da discrepância de fases e da complexidade dos feitos, mormente diante do elevado número de litisconsortes passivos e da existência de diligência pericial em curso, o que geraria tumulto processual, além do retardo da macha processual e do desfecho das ações. 5. Segundo a jurisprudência do TSE, "em que pese a regra geral do art. 96–B da Lei nº 9.504/97 disponha que serão reunidas para julgamento comum as ações eleitorais propostas por partes diversas sobre o mesmo fato, o dispositivo comporta interpretação, e, no caso concreto, a celeridade, a organicidade dos julgamentos, o bom andamento da marcha processual e o relevante interesse público envolvido recomendam seja mantida a separação. Precedentes" (AIJE 0601779–05, rel. Min. [...], DJE de 11.3.2021). 6. "A conveniência, ou não, da reunião dos processos, decorrente de eventual conexão ou continência – art. 105 do Código de Processo Civil –, é faculdade do juiz, porquanto cabe a este administrar o iter processual" (RO 1514–49, rel. Min. [...], DJE de 7.8.2013). (Acórdão de 06.11.2023)

TSE- Processo n. 0600352-59.2020.6.06.0121 "(...) 6. De acordo com a jurisprudência deste Tribunal, a litispendência prestigia a segurança jurídica, bem como a economia, a celeridade, a racionalidade e a organicidade da sistemática processual, evitando o manejo de inúmeras demandas que conduziriam ao mesmo resultado, devendo a apreciação da situação fática e jurídica que a impõe ser realizada à luz do caso concreto. Precedentes. 7. Em 5.9.2022, o Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedente a ADI 5507, tão somente para dar interpretação conforme ao § 2º do art. 96-B da Lei 9.504/97, acrescentado pelo art. 2º da Lei 13.165/2015, nos termos da jurisprudência do TSE, segundo a qual pode ser afastada a regra do julgamento conjunto dos feitos relacionados aos mesmos fatos e partes, nos casos em que a celeridade, a duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF), o bom andamento da marcha processual, o contraditório e a ampla defesa (art. 5º, LV, da CF), a organicidade dos julgamentos e o relevante interesse público envolvido recomendarem a separação. 8.

Deve ser preservada a conclusão adotada pela Corte de origem, quanto à impossibilidade, no caso, de extinguir por litispendência a ação de impugnação de mandato eletivo, tendo em vista a distinção do acervo probatório, diante da peculiaridade de que as ações tramitaram em zonas eleitorais distintas e tiveram, inclusive, instrução probatória e provas diferentes uma da outra. (Acórdão de 20.04.2023)

TSE – Processo n. 0600533-36.2019.6.18.0000 "Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME). Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE). Identidade. Fatos. Provas. Partes. Litispendência. Reconhecimento. Provimento. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, "[a] litispendência entre feitos eleitorais pode ser reconhecida quando há identidade entre a relação jurídica-base das demandas, o que deve ser apurado a partir do contexto fático-jurídico do caso concreto" (RO-EI 0601403-89/AC, Rel. Min. [...], DJE de 4/12/2020). Na espécie, verifica-se inequívoca identidade entre a AIME 1-43 e a AIJE 554-27, circunstância que leva ao reconhecimento da litispendência da primeira em relação à segunda, pois se extrai da moldura do aresto regional que: a) ambas possuem a mesma base fática e probatória; b) há coincidência do polo ativo e, no tocante ao polo passivo, o da AIJE é mais extenso; c) a procedência dos pedidos na AIJE poderá acarretar, além da perda dos diplomas, a sanção de inelegibilidade, inexistindo nenhum efeito prático no prosseguimento da AIME. Agravo interno provido para, sucessivamente, negar provimento ao recurso especial e manter, por conseguinte, a extinção da AIME 1-43 sem exame de mérito (art. 485, V, do CPC/2015) diante da litispendência". (Acórdão de 15.04.2021)

TRE/SP – Processo n. 0600893-52.2020.6.26.0213 "(...) Não se desconhece do entendimento de outrora no sentido de que não há litispendência entre AIJE e AIME, por se tratarem de demandas com causas de pedir e objetos distintos. Todavia, recentemente, o c. Tribunal Superior Eleitoral tem se posicionado favoravelmente ao reconhecimento da litispendência nos casos envolvendo as referidas ações caso haja absoluta congruência quanto aos três elementos distintivos da ação. (...) No caso em apreço, a presente AIJE n. 0600893-52.2020.6.26.0213 (protocolada em 01/12/2020) e AIME n. 0600897-89.2020.6.26.0213 (protocolada em 23/12/2020) possuem iniciais idênticas, se diferenciando tão somente em alguns pontos, tais como adequação normativa e nome da ação. Destacase, ainda, que, a despeito de sua previsão Constitucional, o resultado prático decorrente de eventual procedência da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo é tão somente a cassação

do mandato dos eleitos, ao passo que a Ação de Investigação Judicial Eleitoral possui objeto mais amplo, abrangendo, além da cassação do registro ou diploma do candidato, a pena de inelegibilidade. Nesse passo, de rigor o reconhecimento, de ofício, da litispendência entre as duas ações. (....) Nesse passo, de rigor o reconhecimento, de ofício, da litispendência entre as duas ações" (Acórdão de 10.05.2022)

TRE/RS – Processo n. 0600001-97.2021.6.21.0165 "(...) 2. Inexistência de litispendência. O TSE passou a admitir o reconhecimento de litispendência e coisa julgada entre AIJE e AIME quando há identidade entre a relação jurídica-base das demandas, o que deve ser apurado a partir do contexto fático—jurídico do caso concreto. No caso, a presente AIME deduz um fato novo em relação à AIJE anterior, envolvendo suposta coação de colaboradores, fato suficiente para que seja afastada eventual coisa julgada". (Acórdão de 16.12.2022)

TRE/SC – Processo n. 0600662-35.2020.624 "Eleições 2020. Recurso Eleitoral. Ação de impugnação de mandato eletivo (AIME). Sentença de extinção, em razão de litispendência com ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Identidade de partes, de provas e de fundamentos. Objeto da AIJE mais amplo que o do presente AIME, sendo possível naquela, além da cassação do mandato, a aplicação da sanção de inelegibilidade e de multa. Manutenção da sentença de extinção. Desprovimento do recurso. (Acórdão de 11.3.2022).

3. PRAZO DE AJUIZAMENTO

3.1. Termo Inicial

TSE – Processo n.0604524-27.2018.619.0000 "4. A circunstância de os fatos terem sido praticados antes da existência de candidaturas registradas não inviabiliza, por si só, o reconhecimento da conduta vedada nem do abuso. Isso porque as condutas vedadas e o abuso de poder político, objetos de ação de investigação judicial eleitoral, terão termo inicial para o ajuizamento do registro de candidatura, podendo, todavia, levar a exame fatos ocorridos antes mesmo das convenções partidárias. Assim, não cabe confundir o período em

que ocorre o ato ilícito com aquele no qual se admite a sua análise. Precedentes. (Acórdão de 09.05.2023)

TSE - Processo n. 0601236-07.2018.6.07.0000 "Registro de candidatura como termo inicial para o ajuizamento da AIJE .Precedentes. Inaplicabilidade dos julgados invocados. Distinguishing. Peculiaridades do caso concreto. Ajuizamento da AIJE e do pedido de registro com poucas horas de diferença. Inexistência de investigação em momento remoto. Candidato escolhido em convenção. Penúltimo dia para registro. Investigado que ostentava a condição material de candidato. Necessidade de atenção às circunstâncias excepcionais. Prosseguimento da ação. (...) Não se pretende demonstrar equívoco algum nos casos julgados por este Tribunal e já referidos. Tampouco se pretende modificar a jurisprudência para que o marco inicial absoluto seja a escolha em convenções partidárias. Na realidade, o que se demonstra é que a peculiaridade da situação concreta demanda solução jurídica diversa, que encontra respaldo na legislação e na doutrina acima referidas. Deve-se lembrar que este Tribunal sinaliza pela impropriedade técnica de se analisar a condição de candidato sob o ângulo exclusivamente formal. Com o estreitamento do processo eleitoral, a consequência natural foi a antecipação velada de atos políticos por parte de candidatos (ou pré-candidatos), realidade da qual o direito não pode se esquivar (...)". (Acórdão de 06.10.2020)

TRE/SP – Processo n. 0600095-12.2020.6.26.0304 "(...) Todavia, por outro lado, acolhe-se a preliminar no que tange à extemporaneidade da ação no que tange ao alegado abuso dos meios de comunicação, conduta ilegal sujeita a apuração por meio de ação investigação judicial eleitoral, posto que apresentada antes do registro de candidatura. Com efeito, verificase que o presente feito foi proposto no dia 18 de julho de 2020, muito antes da realização da escolha dos candidatos em convenção (com início em 31 de agosto) e, consequentemente, do início do período previsto para o registro de candidatura, sendo, portanto, patente a ausência de interesse de agir. Nesse ponto, é cediço que o prazo inicial previsto em lei para o ajuizamento de ação de investigação judicial eleitoral para apuração de abuso dos meios de comunicação é o registro de candidatura, pois, somente a partir deste momento é possível aferir se houve vantagem em favor de quem já possui a condição de candidato, requisito este, ademais, não observado pelo autor da ação". (Acórdão de 26.11.2020)

TRE/MG – Processo n. 0600013-25.2022.6.13.0319 "(...) 1.3 - O termo inicial para a propositura de AIJE é a formalização do pedido de registro, a partir de quando, para fins do art. 22, da LC nº 64/90, é possível falar em candidato. Precedente do e. TSE." (Acórdão de 26.06.2022)

3.2. Termo Final

TSE – Processo n. 0601237-66.2022.6.10.0000 "Referendo. Concessão. Tutela provisória de urgência. Recurso em mandado de segurança. Eleições 2020. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Ampliação subjetiva da demanda após o prazo decadencial. Ilegalidade. Manutenção do decisum. "(...) 5. Conforme se extrai dos autos, a magistrada, em 16/7/2021, deferiu o ingresso, no polo passivo, do ora recorrente e de terceiros. Contudo, é remansoso o entendimento desta Corte de que o marco final para o ajuizamento da AIJE e, por consequência, para se delimitar o polo passivo da demanda, é a data prevista no calendário eleitoral para que se realize a diplomação dos candidatos eleitos, evento que, nas Eleições de 2020, ocorreu em 18/12/2020. Precedentes. (...)" (Acórdão de 08.08.2023)

TSE – Processo n. 0600994-58.2020.6.26.0094 Agravo. Conversão. Recurso especial. Eleições 2020. Prefeito. Vice-prefeito ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Abuso de poder econômico. art. 22 da LC 64/90. Captação ilícita de sufrágio. art. 41–a da lei 9.504/97. Prazo decadencial. Não ocorrência. Aresto do TRE/SP. anulação. Restabelecimento. Sentença condenatória. Reabertura. Prazo recursal. Provimento". "(...) 2. Na origem, reconheceu—se a decadência por se entender que, embora a AIJE tenha sido ajuizada tempestivamente em 16/12/2020, data da diplomação dos eleitos em Tejupá/SP, o autor emendou a peça inicial apenas no dia 17/12/2020.3. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) pode ser intentada até a diplomação dos eleitos. Essa data deve ser entendida de modo geral e objetivo como sendo o último dia fixado na resolução deste Tribunal Superior que disciplina o Calendário Eleitoral.4. Em processo de registro de candidatos, também se entende que a data definida no Calendário Eleitoral como último dia para diplomação é que deve ser considerada – nesses casos, para analisar eventual fato superveniente que repercuta na candidatura –, independentemente de

a solenidade ter ocorrido antes em determinada circunscrição. Essa regra deve incidir, por simetria, ao prazo de propositura da AIJE, não sendo razoável conferir duas interpretações distintas ao mesmo marco temporal.5. A necessidade e a relevância de se conferir segurança jurídica na definição do termo final para propositura de ações eleitorais é ainda mais evidente na espécie. Consta de modo expresso do acórdão regional que o TRE/SP editou resolução determinando às zonas eleitorais que publicassem, no sítio eletrônico daquela Corte, com dois dias de antecedência, a data designada para a diplomação dos eleitos, o que não foi atendido no caso dos autos. Em acréscimo, os recorridos foram diplomados "de forma eletrônica", como certificado pela 94ª ZE/SP, por se estar no auge da pandemia oriunda da Covid-19. 6. Sendo o marco final para o ajuizamento da AIJE a data de 18/12/2020, último dia fixado no Calendário Eleitoral para a diplomação dos eleitos, tem-se que o protocolo da ação na espécie em 16/12/2020, seguido da emenda à exordial em 17/12/2020, afasta a consumação da decadência.7. Hipótese em que se impõe anular o aresto a quo e a decisão proferida nos segundos embargos pelo juízo de primeiro grau para restabelecer a condenação e reabrir o prazo recursal, não sendo possível determinar desde logo o julgamento pela Corte de origem, pois, com o provimento do recurso especial do autor da AIJE, é necessário conferir aos ora recorridos a oportunidade de interpor eventual recurso eleitoral ao TRE/SP.8. Recurso especial a que se dá provimento a fim de afastar a decadência e, por conseguinte, anular o aresto a quo e a decisão proferida nos segundos embargos pelo juízo de primeira instância, restabelecendo-se a sentença condenatória, com reabertura do prazo recursal. (Acórdão de 20.04.2023)

TSE – Processo n. 0000357-73.2016.6.26.0070 "(...) Ocorre, porém, que há outros julgados desta Corte, que, simplificando a matéria, elegem a data da diplomação como termo final do prazo decadencial, sem qualquer ressalva quanto à necessidade de o ajuizamento da representação ocorrer antes da realização do evento de diplomação (...)". "(...) Além disso, na mesma sessão em que foi proferido o acórdão invocado pelo recorrente (RO 1052-77), em 7.11.2007, há julgado desta Corte, fixando a data da diplomação como o termo final do prazo decadencial, inclusive com o registro na fundamentação de que a ação "pode ser intentada até a data da diplomação dos candidatos eleitos, e não até o ato da diplomação. Nesse contexto, acompanho a linha hermenêutica que fixa como termo final do prazo decadencial para ajuizamento da AIJE a data da diplomação, e não o momento preciso de sua ocorrência.

Isso porque condicionar o termo final do prazo decadencial ao horário do ato de diplomação vai de encontro à tendência de simplificação do sistema de acesso à justiça, que se percebe, v.g., da unificação dos prazos recursais pelo atual Código de Processo Civil (art. 1.003, § 5º). Nesse sentido, se a data da diplomação delimita de forma precisa a extensão do prazo decadencial para o ajuizamento da representação do art. 22 da LC n. 64/90, acrescentar mais um componente à solução da questão, condicionando o seu termo final ao horário da diplomação é tornar mais complexo o que deveria ser simples, sem qualquer benefício ao cumprimento da finalidade do prazo de obstar que as discussões a respeito dos acontecimentos em torno das eleições fiquem eternamente pendentes. Além disso, definir o dies ad quem do prazo decadencial como o dia da diplomação proporciona correta aplicação ao princípio (postulado) da segurança jurídica, na sua vertente da confiabilidade, garantindo que o legitimado ativo não seja surpreendido por eventual antecipação do ato de diplomação, além de se mostrar coerente à referida metanorma, sob a perspectiva da calculabilidade, preservando legítimas expectativas, derivadas da própria jurisprudência desta Corte, quanto à possibilidade de exercício do direito de ação ao longo do dia da diplomação, independentemente do seu horário de realização. Desta feita, sendo proposta a presente demanda na data da diplomação, como se extrai do acórdão regional, não há falar em decadência do direito de ação, restando incólumes os arts. 482, II, do CPC e 22, § 1º, da Res.-TSE n. 23.462. Superada, então, a questão prejudicial de mérito, avanço ao exame do tema de fundo.". (Acórdão de 09.03.2021)

TRE/SP – Processo n. 0600085-89.2021.6.26.0317 "(...) A legislação que rege a matéria não estipula prazo decadencial para o ajuizamento da ação de investigação judicial eleitoral. Contudo, por construção jurisprudencial, entende-se que as demandas que tratam de abuso de poder econômico e político podem ser propostas até a data da diplomação porque, após esta data, restaria o ajuizamento da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) e do Recurso Contra Expedição do Diploma (RCED) (TSE - REspe 718-81, rei. Min. (...) DJE de 5.4.2019). II - No caso dos autos, a diplomação dos candidatos eleitos no pleito municipal de 2020 ocorreu no dia 18.12.2020, sendo que a presente ação de investigação judicial eleitoral foi protocolada apenas no dia 14.05.2021. Portanto, é de rigor o reconhecimento da decadência. III — Os prazos processuais decadenciais são necessários para efetivação da segurança jurídica". (Acórdão de 18.04.2022)

TRE/RO – Processo n. 0602011-63.2022.6.22.0000 "Como já mencionado na parte preambular, os investigados sustentam que a AIJE foi proposta no dia 15/12/2022, às 23h51min, momento posterior ao horário do ato de diplomação da investigada [...] no cargo de deputada estadual. Ocorre que o termo final para ajuizamento da AIJE, segundo a jurisprudência sedimentada do TSE, é apenas a data e não o ato ou o horário da diplomação dos eleitos. (Acordão de 30.10.2023)

TRE/CE – Processo n. 0600510-82.2020.6.06.0067 "Eleições 2020. Recurso eleitoral. Ações de investigação judicial eleitoral. Prejudicial de decadência. Matéria de ordem pública. Data da diplomação. Acolhida. "... Sentenças mantidas.". "No mesmo sentido, é pacífico na jurisprudência pátria que o marco final para o ajuizamento da Ação de Investigação Eleitoral é a data da diplomação dos eleitos, e uma vez ultrapassado este, decai o direito da parte legitimada de propor a ação em foco, vejamos: (...) " 2. A data da diplomação é o termo final para ajuizamento da ação de investigação judicial eleitoral e da representação por captação ilícita de sufrágio. Precedentes.". (Acórdão de 01.12.2022)

TRE/PA – Processo n. 0601544-66.2020.6.14.003 "(...) 4. Conforme já sedimentado pelo e. Tribunal Superior Eleitoral, a ação de investigação judicial eleitoral pode ser ajuizada até a data da diplomação dos candidatos eleitos, tendo em vista que após essa data, restaria, ainda o ajuizamento de ação de impugnação de mandato eletivo (AIME) e de recurso contra a expedição do diploma (RCED). 5. Ademais, estabelece o TSE que deve ser acompanhada a linha hermenêutica que fixa como termo final do prazo decadencial para ajuizamento da AIJE a data da diplomação, e não o momento preciso de sua ocorrência". (Acórdão de 31.03.2022)

TRE/GO – Processo n. 0600817-59.2020.6.09.0097 "(...) 1. O termo final para propositura da AIJE, bem como para a emenda à sua inicial, é a data da diplomação dos eleitos (Precedentes TSE), não havendo, pois, falar—se em decadência" (Acórdão de 21.03.2022)

4. COMPETÊNCIA

Vide art. 22 da Lei Complementar 64/1990

TSE - Processo n. 0608556-41.2022.6.26.0000 "Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Eleições 2022. Deputada Federal. Abuso de Poder Político e Uso indevido dos meios de comunicação. Tribunal Regional Eleitoral. Competência Absoluta. Circunscrição do pleito. Restituição da Ação ao Juízo Competente.1. Trata-se de ação de investigação judicial eleitoral (AIJE), proposta perante o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, com vistas a apurar alegado abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação em razão da publicação, por parte da investigada, de conteúdos alegadamente desinformativos a respeito do processo de votação e da Justiça Eleitoral. 2. O feito foi remetido a esta Corregedoria-Geral Eleitoral, por suposta conexão com processos relativos à eleição presidencial.3. A reunião de feitos conexos, prevista nos arts. 54 e 55 do Código de Processo Civil, não se aplica a ações originárias submetidas a competência absoluta diversa. 4. Na mesma linha, o caput do art. 96-B da Lei nº 9.504/97 trata da reunião de processos distribuídos a magistrados de mesmo grau, enquanto o § 2º do dispositivo cogita de momento em que a primeira ação esteja em grau recursal, após já ter sido apreciada pelo juízo que recebe a segunda ação. 5. Mesmo nesses casos, a jurisprudência do TSE já havia firmado entendimento no sentido de que a reunião de feitos não é obrigatória. O STF, dando interpretação conforme ao § 2º do art. 96-B da Lei nº 9.504/97, confirmou essa diretriz (ADI nº 5507, Rel. Min. [...], DJE de 03/10/2022).6. As regras referidas consideram a racionalidade processual, pois não se justificaria a concentração, na Corregedoria-Geral Eleitoral, de todas as ações ajuizadas em quaisquer unidades da federação a respeito de fatos assemelhados, em prejuízo à tramitação célere das ações relativas ao pleito presidencial. 7. Na hipótese, a Corregedor Regional Eleitoral de São Paulo é o órgão competente para conhecer das Ações de Investigação Judicial Eleitoral relativas às eleições ocorridas naquela circunscrição estadual. 8. Eventual aproveitamento de atos processuais praticados nas AIJEs presidenciais poderá ser efetivado por meio de cooperação judicial, caso solicitado o compartilhamento de provas.9. Determinada a restituição dos autos à Corregedoria Regional Eleitoral de São Paulo. (Decisão Monocrática de 10.07.2023)

TSE – Processo n. 0600814-85.2022.6.00.0000 "(...) Preliminar de incompetência da Justiça Eleitoral. Rejeitada. 8. A Justiça Eleitoral é competente para apurar desvios de finalidade de atos praticados por agentes públicos, inclusive por Chefe de Estado, quando da narrativa se extrair que o mandatário se valeu do cargo para produzir vantagens eleitorais para si ou

terceiros. Entender o contrário seria criar uma espécie de salvo-conduto em relação a desvios eleitoreiros ocorridos, justamente, no exercício do feixe de atribuições mais sensível do Presidente da República. 9. Na hipótese dos autos, os requisitos para a definição da competência do TSE foram devidamente delimitados pela parte autora. Narra-se que o Presidente da República, utilizando-se de seu cargo, convocou reunião com embaixadores de países estrangeiros, mas, agindo com desvio de finalidade, teria passado a atacar a integridade do sistema eleitoral, em estratégia amoldada à de sua campanha, beneficiando-se, ainda, da ampla repercussão da transmissão do evento pela TV (...). 10. Os argumentos trazidos pelos investigados, no sentido de que atos de governo não se sujeitam a controle jurisdicional, pressupõem que inexista o desvirtuamento para fins eleitorais, matéria a ser examinada no mérito." (Acórdão de 13.12.2022)

TSE – Processo n. 0601585-09.2018.6.25.0000 "(...) Ademais, a fixação da competência se dá *in status assertionis*, com "a apresentação ou relação de evidências, ainda que indiciárias, da ocorrência do ilícito, conforme se extrai da dicção do art. 22, caput, da Lei Complementar 64/1990, porquanto a colheita de provas faz-se no curso da instrução processual". (AIJE 0601864-88, rel. Min. (...), DJE 25.09.2019). 7. As atribuições do Corregedor Regional estão definidas no art. 26, § 1º do CE c/c com o art. 8º e seguintes da Res.-TSE 7.651/65, não se tratando de julgamento por tribunal de exceção, além da competência prevista no art. 22 da LC 64/90. Portanto, a distribuição de processos aos juízes auxiliares (com competência prevista no art. 96 da LE) e ao Corregedor Regional não configura instituição de juízo de exceção, estando previamente prevista no ordenamento jurídico ". (Acórdão de 17.03.2022)

TRE/SP – Processo n. 1-92.2017.6.26.0345 "(...) As preliminares de incompetência da Justiça Eleitoral, decadência, inadequação da via eleita e violação aos princípios constitucionais do devido processo legal, ampla defesa, contraditório suscitadas pelos recorrentes não merecem prosperar. Segundo os recorrentes, a Justiça Eleitoral não tem competência para o julgamento deste processo, vez que os atos e fatos que ensejaram a propositura da presente ação teriam ocorrido antes do período eleitoral. Contudo, a competência para conhecer e julgar as Ações de Impugnações de Mandato Eletivo (AIME) é da Justiça Eleitoral, conforme se extrai da redação do artigo 14, § 10, da Constituição Federal. "§ 10. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, • instruída a ação com provas de abuso do poder econômico,

corrupção ou fraude". (Grifos nossos). Trata-se de competência absoluta em razão da Matéria, que é especializada, e independe das datas em que ocorreram os fatos. Ensejadores da propositura da demanda, bastando que o objeto da ação seja a apuração de suposto abuso de poder econômico, corrupção ou fraude, que possam, em tese, beneficiar candidato ou de partido político, como na espécie". (Acórdão de 09.04.2018)

TRE/CE – Processo n. 0600097-79.2022.6.06.0041 "(...) Suscitaram os investigados a preliminar de incompetência da Justiça Eleitoral, aduzindo que não existe "uma prova sequer do suposto abuso de poder político com vistas a quebrar a isonomia do pleito, bem como não foi indicado na exordial o candidato que seria beneficiado com a suposta conduta", concluindo que "não há irregularidade a ser apurada por este juízo". Tendo em vista que a presente ação trata de suposta conduta vedada a agentes públicos, prevista no art. 73, V, da Lei nº 9.504/1997, que teria acarretado, também, em atos de abuso de poder, causando desequilíbrio no pleito de 2022, entendo que o caso em tela refere-se a matéria eminentemente eleitoral. Deste modo, a violação à legislação eleitoral firma competência desta Justiça Especializada para apreciação do feito. Logo, rejeito a preliminar de incompetência suscitada(...)". (Acórdão de 08.03.2024)

TRE/BA – Processo n. 0604640-81.2022.6.05.0000 "Eleições 2022. Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Alegação de abuso de poder político e conduta vedada. "(...) 1-Preliminar de incompetência da Justiça Eleitoral para julgar atos de improbidade administrativa. Afastase a preambular, uma vez que a Justiça Eleitoral tem competência para apurar atos de improbidade administrativa, quando estão correlacionados com o pleito eleitora I(...)"." (...) Assim, resta claro que a Justiça Eleitoral tem competência para analisar condutas que podem, também, consubstanciar atos de improbidade administrativa, desde que tais condutas estejam diretamente relacionadas com o pleito eleitoral, caracterizando abuso de poder político/econômico ou dos meios de comunicação, o que evidentemente será apurado no mérito(...)". (Acórdão de 05.09.2023)

TRE/PB – Processo n. 0601626-52.2018.6.15.0000 "(...) A Justiça Eleitoral é competente para apurar aumento de gastos com pessoal quando as contratações de servidores públicos, máxime as realizadas em ano eleitoral, são apontadas como um dos fatores de desequilíbrio entre os candidatos a cargos eletivos. "(...). É óbvio que a preliminar não deve prosperar.

Como é sabido, os atos administrativos podem ser investigados sob diversas óticas: improbidade administrativa (Lei de Improbidade) criminal (Código Penal) e eleitoral (Lei das Eleições). Neste último caso, a própria Lei n. 9.504/97, em seu Art. 73, § 7º, afirma que as condutas enumeradas no caput caracterizam, ainda, atos de improbidade administrativa. De igual forma, o Art. 78, caput, do mesmo Estatuto prevê que a aplicação das sanções previstas para as condutas vedadas ocorrerá sem o prejuízo de outras de natureza constitucional, administrativa ou disciplinar fixadas pelas demais leis vigentes. Em sendo assim, compete à Justiça Eleitoral analisar os atos administrativos relativos a qualquer forma de contratação de servidores, durante o microprocesso eleitoral (...)". (Acórdão de 16.09.2021)

TRE/MS – Processo n. 0601608-15.2018.6.12.0000 "Ação de investigação judicial eleitoral. Conduta vedada. Uso de alunos de escola pública em gravação de programa eleitoral. Falta de provas da participação de agentes públicos na prática descrita e do abuso de poder político para a consecução da conduta. Improcedência. (...) inexistindo a condição de agente público ou a prova de conhecimento e de ação deliberada por parte dos servidores públicos mencionados, não há falar em conduta vedada, nos termos do art. 73 da Lei n. 9.504/1997. Tem-se conduta que contraria a legalidade, mas cujas consequências extrapolam a competência da Justiça Eleitoral". (Acórdão de 12.11.2019)

5. LEGITIMIDADE ATIVA

Vide art. 22 da Lei Complementar 64/1990

TSE – Processo n. 0608602–30.2022.6.26.0000 "3. Registro que, mesmo que a inadequação pudesse ser superada, o recurso ordinário também não mereceria ser admitido, ante a ilegitimidade do recorrente. Isso porque, conforme bem lançado pelo Vice—Procurador—Geral Eleitoral em seu parecer (ID 159062839, fl. 4): [...] o Diretório Municipal ajuizou ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação contra Deputada Federal, não observando, assim, a regra que estabelece a legitimidade dos atores do processo eleitoral em compasso com a respectiva circunscrição

do pleito. A jurisprudência do TSE recusa a legitimidade ativa do diretório municipal para discutir matérias alheias aos limites da sua circunscrição. (Decisão monocrática 01.08.2023)

TSE – Processo n. 0600590-96.2020.6.19.0095 "(...)10. Apesar de as coligações se extinguirem com o término do processo eleitoral, não há impedimento de que seja mantida sua legitimidade para atuação, como forma de assegurar o interesse público de apuração dos ilícitos eleitorais. 11. O entendimento adotado pela Corte Regional está em consonância com a orientação do TSE no sentido de que, "com o advento das eleições, há legitimidade concorrente entre a coligação e os partidos que a compõem, para fins de ajuizamento dos meios de impugnação na Justiça Eleitoral" (AgR–REspe 363–98, rel. Min. [...], DJE de 26.3.2010) (...)". (Acórdão de 06.11.2023)

TRE/SP – Processo n. 0600333-14.2020.6.26.0051 "(...) Ilegitimidade ativa dos partidos coligados para o pleito majoritário, para ajuizarem AIJE em face de candidatos aos cargos de prefeito e vice-prefeita. art. 6°, § 4°, da lei n. 9.504/97. Legitimidade ativa, contudo, para demandar em face de candidatos ao cargo de vereador. Mérito. Não demonstrada a distribuição gratuita de bens ou serviços em período eleitoral, em benefício dos candidatos representados. Programa executado pela secretaria de estado da habitação e pelo município de forma impessoal. Litigância de má-fé não configurada. Recurso desprovido.". (Acórdão de 22.11.2021)

TRE/SP – Processo n. 0600962-97.2020.6.26.0047 "(...) Inicialmente, deve ser reconhecida a legitimidade ativa ad causam da Coligação [...], estabelecida apenas no pleito majoritário, para ajuizar Ação de Investigação Judicial Eleitoral – AIJE em detrimento de candidatos ao cargo de vereador, vez que o artigo 22, caput, da Lei Complementar n. 64/1990, confere essa possibilidade a "qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral". (Acórdão de 25.05.2021)

TRE/SP – Processo n. 0600694-94.2020.6.26.0127 "(...) Ainda, antes de adentrar no mérito, deve-se pontuar que, segundo entendimento do C. Tribunal Superior Eleitoral, "a coligação detém legitimidade para ajuizar ações eleitorais, mesmo depois da realização das eleições, haja vista que os atos praticados durante o processo eleitoral podem repercutir até após a diplomação" (TSE, RESPE n. 3776232 – [...], rel. Min. [...], DJE de 08/11 /2011). Ou seja, mesmo após a diplomação dos eleitos, a coligação possui legitimidade para pedir a abertura

de investigação judicial, conforme lhe permite o artigo 22, caput, da Lei Complementar n. 64/1990. Entretanto, neste caso, a legitimidade da coligação recorrente é ainda mais evidente, já que a ação foi proposta em 22 de outubro de 2020 (ID [...]), antes mesmo da realização do pleito, e o recurso foi protocolado em 19 de novembro de 2020 (ID [...]), antes da diplomação. Dessa forma, a alegação de ilegitimidade ativa superveniente da Coligação [...] deve ser rejeitada". (Acórdão de 15.03.2021)

TRE/BA – Processo n. 0604640-81.2022.6.05.0000 "(...)2-Preliminar de ilegitimidade ativa. Inacolhe-se a prefacial, pois o Representante candidato a deputado estadual possui legitimidade para pedir abertura de investigação judicial, nos termos do art. 22 da Lei Complementar n° 64/90. "(...) No tocante à arguição de que candidato a deputado estadual seria parte ilegítima para figurar no polo ativo contra prefeito municipal, não procede esta arguição, posto que o alcaide atuou, em tese, como o autor do ato ilícito que beneficiou a candidata ao pleito proporcional [...]. (Acórdão de 05.09.2023)

TRE/MG – Processo n. 0600636-05.2020.6.13.0111 "(...) A legitimidade é questão de ordem pública. Matéria pode ser conhecida em qualquer tempo e grau de jurisdição. Artigo 485, §3°, do CPC. Preclusão não verificada. A Coligação deve funcionar como um só partido. Agremiação coligada não possui legitimidade para atuar de forma isolada perante a Justiça Eleitoral. Exceção apenas para impugnar a própria Coligação. Previsão do artigo 6° da Lei 9.504/1997. O ordenamento jurídico deve ser interpretado de forma sistemática. O recorrente participou das Eleições majoritárias de 2020, no Município de (...), coligado ao (...). AIJE ajuizada antes do pleito eleitoral. Impossibilidade de atuação isolada de partido coligado antes das Eleições. Entendimento corroborado pela doutrina pátria. Precedentes do TSE e deste Tribunal. Ilegitimidade do (...).". (Acórdão de 24.11.2022)

TRE/CE – Processo n. 0600377-48.2020.6.06.0032 "Eleições 2020. Recursos eleitorais. Ação de investigação judicial eleitoral. Sentença pela improcedência da AIJE. Recursos das candidatas tidas por fictícias conhecidos parcialmente. Apenas no que sucumbiram as recorrentes. Multa aplicada em primeiro grau afastada. Embargos sem nítida natureza protelatória. Recursos parcialmente providos. Questões de ordem pública. Legitimidade ativa e passiva. Rejeitadas. Correção e regularidade dos polos da demanda. Mérito. Cotas de gênero. art. 10, § 3º, da lei n. 9.504/97. Candidaturas femininas supostamente fictícias. Não

comprovada fraude à lei eleitoral. Acervo probatório frágil. Recurso da parte investigante desprovido. Sentença mantida. Ilegitimidade ativa 7. O candidato é parte legítima, conforme rol do art. 22 da LC n. 64/90, para propositura de AIJE, ainda que não eleito e não aufira benefício direto com o provimento da ação, conforme pacífica doutrina e jurisprudência, pois esta tem como objetivo o interesse público de resguardar a lisura e a normalidade do processo eleitoral. Questões de ordem rejeitadas." (Acórdão de 19.08.2022)

TRE/PR – Processo n. 0600340-38.2020.6.16.0098 "(...) 1. O partido político possui legitimidade para ajuizar isoladamente Ação de Investigação Judicial Eleitoral em face de candidato para eleição proporcional" (Acórdão de 02.05.2022)

TRE/PA – Processo n. 0600532-31.2020.6.14.0096 "Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Eleições 2020. Ausência de legitimidade ativa do órgão partidário municipal. Não constituído na época do ajuizamento da ação. Recurso conhecido. Preliminar de ilegitimidade acolhida. Extinção do processo sem resolução de mérito. "(...) 2. Depreende-se dos autos a ausência de comissão provisória ou de diretório municipal regularmente constituída junto ao Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias, à época do ajuizamento da ação, para propositura desta AIJE pelo partido representante. Portanto, isso impõe o reconhecimento da ausência de legitimidade ativa. 3. A ausência de legitimidade ativa, em sede de preliminar, enseja extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. 4. Sentença zonal mantida. 5. Recurso conhecido, porém, no mérito, prejudicado em razão do acolhimento da preliminar de ilegitimidade ativa para extinguir o processo sem resolução do mérito". (Acórdão de 28.09.2021)

6. LEGITIMIDADE PASSIVA

6.1. Litisconsórcio Passivo Necessário

6.1.1. Em processos que versam sobre abuso do poder político, abuso do poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação

STF – ARE n. 1392384 "(...) Registro que, com exceção do entendimento firmado para as Eleições 2016, a jurisprudência histórica desta Corte sempre foi no sentido de não se exigir a formação de litisconsórcio passivo necessário, em AIJE, entre o candidato beneficiário e o autor da conduta ilícita. (...). Conforme restou expressamente consignado no acórdão questionado, de fato, houve a viragem jurisprudencial para o pleito de 2018 – no sentido de não mais ser necessária a formação de litisconsórcio passivo necessário. " (Decisão de 15.12.2022)

TSE – Processo n. 0604524-27.2018.6.19.0000 "(...) Conforme consta na decisão agravada, no tocante à suposta ofensa ao art. 16 da Constituição Federal e ao princípio da segurança jurídica, este Tribunal Superior firmou compreensão no sentido da desnecessidade da formação de litisconsórcio entre o autor e o beneficiário da conduta tida por abusiva, não se tratando de alteração de orientação jurisprudencial (...)". .". (Acórdão de 15.12.2023)

TSE – Processo n. 0600129-63.2020.6.18.0092 "Eleições 2020. Recursos especiais. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Abuso dos poderes político e econômico. Decadência reconhecida na origem. Litisconsórcio passivo necessário. Entendimento contrário à jurisprudência desta corte. Provimento. Retorno dos autos à origem. Regular processamento do feito. "(...) Dessa maneira, por cuidar o presente feito de fatos relativos às Eleições 2020, o entendimento fixado por esta Corte no RO–El nº 0603040–10/DF, no sentido de não se exigir o litisconsórcio passivo necessário em AIJE por abuso de poder, ao contrário do assentado no voto condutor do acórdão recorrido, deve ser aplicado a este caso. Ante o exposto, dou provimento aos recursos especiais, com base no art. 36, § 7º, do Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral, para reformar o acórdão regional no ponto em que foi reconhecida a decadência do direito de ação, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem para o regular processamento do feito. (Decisão monocrática de 23.10.2023)

TSE – Processo n. 0000128-85.2016.6.09.0103 "Eleições 2016. Agravo regimental. Agravo em recurso especial. Abuso de poder econômico. Gasto ilícito de campanha. AIJE julgada parcialmente procedente. Incidência das súmulas 24 e 28 do TSE não provimento. "(...) 7.

Mesmo considerada a orientação que prevaleceu nas eleições de 2016 – no sentido da necessidade formação de litisconsórcio passivo necessário nos casos de abuso do poder político, abuso do poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação –, não há falar em decadência quando o candidato beneficiário é apontado também como autor dos fatos tidos como ilícitos. Precedentes." (Acórdão de 17.11.2022)

TSE – Processo n. 0603040-10.2018.6.07.0000 "(...) Litisconsórcio passivo necessário entre candidato beneficiário e autor da conduta ilícita. Desnecessidade. Hipótese não abrangida pelo art. 114 do CPC/2015. Afastamento da exigência em AIJE por abuso do poder político. Alteração de jurisprudência. Aplicação prospectiva. Segurança jurídica. "(...). Não há, no ordenamento eleitoral, disposição legal que exija a formação de litisconsórcio no polo passivo da AIJE. Inexiste relação jurídica controvertida entre o candidato beneficiado e o autor da conduta ilícita nas ações de investigação judicial por abuso do poder político. Firma—se a tese no sentido de não ser exigido o litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiado e o autor da conduta ilícita em AIJE por abuso do poder político. A fixação do novo entendimento tem aplicação prospectiva, para as eleições de 2018 e seguintes, por força do princípio da segurança jurídica". (Acórdão de 10.06.2021)

TRE/SP – Processo n. 0600449-91.2020.6.26.0286 "(...) Ainda, os mesmos recorridos suscitam prejudicial de decadência, em razão da ausência de inclusão do então candidato a vice-prefeito no polo passivo da demanda, mesmo após o prazo decadencial. De fato, o Ministério Público Eleitoral ajuizou a presente ação de investigação judicial eleitoral em face de (...), então candidato a prefeito de (...)/SP, no entanto, não incluiu o candidato a vice-prefeito (...) no polo passivo da demanda. Era de responsabilidade do autor promover a adequação do polo passivo no momento oportuno, qual seja, até a data da diplomação dos eleitos, o que não ocorreu no caso. Nos termos da Súmula nº 38 do C. Tribunal Superior Eleitoral, "nas ações que visem à cassação de registro, diploma ou mandato, há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária". Assim, é o caso de se reconhecer decadência em relação à eventual aplicação da sanção de cassação do diploma. No entanto, considerando-se que as condutas abusivas podem ensejar também a aplicação da sanção de inelegibilidade, que possui caráter personalíssimo, é possível o prosseguimento da demanda para analisar eventual aplicação da referida sanção". (Acórdão de 16.04.2024)

TRE/SP – Processo n. 0600975-06.2020.6.26.0174 "Recurso Eleitoral. AIJE. Eleições 2020. Cargo de Vereador. Alegação de Abuso de Poder Político. Sentença de extinção do processo, com resolução do mérito, em razão da decadência. Ausência de formação de litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiado e o autor das condutas supostamente ilícitas. Hipótese não abrangida pelo art. 114 do CPC/2015. Alteração de entendimento pelo E. Tribunal Superior Eleitoral. Desnecessidade de formação do Litisconsórcio Passivo quando a conduta abusiva for imputada também ao candidato beneficiário pelo ato. Afastamento da exigência em AIJE por Abuso Do Poder Político (Precedentes: Recursos Ordinários N. 0603030–63.2018.6.07.0000 E 0603040–10.2018.6.07.0000 do E. TSE). Provimento do Recurso, para determinar a remessa dos autos à origem para regular processamento". (Acórdão de 08.02.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600976-49.2020.6.26.0090 "AIJE. Eleições 2020. Cargo de vereador. Alegações de abuso de poder político, religioso e uso indevido dos meios de comunicação social. Sentença de extinção do processo, pela decadência, em razão da ausência de litisconsórcio passivo necessário. Alteração de entendimento pelo Tribunal Superior Eleitoral. Desnecessidade de formação do litisconsórcio passivo quando a conduta abusiva for imputada também ao candidato beneficiário pelo ato. Provimento do recurso, para determinar a remessa dos autos à origem." (Acórdão de 14.12.2021)

TRE/MG – Processo n. 0600340-10.2020.6.13.0005 "Recursos eleitorais. AIJE. Captação ilícita de sufrágio. Conduta vedada a agente público. Presença. Aplicação de multa eleitoral. Cassação do diploma. Ocorrência. Abuso de poder político afastamento. A suspensão processual ocorre se há a presença de alguma das situações previstas no art. 313 do CPC. - Não se exige a formação de litisconsórcio passivo entre o candidato beneficiado e o possível autor da conduta ilícita apurada em sede de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) por abuso de poder político. Precedente TSE. (Acórdão de 24.10.2023)

TRE/MG – Processo n. 0600407-26.2020.6.13.0085 "(...). Sobre a questão ora apresentada, o c. Tribunal Superior Eleitoral, nos RO's 0603030-63 e 0603040–10, ambos sob a relatoria do Ministro [...], mudou o entendimento jurisprudencial para firmar a tese de não exigência de litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiado e o autor da conduta ilícita em AIJE. Veja-se: 1. O TSE fixou o entendimento, para as eleições de 2018 e seguintes, no

sentido de não haver litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiário e os autores da conduta ilícita em sede de AIJE, uma vez que não há, entre eles, relação jurídica controvertida, nos termos do RO n. 0603030–63/DF, Rel. Min. [...], DJe de 3.8.2021. (Ação de Investigação Judicial Eleitoral n. 060315388, Acórdão, Relator(a) Min. [...], Relator(a) designado(a) Min. [...], Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 190, Data 27/09/2022) Ressalte-se que o novel entendimento do TSE foi firmado em virtude da necessidade de preservação da segurança jurídica, para os pleitos das eleições de 2018 em diante. In casu, não há que se falar em formação de litisconsórcio passivo necessário, seja em razão da natureza da relação jurídica, seja pela ausência de previsão legal. (...)" (Acórdão de 07.12.2022)

6.1.2. Em processos que versem sobre condutas vedadas (art. 73 da Lei 9.504/97)

TSE – Processo n. 0601530-53.2020.6.13.0281 "(...) Litisconsórcio passivo necessário entre o agente responsável pela conduta e o candidato beneficiado. Necessário para os casos de conduta vedada. Jurisprudência firmada para o pleito de 2020. decadência. 4. Para as Eleições 2020, esta Corte Superior firmou jurisprudência no sentido de que, nos casos de conduta vedada, exige—se litisconsórcio passivo necessário entre o agente público responsável pelo ato e o beneficiário, sendo dispensável apenas quando aquele pratica a ação como mero executor, na qualidade de simples mandatário.5. Na espécie, a Corte de origem acolheu a decadência, extinguindo o feito, com resolução de mérito, no que se refere à conduta vedada prevista no art. 73, V, da Lei 9.504/97, uma vez que o secretário municipal de saúde, que assinou o ofício informando a servidora sobre sua remoção, não foi incluído no polo passivo da demanda.6. Não há elementos nos autos que permitam concluir que o secretário agiu na qualidade de mandatário, na condição de longa manus do chefe do Executivo. Ao contrário, consta do aresto que "[o]s recorridos citaram trecho da sentença no qual o juízo a quo considerou que a transferência ocorreu pelo Secretário Municipal de Saúde e não pelo prefeito e que tal situação já foi objeto de ação própria.". (Acórdão de 01.12.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600603-58.2020.6.26.0303 "(...) Por derradeiro, também não merece prosperar a alegação de inexistência de formação de litisconsórcio passivo necessário, pois,

como bem asseverado na r. sentença ora combatida, "...é sabido ser desnecessária a formação de litisconsórcio passivo necessário entre candidato beneficiário e eventual agente executor da conduta vedada quando atua na qualidade de mandatário, em razão da prática de condutas vedadas prevista no artigo 73, da Lei n. 9504/97 e de abuso de autoridade" (ID [...]). Ademais, não é outro o posicionamento do E. Tribunal Superior Eleitoral que fixou entendimento quando do julgamento da AIJE 0603030-63.2018.6.07.0000 no sentido da não exigência de formação de litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiado e o agente público responsável pelo abuso de poder". (Acórdão de 14.09.2021)

TRE/CE- Processo n. 0600097-79.2022.6.06.0041 "Eleições 2022. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Prefeito. Secretário de saúde. Conduta vedada. art. 73, V, da lei 9.504/97. Abuso de poder político e econômico. art. 22 da LC 64/90. Preliminar de incompetência da justiça eleitoral. Rejeição. Preliminar de incompetência do juízo da 41ª ZE. Acolhimento. Preliminar de ilegitimidade ativa. Não conhecimento. Preliminar de ilegitimidade passiva. Rejeição. (Acórdão de 08.03.2024)

TRE/MG – Processo n. 0601025-30.2020.6.13.0227 "(...) 5. Prejudicial de decadência do direito de ação em virtude de não formação de litisconsórcio passivo necessário (suscitada pelos recorrentes). Alegação de não formação de litisconsórcio passivo necessário entre os investigados e Vereadores que aprovaram projetos de lei. Causa de pedir restrita às condutas vedadas previstas no inciso IV e no § 10 do art.73 da Lei nº 9.504/97. Litisconsórcio passivo necessário entre o agente público responsável pela conduta e os candidatos beneficiários. Litisconsórcio passivo exigido para ações que versem sobre conduta vedada a agente público. Jurisprudência do TRE-MG e do TSE. Litisconsórcio dispensado apenas nos casos de abuso de poder político e se o agente público tiver atuado como mandatário do candidato beneficiado. Prefeito Municipal, candidato à reeleição. Agente público responsável pelas condutas. Investigados também beneficiários das condutas. Leis municipais que dizem respeito à fundamentação dos fatos, não aos fatos em si.(...)" (Acórdão de 31.05.2023)

6.1.3. Em processos que versem sobre fraude à cota de gênero

TSE – Processo n. 0601822-64.2022.6.12.0000 "3.2. Na linha da jurisprudência deste Tribunal Superior, é inexigível a formação de litisconsórcio passivo necessário entre todos os candidatos do partido ou aliança a que se atribui a prática de fraude, sendo obrigatória apenas entre os eleitos, os quais sofrem, diretamente, a cassação de seus diplomas ou mandatos. Os suplentes são litisconsortes meramente facultativos. Precedente." (Acórdão de 06.02.2024)

TSE – Processo n. 0601558-98.2020.6.26.0009 "(...) 5. A exigência de litisconsórcio passivo necessário somente se faz indispensável quando presentes as partes integrantes da relação jurídica de direito material. Não é o caso dos autos, em que os dirigentes partidários, quando muito, podem figurar na relação jurídica, mas como litisconsortes facultativos. (...)" "(...) Em seguida, rejeitar, por maioria, vencidos, neste ponto, o relator e a Ministra [...], a fixação de tese no sentido da obrigatoriedade de inclusão dos dirigentes partidários, como litisconsortes passivos necessários, nas ações de investigações judiciais eleitorais fundadas em fraude à cota de gênero, nos termos do voto do Ministro [...], que redigirá o acórdão. (Acórdão de 13.06.2023)

TSE – Processo n. 0000687-35.2016.6.11.0055 "Agravo interno. Recurso especial. Eleições 2016. Vereador. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Fraude. Cota de gênero. Art. 10, § 3º, da Lei n. 9.504/97. Litisconsórcio passivo necessário. Exigível apenas entre os eleitos. Decadência. Afastada. Retorno dos autos. Provimento. 1. No decisum agravado, manteve-se aresto unânime do TRE/MT em que foi reconhecida a decadência e extinto o feito com julgamento de mérito. 2. No julgamento do AgR-REsp 685-65/MT, finalizado em 28/5/2020, esta Corte decidiu ser inexigível, para as ações relativas ao pleito de 2016 e 2018, a formação de litisconsórcio passivo necessário entre todos os candidatos do partido ou aliança a que se atribui a prática de fraude, obrigatório apenas entre os eleitos. 3. Agravo interno provido, assim como o recurso especial, para afastar a decadência reconhecida na origem, além de determinar o retorno dos autos ao TRE/MT para que se reaprecie o recurso eleitoral". (Acórdão de 13.08.2020)

<u>TSE – Processo n. 684-80.2016.6.11.0055</u> "Direito eleitoral. Agravo interno em recurso especial eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Vereadores. Fraude. Cota de gênero. Suplentes. Litisconsórcio passivo necessário. Inexistência. Provimento. 1. Agravo interno

contra decisão que negou seguimento a recurso especial eleitoral interposto para impugnar acórdão do TRE-MT que extinguiu o feito por decadência do direito de ação. 2. O acórdão regional amparou-se na tese de que o polo passivo deveria ter sido integrado por todos os candidatos vinculados ao Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários (DRAP), em litisconsórcio necessário. 3. O plenário do Tribunal Superior Eleitoral não havia, até o momento, enfrentado a tese de que suplentes seriam litisconsortes passivos necessários em ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) ou ação de impugnação de mandato eletivo (AIME) que tem por objeto a fraude à cota de gênero prevista no art. 10, § 3°, da Lei n. 9.504/1997. 4. Evidenciada a fraude, todas as candidaturas vinculadas ao DRAP são atingidas pela invalidação deste. Isso não significa, contudo, que todos os candidatos registrados devam compor o polo passivo da AIJE ou AIME como litisconsortes passivos necessários. Os suplentes não suportam efeito idêntico ao dos eleitos em decorrência da invalidação do DRAP, uma vez que são detentores de mera expectativa de direito e não titulares de cargos eletivos. Enquanto os eleitos sofrem, diretamente, a cassação de seus diplomas ou mandatos, os não eleitos são apenas indiretamente atingidos, perdendo a posição de suplência. 6. Não há obrigatoriedade de que pessoas apenas reflexamente atingidas pela decisão integrem o feito. Os suplentes são, portanto, litisconsortes meramente facultativos. Embora possam participar do processo, sua inclusão no polo passivo não é pressuposto necessário para a viabilidade da ação". (Acórdão de 28.05.2020)

TRE/SP – Processo n. 0600903-27.2020.6.26.0139 "(...) Nas Ações de Investigação Judicial Eleitoral propostas para apurar fraude eleitoral no lançamento de candidaturas femininas, devem ser incluídos no polo passivo, conforme a nova orientação do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, todos os candidatos eleitos pela agremiação na qual se aventa a ocorrência do ilícito eleitoral. Com efeito, uma vez reconhecido o ilícito – fraude no lançamento de candidaturas para atendimento de cota de gênero - com a consequente procedência da demanda, deverá ser aplicada a sanção de inelegibilidade prevista no artigo 22, inciso XIV, da Lei Complementar n. 64/90, aos responsáveis pela conduta ilícita, bem como a pena de cassação do registro ou do diploma de todos os candidatos que foram diretamente beneficiados pelo ato, ou seja, de todos os eleitos pela chapa proporcional. No caso dos autos, verifica-se que o requerente, ora recorrente, ajuizou a ação de investigação judicial na data de 09/12/2020 e apenas em face das candidatas [...], [...], [...], [...], todas eleitas

suplentes. Também incluiu no polo passivo os candidatos aos cargos de prefeito e de viceprefeito pelo [...], por suposta participação na aventada fraude. Logo, deixou de incluir no polo passivo, naquela oportunidade, os dois candidatos efetivamente eleitos ao cargo de vereador pelo [...] no Município de [...], quais sejam, [...] e [...], consoante os resultados das eleições 2020 divulgados pelo Colendo Tribunal Superior Eleitoral. (...)". (Acórdão de 19.10.2021)

TRE/SP – Processo n. 0600616-50.2020.6.26.0079 "(...) A presente ação foi proposta em face, apenas, da candidata impugnada por suposta candidatura fictícia para o atendimento da cota de gênero. Ausência da formação de litisconsórcio passivo necessário com a candidata eleita pela agremiação. "(...) Nas Ações de Investigação Judicial Eleitoral propostas para apurar fraude eleitoral no lançamento de candidaturas femininas, devem ser incluídos no polo passivo, conforme a nova orientação do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, todos os candidatos eleitos pela agremiação na qual aventa-se a ocorrência do ilícito eleitoral". (Acórdão de 20.04.2021)

TRE/MG- Processo n. 0600841-43.2020.6.13.0108 "(...)1. Preliminar de ilegitimidade passiva (suscitada pelo primeiro recorrente). O candidato, pré-candidato, e qualquer pessoa que tenha contribuído para a prática abusiva, tem legitimidade de para figurar no polo passivo da AIJE, excluindo-se apenas as pessoas jurídicas e partidos políticos, por não se sujeitarem às sanções previstas no art. 22 da LC nº 64/90. Precedentes do TRE-MG. "(...) No caso dos autos, [...] figura no polo passivo não em virtude de ser candidato ou beneficiário do ilícito, mas, conforme é alegado na inicial, porque teria participado no convencimento de [...] para o lançamento da candidatura fraudulenta dela. Se houve fraude à cota de gênero, bem como se houve contribuição de [...] para a sua ocorrência, são matérias a serem discutidas no mérito. Com essas considerações, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva(...)". (Acórdão de 14.06.2023)

TRE/CE – Processo n. 0600377-48.2020.6.06.0032 "(...) llegitimidade passiva 6. É verdade que a jurisprudência do TSE firmou entendimento no sentido de ser necessária a formação de litisconsórcio passivo necessário entre todos os candidatos eleitos do partido ou aliança a que se atribui a prática de fraude, sob pena de extinção do processo. Contudo, conforme posição jurisprudencial pacificada na Corte Superior Eleitoral, o que vem seguindo este

Regional, as ações que discutem fraude à cota de gênero (AIJE ou AIME) não podem ser extintas com fundamento na ausência dos suplentes no polo passivo da demanda, nesse raciocínio não há como exigir que figure no polo passivo candidata que renunciou do pleito ainda na fase preparatória e não figura como uma das candidatas tidas por fictícias (...)". (Acórdão de 19.08.2022)

6.1.4. Em processos que versam sobre indivisibilidade da chapa – eleição majoritária

TSE – Processo n. 0600376-63.2019.6.18.0000 "(...) 3. A decisão embargada, unânime, negou provimento aos agravos internos, "[...] uma vez que a conclusão do TRE está alinhada ao entendimento desta Corte de que não há nulidade por ausência de citação do vice para figurar no polo passivo, na condição de litisconsorte, em AIJE que tenha sido julgada procedente apenas para aplicar sanções de caráter personalíssimo ao titular da chapa majoritária, sem a imposição da pena de cassação do registro ou diploma, notadamente no caso em que nenhuma conduta ilícita tenha sido imputada ao vice". Além disso, foi consignado que "a pretensão de se reconhecer que havia imputação de prática ilícita à candidata a vice-prefeita não encontra respaldo no acórdão regional", do qual se extrai que nem a inicial da AIJE nem o TRE atribuíram "[...] a prática de conduta abusiva ou de qualquer ilícito eleitoral pela candidata a vice-prefeita [...]". Incidência do Enunciado nº 24 da Súmula do TSE. (Acórdão de 23.11.2023)

TRE/SP – Processo n. 0601014-33.2020.6.26.0261 "Recurso eleitoral – Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) – Abuso de poder político e captação ilícita de sufrágio – Sentença de extinção com resolução do mérito em razão da decadência – Litisconsórcio passivo necessário entre o prefeito e o seu vice – Unicidade da chapa majoritária – "(...) A respeito do tema, a Súmula n. 38, do E. Tribunal Superior Eleitoral, prevê que "Nas ações que visem à cassação de registro, diploma ou mandato, há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária". Como se vê, tal entendimento se justifica pela unicidade da chapa majoritária, que faz com que o vice também seja atingido pela eventual cassação do registro ou diploma do candidato majoritário eleito. Desse modo, não há dúvidas de que, como nesta ação não houve a citação do vice, ainda que sejam

reconhecidos o abuso de poder político e a captação ilícita de sufrágio, não é possível a decretação da perda do mandato de [...], atual prefeito de (...)/SP. "(...). Quanto à captação ilícita de sufrágio, de igual modo, mesmo que o vice não tenha sido citado, ao prefeito recorrido remanesce a possibilidade de imposição da sanção pecuniária prevista no artigo 41-A, da Lei n. 9.504/1997. "(...). Assim, ainda que o vice-prefeito não tenha sido incluído no polo passivo e já esgotado o prazo decadencial para a propositura da ação, é sim possível o prosseguimento do feito, visto que aos recorridos podem ser aplicadas as sanções de inelegibilidade e/ou multa, caso seja demonstrada a responsabilidade de cada um deles no abuso de poder político e/ou na captação ilícita de sufrágio. "(...)". "(...) Contudo, ante a não formação do litisconsórcio passivo necessário entre o prefeito e o seu vice, deve ser reconhecida a decadência da ação no que diz respeito ao pedido de cassação do diploma de [...]." (Acórdão de 18.07.2022)

TRE/SP – Processo n. 0601259-06.2020.6.26.0015 "(...) Ademais, se pretendesse mesmo o ajuizamento de ação de investigação judicial eleitoral, deveria, necessariamente, ter incluído o candidato ao cargo de vice-prefeito no polo passivo, dada a indivisibilidade da chapa encabeçada por (...). Segundo a jurisprudência dominante no Colendo Tribunal Superior Eleitoral, por se tratar de uma relação jurídica subordinada, o mandato do vice-prefeito será alcançado em caso de cassação do diploma do prefeito de sua chapa, devendo, por essa razão, ambos serem chamados a integrar a lide dentro do prazo para propositura da ação (AgR-REspe n. 35808 - João Pinheiro/MG, Relatora Min. [...], DJE de 30/5/2014). Dito isso, no caso seria imprescindível a formação de litisconsórcio passivo, acaso a autora pretendesse, de fato, a apuração de abuso de poder político e de abuso de poder econômico, para o qual a legislação de regência prevê também a declaração de inelegibilidade pelo prazo de 08 (oito) anos". (Acórdão de 17.03.2022)

TRE/MA— Processo n. 0602801-80.2022.6.10.0000 "(...)1. Preliminar de ilegitimidade passiva do candidato a vice-governador. A condição de candidato ao cargo de vice-governador na chapa majoritária é, por si só, suficiente para atrair a legitimidade passiva do investigado. Incidência, in casu, da Súmula 38 do TSE, segundo a qual "Nas ações que visem à cassação de registro, diploma ou mandato, há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária". Preliminar rejeitada. (Acórdão de 29.01.2024)

TRE/TO – Processo n. 0600723-68.2020.6.27.0014 "Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Eleições 2020. Prefeita, vice-prefeito e vereador. Questão preliminar processual. Inclusão intempestiva de litisconsorte passivo necessário. Prazo decadencial. Exclusão da lide. Captação ilícita de sufrágio. Fragilidade do conjunto probatório. Recurso improcedente.1. A teor da jurisprudência do TSE, o limite para a formação do litisconsórcio passivo necessário é o prazo da propositura da ação, sob pena de reconhecimento da decadência.2. Verificada a inclusão do vereador eleito no polo passivo após o fim do prazo para a propositura da AIJE, o mesmo deve ser excluído do polo passivo da demanda, pois para o mesmo operou—se a decadência.3. A configuração da captação ilícita de votos possui a grave pena de cassação dos mandatos eletivos, pelo que se exige para o seu reconhecimento conjunto probatório robusto, apto a demonstrar o ocorrido, indene de dúvidas.4— As provas produzidas são imprestáveis para sustentar uma condenação por captação ilícita de sufrágio. 5. Recurso improvido para manter a sentença de primeiro grau.". (Acórdão de 21.06.2022)

TRE/SC – Processo n. 0600772-93.2020.6.24.0014 "Alegada ilegitimidade passiva – captação ilícita de sufrágio – demandados que não concorreram a cargo eletivo – ausência de previsão de norma sancionatória – possibilidade de punir apenas o candidato – precedentes – extinção do processo, sem resolução de mérito, quanto à acusação de aliciamento eleitoral praticado por terceiros.de acordo com o firme entendimento jurisprudencial, "somente o candidato tem legitimidade para responder pela captação ilícita de sufrágio prevista no art. 41– a da Lei nº 9.504/1997" (TSE, RO nº 2229–52/AP, rel. min. [...], DJE de 6.4.2018). Logo, "embora o ato ilícito possa ser levado a efeito por terceiro não candidato, esse não possui legitimidade para figurar no polo passivo da demanda fundada no art. 41–a da lei nº 9.504/1997" (TSE, Respe nº 55136, rel. min. [...], DJE de 06/10/2020). (Acórdão de 29.06.2023)

6.1.5. Pessoa Jurídica

TSE - Processo n. 0601530-44.2020.6.13.0187 "I - Da possibilidade de ser declarada, de ofício, pelo julgador a ilegitimidade do partido para figurar no polo passivo da AIJE.1.1. É

pacífico o entendimento desta Corte de impossibilidade de pessoas jurídicas figurarem no polo passivo da AIJE, tendo em vista que não podem suportar as sanções impostas pela LC nº 64/1990, quais sejam, cassação de mandato e inelegibilidade. Precedentes.1,2. De ofício, deve ser reconhecida a ilegitimidade do partido para figurar no polo passivo da AIJE, devendo ele ser excluído da lide. (Acórdão de 05.03.2024)

TSE – Processo n. 0600170-63.2020.6.13.0029 "(...) 2. Não houve omissão acerca da suposta responsabilidade do partido, pois, em análise preliminar, assentou-se no acórdão embargado a ilegitimidade das agremiações para figurarem, no polo passivo, em ação de investigação judicial eleitoral, dada a impossibilidade fática de se lhes impor – assim como a qualquer outra pessoa jurídica – as sanções decorrentes da procedência da representação, nos termos do art. 22, XIV, da Lei Complementar 64/90 (...)". (Acórdão de 14.09.2023)

TSE - Processo n. 0600814-85.2022.6.00.0000 "(...) Preliminar de não formação de litisconsórcio passivo necessário com a União. Rejeitada.11. É pacífica a jurisprudência no sentido da impossibilidade de pessoas jurídicas figurarem no polo passivo da AIJE. Nos intensos debates desta Corte sobre o tema do litisconsórcio passivo necessário, essa premissa jamais foi alterada. O que se vem discutindo é se deve, ou não, ser exigida a inclusão, no polo passivo, dos responsáveis pela prática abusiva - portanto, de pessoas físicas passíveis de suportar inelegibilidade. Precedentes. 12. À luz de todo o arcabouço doutrinário e jurisprudencial para preservar a isonomia entre candidatos à reeleição e seus adversários, recusa-se a ideia de que haja uma "relação jurídica incindível" entre a União e o Presidente da República a impor que o ente federado litigue, na AIJE, ao lado do candidato. 13. Além da indevida mescla de interesses públicos e privados que deriva dessa proposta, seu acolhimento comprometeria, em definitivo, a celeridade e a economicidade, ao forçar a atuação processual de entes federados, autarquias, empresas públicas e fundações em toda e qualquer ação em que se apure finalidade eleitoral ilícita de atos praticados em nome do Poder Público. 14. Assim, mesmo que a União e a (...) entendessem que a remoção de vídeo gravado pela TV (...) acarretou prejuízo ao seu patrimônio, não se tornariam litisconsortes necessários dos investigados. Ressalte-se que, no caso, nem mesmo isso ocorreu, pois aquelas pessoas jurídicas de direito público não adotaram qualquer medida voltada para assegurar a veiculação do material. " (Acórdão de 13.12.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600753-76.2020.6.26.0323 "(...) Este modo, as pessoas jurídicas, dentre as quais os partidos políticos e as coligações, não ostentam legitimidade para figurar no polo passivo de ações de investigação judicial eleitoral e de impugnação de mandato eletivo, tendo em vista que não podem sofrer as consequências inerentes da ação, conforme entendimento firmado na jurisprudência pátria (Precedentes: TSE: AgR-Rp n. 321796, Relator(a): Min. (...), DJE 30/11/2010 e REspe n. 243-42/PI, Relator(a): Min. (...), DJE de 16/08/2016 e TRE/SP: RE n. 060211425-Mairinque/SP, Relator(a) Des. (...), DJE de 05/10/2021 e RE n. 060052875-Rifaina/SP, Relator Des. (...), DJE de 13/07/2021)." (Acórdão de 17.05.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600770-42.2020.6.26.0217 "Recurso eleitoral. Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Eleição de 2020. Candidatos ao cargo de vereador pelo Partido (...). Alegação de prática de fraude à cota de gênero, com o lançamento de candidatura fictícia do sexo feminino. Sentença. Improcedência. Recurso. De ofício, decretada a ilegitimidade passiva do partido político, já que não pode sofrer as penas descritas no art. 22, inciso XIV, da lei complementar n° 64/1990. Precedentes.(...)" (Acórdão de 18.04.2022)

TRE/SP - Processo n. 0600816-05.2020.6.26.0161 "(...) De início, verifica-se que a preliminar de ilegitimidade passiva, sustentada pela d. Procuradoria Regional Eleitoral, deve ser acolhida. No caso em tela, a ação de investigação judicial eleitoral versa sobre suposto abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação social, nos termos do art. 22 da LC n. 64/90, cujas sanções, em caso de procedência dos pedidos, são incompatíveis com pessoas jurídicas. Nesse sentido, a propósito, é a lição de José Jairo Gomes: "No polo passivo pode figurar candidato, pré-candidato e também qualquer pessoa que haja contribuído para a prática abusiva, sem se excluírem autoridades públicas. Tendo em vista que a AIJE acarreta a inelegibilidade e a cassação do registro ou do diploma do candidato, tem-se como inviável figurar no polo passivo partido, coligação ou pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, já que não poderiam sofrer as consequências próprias dessa ação" (Direito Eleitoral - 12ª edição. São Paulo: Atlas, 2016, p. 667/668). Esse é, igualmente, o entendimento há muito consolidado na jurisprudência: "De início, cabe ressaltar ter a ação de investigação judicial eleitoral como finalidade a imposição de sanção de inelegibilidade e de cassação do registro ou diploma do candidato, penas que somente podem ser aplicadas às pessoas físicas, razão pela qual não devem figurar no polo passivo da presente demanda

partido, coligação ou pessoa jurídica". (TRE/SP, RE n. 426-24, Relator Des. (...), DJESP de 05/03/2015) (grifo nosso). "(...) 2. É entendimento pacífico deste Tribunal a impossibilidade de pessoas jurídicas figurarem no polo passivo de ações de investigações judiciais eleitorais fundadas no art. 22 da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990. Precedentes". (TSE, RP n. 3217-96, Relator Ministro (...), DJE de 30/11/2010) (grifo nosso). Registre-se, por oportuno, que a exclusão da referida pessoa jurídica do polo passivo não trará qualquer prejuízo para a apuração dos fatos envolvendo o aventado uso abusivo dos meios de comunicação social, na medida em que o sócio- proprietário do jornal, (...), está no polo passivo, fala pela pessoa jurídica e, eventualmente, pode responder judicialmente pelos atos desta acaso a ação seja julgada procedente" (Acórdão de 17.02.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600448-82.2020.6.26.0100 "(...) Ilegitimidade passiva dos representados – Impossibilidade de pessoas jurídicas figurarem no polo passivo de ações de investigações judiciais eleitorais fundadas no art. 22 da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990. Isso porque, as ações por abuso de poder têm como sanção possível a cassação do diploma ou registro de candidato e a declaração de inelegibilidade, nenhuma aplicável à pessoa jurídica". (Acórdão de 20.04.2021)

TRE/RS – Processo n. 0601980-70.2022.6.21.0000 (...) 2.3. Ilegitimidade passiva da empresa e da federação. Não tem legitimidade para figurar no polo passivo da ação de investigação judicial a pessoa jurídica, assim como o partido e a coligação, o que poderia ser estendido à federação partidária. Nessa linha, o Tribunal Superior Eleitoral reconhece "a ilegitimidade das agremiações para figurarem, no polo passivo, em ação de investigação judicial eleitoral, dada a impossibilidade fática de se lhes impor – assim como a qualquer outra pessoa jurídica – as sanções decorrentes da procedência da representação, nos termos do art. 22 , XIV , da Lei Complementar 64 /90" (Agravo em Recurso Especial Eleitoral n. 060017063, Acórdão, Relator Min. [...], Publicação: DJE – Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 189, Data 25.09.2023). (Acórdão de 30.10.2023)

7. INTERESSE DE AGIR

TSE – Processo n. 0600105-70.2020.6.23.0003 "(...) PARTIDO POLÍTICO. ASSISTÊNCIA SIMPLES. DEFERIMENTO. 2. Consoante o entendimento desta Corte Superior, o partido político possui interesse jurídico que o habilita a ingressar, como assistente simples de seu filiado, em ações que possam resultar em cassação do diploma de cargo majoritário. Admitido o ingresso do Diretório Municipal do Partido Social Democrático (PSD) de Alto Alegre/RR, nos termos do art. 119 do CPC/2015." (Acórdão de 08.02.2024)

TSE – Processo n. 0603037-55.2018.6.07.0000 "(...) 2.1. A legitimidade ad causam deve ser aferida com base na teoria da asserção, isto é, a partir de um exame puramente abstrato da correlação entre a narrativa apresentada na petição inicial e as partes demandadas. Do mesmo modo, o interesse de agir define—se à luz da narrativa formulada pelo autor da ação, de acordo com os fatos alegadamente constitutivos do seu direito, sem adentrar no exame probatório. Precedentes". (Acórdão de 10.03.2022)

TSE – Processo n. 0000227-28.2017.6.13.0000 "(...) A despeito do término do mandato dos agravantes, também se requereu na AIJE 20-96 a imposição de inelegibilidade, de modo que não há falar em perda de objeto. Precedentes. "(...) Em segundo lugar, observo que, a despeito do término do mandato dos agravantes, também se requereu na AIJE 20-96 a imposição de inelegibilidade, nos termos do art. 22, XIV, da LC n. 64/90, de modo que não há falar em perda de objeto. Com efeito, nessa mesma linha, já decidiu o Tribunal Superior Eleitoral que "[a] despeito do término do mandato, não há que se falar em perda do objeto, porquanto a multa e a inelegibilidade podem ser aplicadas independentemente de eventual cassação de registro ou diploma" (AgR-RO 1804-40/SC, Rel. Min. [...], DJE de 4/8/2020)". (Acórdão de 18.03.2021)

TSE – Processo n. 5376-10.2014.6.13.0000 "(...) Perda superveniente do interesse de agir em função do encerramento do mandato, nos casos de AIJEs julgadas sem a imposição de sanção. Superação de entendimento jurisprudencial. Em sede de AIJE, a legislação prevê que o reconhecimento da incidência de abuso enseja a declaração de inelegibilidade, para além de eventual cassação de registro ou mandato obtido com impulso de expedientes ilícitos. Dentro desse panorama, não se depreende do marco regulatório a necessidade de aplicação conjunta das medidas de cassação e inabilitação, designadamente por três diferentes motivos: primeiro, porque o esquema de proteção da legitimidade eleitoral, tal como

desenhado pela Constituição (art. 14, § 9º), anda a compasso de comandos relacionados com o resquardo da probidade administrativa e da moralidade para o exercício do mandato; segundo, porque a hermenêutica conjuntiva estimula, sob a perspectiva dos incentivos, um estado de impunidade incompatível com o espírito de depuração das competições políticas contra a participação de candidatos que, sob a égide do ordenamento, sejam objetivamente indignos; terceiro, porque a autonomia das consequências jurídicas é assinalada pelo próprio texto legal. O Código de Processo Civil (art. 926) exige dos tribunais a construção de uma jurisprudência que, ademais de estável e íntegra, seja coerente. Nesse passo, cumpre atentar que, no âmbito desta Corte, já se reconheceu o interesse de agir em AIJEs movidas: (i) em momento anterior ao registro de candidatura; (ii) contra candidatos não eleitos; e (iii) contra terceiros responsáveis por atos abusivos que sequer participam, formalmente, das disputas. Em todas essas hipóteses, assimilou-se - sem maiores polêmicas - que a AIJE permite a imposição de restrições à candidatura independentemente da existência de um mandato em xeque, algo que, em exame comparado, denuncia uma quebra de paralelismo, grave e ilógica, na medida em que a ideia de que o interesse recursal cessa com o fim da incumbência dos agentes eleitos atrai impunidade, precisamente, para os casos que produzem consequências democraticamente mais graves. Nesse diapasão, urge cuidar para que a hermenêutica aplicada se reconcilie com a coesão sistêmica e, mais, para que os valores básicos do direito eleitoral sejam apreciados em consonância com a necessária proteção dos interesses coletivos implicados no âmbito das competições políticas. A Constituição da República, ao situar, em um único contexto, o abuso de poder, a moralidade para o exercício dos mandatos e as hipóteses de inelegibilidade, termina por conceber um esquema de tutela repressiva, de caráter dúplice - imediato e diferido -, preocupando-se não apenas com a aplicação de uma resposta negativa imediata, mas em igual medida com a projeção dos efeitos do abuso prófuturo, em vista de fundamentos éticos que envolvem, em definitivo, a proteção do quadro da democracia. A Corte Superior deve garantir a operatividade do direito eleitoral e, nesse desafio, tem de aplicar, sobre os indivíduos transgressores, as consequências legais em sua inteireza. Considerando que o histórico dos indivíduos assume, no quadro do acesso às instâncias representativas, um acento constitucional expresso, não faz sentido considerar que o encerramento do mandato retira dos recursos em andamento a sua utilidade prática, notadamente quando a declaração de inelegibilidade ainda é possível. A AIJE possui um

objeto duplo e independente, uma vez que, em paralelo com um provimento com carga desconstitutiva (cassação do registro ou diploma), também se busca uma decisão de caráter positivo, destinada à criação de uma situação jurídica limitadora da capacidade eleitoral passiva. Assim sendo, embora, corno regra, ambas as consequências caminhem em compasso, a impossibilidade prática do primeiro provimento não inviabiliza, por si, a entrega jurisdicional concernente à inabilitação política". (Acórdão de 04.02.2020)

TRE/SP – Processo n. 115-29.2018.6.26.0323 "(...) Afastadas as preliminares de inadequação da via eleita, ausência de interesse de agir e inépcia da inicial. Tampouco merece acolhida a preliminar de ausência de interesse de agir. Com efeito, ainda que não haja possibilidade de cassação dos diplomas ou indeferimento dos registros dos recorridos (que não foram eleitos), é possível que seja aplicada a sanção de inelegibilidade, em decorrência da autoria do ato abusivo". (Acordão de 04.03.2021)

TRE/MG - Processo n. 0600582-24.2020.6.13.0213 "Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Eleições 2020. Prefeito candidato à reeleição. Abuso de poder político. Servidores temporários (art. 37, IX, da CF) pressionados a se engajarem na campanha. Presença da candidata a vice-prefeito. Ameaça de perda da função pública. Rescisões de contratos, com desvio de finalidade. Condenação em inelegibilidade. Afastamento da sanção aplicada à candidata a vice-prefeito, ausente demonstração cabal de sua contribuição para o ilícito. Preliminar de regularização da parte investigante, ora recorrida - acolhimento. Preliminar de perda do objeto e da falta de interesse de agir - rejeição. "(...) A simples derrota dos candidatos não implica o acolhimento da preliminar, vez que remanesce a possibilidade de se lhes aplicar a inelegibilidade(...)". "(...) Não assiste razão aos recorrentes, pois, como bem ponderou o MM. Juiz em sentença, "o que se exige para cabimento da ação é a intenção de desequilibrar o pleito, retirando sua legitimidade, e não o efetivo êxito na disputa eleitoral do candidato beneficiário da conduta". Ademais, ainda que os recorrentes não tenham sido eleitos, remanesce a possibilidade de aplicação da sanção de inelegibilidade prevista no art. 22, XIV, da Lei Complementar nº 64/90. (Acórdão de 22.02.2024)

TRE/MG – Processo n. 0601025-30.2020.6.13.0227 "(...) 4. Preliminar de inadequação da via eleita (suscitada pelos Recorrentes e pelo Procurador Regional Eleitoral) e decadência do

direito de ação (suscitada pela Procuradoria Regional Eleitoral). Alegação de ausência de interesse de agir do autor por inadequação da via eleita. Causa de pedir relativa a propaganda eleitoral irregular. Descumprimento do art. 57–C da Lei nº 9.504/97. Inconveniente a apuração por meio de AIJE. AIJE segue rito do art. 22 da LC nº 64/90. Rito mais amplo. Previsão de instrução probatória. Sanções graves. Irregularidade em propaganda eleitoral deve ser apurada por meio de representação, sob o rito do art. 96 da Lei nº 9.504/97. Rito célere, próprio a ações que podem perder o objeto com o fim do período eleitoral. Interpretação teleológica dos dispositivos. Possibilidade de perda de objeto das representações com a realização das eleições. Prevalência da regra que efetiva a prestação jurisdicional mais célere no caso de tais representações. Manifesta inconveniência e inadmissibilidade da cumulação de pedidos relacionados à propaganda eleitoral irregular com pedidos relacionados a abuso de poder e suas espécies, ante a incompatibilidade de procedimento. Preliminar acolhida no que se refere à inadequação da via eleita. Pedidos relativos à propaganda irregular não conhecidos. Anulação da sentença na parte em que julga a controvérsia em relação à alegada propaganda irregular (...)". (Acórdão de 31.05.2023)

TRE/RJ – Processo n. 0601196-36.2020.6.19.0092 "(...) Da falta de interesse de agir. O fato de procedimento administrativo instaurado pelo MPE para apurar fraude à cota de gênero nas candidaturas proporcionais do (...) ter sido arquivado, não impede que seja ajuizada AIJE por outro legitimado sobre a mesma causa de pedir. Ainda que tal documento não seja utilizado para robustecer as provas anexadas, subsiste o interesse jurídico, pois não há vinculação com aquela esfera" (Acórdão de 07.04.2022)

TRE/MG – Processo n. 0600169-78.2020.6.13.0223 "(...) Preliminar. Falta de interesse de agir. Os recorridos suscitam esta preliminar ao argumento de que a recorrente trouxe alegações de sete atos cometidos pelos recorridos como supostos ilícitos eleitorais e que os atos começaram em 17 de setembro de 2020, sendo certo que quase dois meses depois foi distribuída a AIJE. Entende que a hipótese é de falta de interesse de agir em razão da inércia da coligação investigante. A preliminar não procede. A legislação eleitoral não contém regra que obriga o ajuizamento imediato de AIJE. Demais disso, questões afetas a abuso de poder econômico e político (caso dos autos) exigem a demonstração da gravidade das circunstâncias, o que, muitas vezes, não ocorre em fatos isolados. Por fim, a data de ajuizamento de AIJE é a data de diplomação dos eleitos". (Acordão de 24.05.2021)

TRE/RO - Processo n. 0600290-11.2020.6.22.0012 "(...). O recorrido alega que o pedido feito em sede de AIJE não deve ser conhecido, pois está presente a ausência de interesse de agir superveniente, uma vez que já ultrapassada a data da diplomação e, por isso, a petição deve ser indeferida nos termos do art. 330, III do CPC, uma vez que o pedido de cassação de registro do recorrido restou prejudicado. (...)". "(...) Em que pese o magistrado a quo ter firmado na sentença que restou prejudicada a apreciação do pedido do autor quanto à imputação do abuso do poder econômico com fundamento no caput do art. 22 da LC n. 64/90, tese que ora o recorrido também defende como preliminar, isso não procede. Conforme disposição expressa do inciso XIV do art. 22 da LC n. 64/90, as consequências advindas da procedência da AIJE (cassação do diploma e inelegibilidade) são plenamente aplicáveis quando a decisão for proferida, "ainda que após a proclamação dos eleitos". Em verdade, a redação do referido dispositivo legal, que vigorava antes da reforma empreendida pela Lei Complementar n. 135, de 04/06/2010, apenas possibilitava a cassação do registro, sem contemplar o diploma, bem como não trazia expressamente que os efeitos da condenação persistiriam "ainda que após a proclamação dos eleitos". "(...) Sem maiores delongas, não há que se falar em ausência de interesse de agir, pois uma eventual procedência da AIJE tem aptidão suficiente para, por si só, impor uma cassação do diploma e/ou inelegibilidade. Assim, afasto a preliminar arguida, submetendo-a à apreciação dos demais membros da Corte. (...)" (Acórdão de 05.07.2022)

8. CAUSA DE PEDIR

8.1. Abuso do Poder Econômico

Vide art. 22, caput e XVI, da Lei Complementar 64/1990

TSE – Processo n. 0600606-73.2020.6.20.0046 "Eleições 2020. Recursos especiais. Ação de investigação judicial eleitoral. Prefeita e vice-prefeita. Improcedência. Abuso do poder econômico. Compra de apoio político. Candidato a vereador. Liderança local. Arcabouço

probatório frágil. Revolvimento de fatos e provas. Impossibilidade. Súmula nº 24/TSE. Acórdão em conformidade com a jurisprudência do TSE. (Acórdão de 15.12.2023)

TSE – Processo n. 0600623-87.2020.6.06.0050 "Eleições 2020. Agravo em recurso especial. Ação de investigação judicial eleitoral. Vereador. Intermediação. Execução. Serviço de perfuração. Poços artesianos. Zona rural. Princípio do contraditório e da ampla defesa. Violação. Inocorrência. Moldura do acórdão regional. Alcance diminuto da conduta perpetrada. Gravidade. Ausência. Abuso do poder econômico não caracterizado. Provimento. (...) 3. O gênero abuso de poder, por força do que dispõe o art. 22, XVI, da LC n. 64/90, demanda, para sua configuração, a presença do elemento gravidade, especialmente o impacto na normalidade e na legitimidade do pleito. 4. Diante das circunstâncias fáticas descritas no voto proferido pela relatora originária, não repelidas pela corrente majoritária do Tribunal Regional, é possível extrair a diminuta abrangência da conduta perpetrada, a qual teve por destinatário um grupo de apenas 6 (seis) moradores da zona rural, o que revela a ausência da gravidade, imprescindível para a configuração do abuso de poder.". (Acórdão de 09.12.2022)

TSE – Processo n. 0000128-85.2016.6.09.0103 "(...). Mensuradas com percuciência as provas e circunstâncias na unidade do seu contexto temporal e espacial relativo às eleições 2016 em (...) e região, afere-se indubitável a extrema gravidade das condutas investigadas nestes autos, o que seguramente autoriza qualificá-las de abuso do poder econômico; assim entendidas com potencialidade bastante para incutir artificiosamente no subconsciente daquele eleitorado uma imagem benevolente da pessoa de [...] e, também, a impressão de que seu núcleo familiar era detentor de invencível poderio político. Daí entendo irrefutável que tal efeito, porque precipuamente resultante do desmedido uso do poder econômico, atentou contra a legitimidade da disputa ao cargo de Prefeito do município de (...) no pleito 2016. Na minha visão, é de todo óbvio que o tipo de formato dos festejos em comento mirava unicamente atrair quantidades massivas de pessoas das camadas socioeconômicas mais vulneráveis a influência do poder econômico — a propósito, nisso reside a teleologia da expressa vedação de brindes e shows artísticos nas campanhas eleitorais pelo advento da Lei n. 11.300/2006. Logo, entendo fulcral desvendar o objetivo principal de episódicos eventos desse jaez, aspecto em que ressalto não comprovado que a "família [...]" houvesse realizado

ou patrocinado eventos similares em anos anteriores, refutando-se, pois, a cogitação sobre hipotético altruísmo tradicional.". (Acórdão de 17.11.2022)

TSE – Processo n. 0601968-80.2018.6.00.0000 "(...) O uso de aplicações digitais de mensagens instantâneas para promoção de disparos em massa que contêm desinformação e inverdades relacionadas ao pleito eleitoral pode configurar abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação social." (Acórdão de 28.10.2021).

TSE – Processo n. 0001632-28.2014.6.23.0000 "(...) não há demonstração de que os fatos narrados tenham representado gastos vultosos e excessivos de recursos patrimoniais, a fim de configurar o abuso do poder econômico, o qual se caracteriza "pelo emprego desproporcional de recursos patrimoniais (públicos ou privados), com gravidade suficiente para afetar o equilíbrio entre os candidatos e macular a legitimidade da disputa" (AIJE 0601864-88, rel. Min. [...], DJE de 25.9.2019). Na espécie, o Tribunal de origem não demonstrou que os fatos descritos no acórdão regional ostentariam gravidade suficiente para afetar a legitimidade do pleito e a isonomia entre os candidatos, o que é necessário para a caracterização do abuso do poder econômico, nos termos do art. 22, XVI, da Lei Complementar n. 64/90. A orientação deste Tribunal Superior é no sentido de que, para a imposição da inelegibilidade decorrente da prática de abuso do poder econômico, exige-se a comprovação de que o beneficiário tenha participado direta ou indiretamente nos fatos tidos como abusivos. Nesse sentido: REsp 458-67, rel. Min. [...], DJE de 15.2.2018". (Acórdão de 05.04.2021)

TSE – Processo n. 0601236-07.2018.6.07.0000 "AIJE. Abuso do poder econômico. Uso da estrutura econômica de empresa de grande porte para angariar apoio político. Coação de empregados. "(...) O abuso do poder econômico não significa, necessariamente, pegar dinheiro e comprar votos. Na realidade, significa sobretudo a situação em que recursos particulares são utilizados de forma anormal para influir negativamente na vontade do eleitor. Não existe correlação obrigatória entre o abuso do poder econômico e o dinheiro, em seu sentido material. O poder econômico que pode ser abusado se refere à gama de recursos escassos (no sentido econômico) que o candidato tem à sua disposição, o que pode incluir recursos materiais além do dinheiro, bem como recursos humanos, como negociação de empregos ou a utilização indevida da força de trabalho à sua disposição. "(...) ficou

extensamente demonstrado que o recorrente se utilizou dos recursos humanos de sua empresa para obter vantagens eleitorais. Muitos empregados da [...] foram forçados a renunciar à sua cidadania para manter o emprego que sustenta suas necessidades essenciais. (...)" (Acórdão de 06.10.2020)

TRE/SP - Processo n. 0607863-57.2022.6.26.0000 "(...) Conforme a jurisprudência do c. Tribunal Superior Eleitoral, "o abuso de poder econômico configura-se pelo uso desmedido de aportes patrimoniais que, por sua vultosidade, é capaz de viciar a vontade do eleitor, desequilibrando, em consequência, o desfecho do pleito e sua lisura. Nos termos do art. 22, XVI, da LC 64/90, a configuração do abuso de poder requer a gravidade da conduta. Ponderam-se para esse fim aspectos qualitativos e quantitativos, que, em linhas gerais, residem no grau de reprovabilidade da prática e na magnitude de sua influência na disputa" (Recurso Ordinário Eleitoral nº 318562, Acórdão, Relator Min. [...], DJE de 15/12/2021). Dessa forma, para se afigurar como abusiva a conduta, é necessário que o agente canalize, de modo claro e irrefutável, recursos capazes de, efetivamente, comprometer a paridade entre os candidatos no pleito eleitoral e, por consequência, a livre escolha democrática, o que, a toda evidência, não restou demonstrado nos autos. Não se pode olvidar que o abuso de poder, sob qualquer de suas formas, exige prova robusta de sua ocorrência, dada a severidade das consequências a que ficam sujeitos os autores e/ou beneficiários de tais práticas ilícitas, o que não se faz presente na hipótese dos autos. (Acórdão de 07.11.2023)

TRE/SP – Processo n. 0600678-32.2020.6.26.0066 "(...) De acordo com o E. Tribunal Superior Eleitoral, "O abuso de poder econômico configura—se pelo uso desmedido de aportes patrimoniais que, por sua vultosidade, é capaz de viciar a vontade do eleitor, desequilibrando, em consequência, o desfecho do pleito e sua lisura " (TSE, Recurso Ordinário Eleitoral n. 318562 - Belém/PA, rel. Min. (...), DJE de 15/12/2021)." (Acórdão de 23.05.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600434-45.2020.6.26.0344 "(...) No caso em apreço, a controvérsia dos autos refere-se ao fato de que os recorrentes teriam praticado abuso de poder econômico, consistente na veiculação de ostensiva campanha eleitoral quando da realização da convenção partidária dos Partidos (...), (...) e (...). (...) Entretanto, da análise do conjunto probatório constantes dos autos, verifica-se que o recorrente (...) extrapolou os limites

impostos pela legislação que rege a matéria, caracterizando, inclusive, abuso de poder econômico. Com efeito, as fotos juntadas aos autos demonstram que houve considerável número de cabos eleitorais uniformizados, além de crianças portando bandeiras, pelas ruas da cidade de (...), exatamente no dia em que ocorreram as convenções dos partidos políticos dos quais o recorrente (...) é filiado (ID n. ...). (...) Assim, conforme se percebe a partir das imagens acima expostas, o recorrente utilizou-se desproporcionalmente de recursos econômicos para a realização de convenção partidária com aspecto de verdadeira campanha eleitoral, visto que, além de material de campanha, houve grande número de cabos eleitorais uniformizados e portando bandeiras". (Acórdão de 08.02.2022)

8.1.1. Abuso de Poder Econômico. Inobservância dos percentuais de gênero e de raça

TSE – Processo n. 0602634-91.2018.6.14.0000 "Eleições 2018. Recurso ordinário. Deputada federal. Representação por gasto ilícito de recursos de campanha. Abuso de poder econômico. Fundo especial de financiamento de campanha (FEFC). Cota feminina. Destinação a candidatos homens. Benefício feminino. Atos de campanha conjuntos (dobradinhas, carreatas, comícios, bandeiraços). Comprovação. Estratégia de campanha. Ampliação dos canais de divulgação. Autonomia. Desprovimento. (Acórdão de 05.05.2022)

TRE/RS - Processo n. 0601017-44.2020.6.21.0158 "Recursos. Ação de investigação judicial eleitoral – AIJE. Parcialmente procedente. Cassação do diploma. Matéria preliminar. Efeito suspensivo da sentença afastado. Admissibilidade. Preclusão consumativa em relação a duas peças recursais. Não conhecimento. Sentença extrapetita. Inexistência de nulidade na sentença. Mérito. Distribuição de recursos do fundo especial de financiamento de campanha. FEFC e do tempo de propaganda eleitoral gratuita na televisão. Abuso de poder econômico. Inobservância dos percentuais de gênero e de raça(...)". "(...) 8. A busca pela igualdade de gênero e pela promoção da diversidade racial é um princípio fundamental em uma sociedade democrática e inclusiva. A inobservância desses percentuais pode caracterizar abuso de poder econômico e utilização indevida dos meios de comunicação, comprometendo a igualdade de oportunidades e a representatividade política. Na hipótese, restou comprovado que o investigado foi diretamente beneficiado pelo abuso de poder econômico, tendo recebido

expressiva quantia, que corresponde a 43% dos valores repassados pelo FEFC. Violados os enunciados das Consultas TSE n. 0600252-18.2018 e 0600306-47.2019, bem como o acórdão na ADPF-MC n. 738/DF. Configurado abuso de poder econômico e utilização indevida dos meios de comunicação. Prejudicadas as outras candidaturas do partido. Reconhecida afronta à lei, com base no art. 22, inc. XIV, da LC n. 64/90 (...)".(Acórdão de 15.08.2023)

8.2. Abuso do Poder Político

Vide art. 22, caput e XVI, da Lei Complementar 64/1990

TSE – Processo n. 0600840-72.2020.6.26.0245 "Eleições 2020. Recurso especial eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Prefeito e vice-prefeito eleitos. Abuso do poder político. Barreiras físicas e sanitárias. Entradas secundárias. Abstenção. Violação à liberdade de voto. Segurança do processo eleitoral. Comprometimento. Provas suficientes. Gravidade. Quantitativa e qualitativa. Cassação dos mandatos. Inelegibilidade. Provimento. Existência de provas robustas da prática de abuso do poder político. "(...) 9. No caso, considerando que o próprio Tribunal de origem concluiu pela existência de provas suficientes quanto à materialidade do abuso das condutas praticadas pelo prefeito do Município de Analândia/SP à época dos fatos, em benefício e com a anuência dos demais recorridos, eleitos aos cargos majoritários, e diante da exaustividade de fundamentos apresentados pela Corte de origem, considero despiciendo adentrar a análise da comprovação da abusividade das condutas, não havendo nenhuma dúvida quanto ao ponto. (Acórdão de 14/12/2023)

TSE – Processo n. 0600416-31.2020.6.24.0004 "Agravo interno. Recurso especial. Eleições 2020. Prefeito. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Conduta vedada. art. 73, § 10, da lei 9.504/97. Abuso de poder político. art. 22 da LC 64/90. Distribuição gratuita de materiais de construção. Aumento exponencial no período crítico da campanha. Execução orçamentária no ano anterior. Ausência de prova. Decreto municipal de calamidade pública

ou estado de emergência. Ausência. Desvio de finalidade. Gravidade. Prejuízo à normalidade e a legitimidade do pleito. Negativa de provimento. (Acórdão de 15.08.2023)

TSE – Processo n. 0000309-61.2016.6.25.0032 "Eleições 2016. Recurso especial. Ação de investigação judicial eleitoral. Prefeito reeleito. Condenação. Abuso do poder político. Provimento. Sanção de inelegibilidade. Afastamento. (...) 13. Nos termos do art. 22, caput, da LC 64/90, para que fique configurada a prática de abuso do poder político, é necessária a comprovação da gravidade da conduta, "cuja verificação deve levar em conta, diante das circunstâncias do caso concreto, se os fatos narrados for.am suficientes para gerar desequilíbrio na disputa eleitoral, de modo a evidenciar potencial prejuízo à lisura do pleito" (RO–El 0608788–87, rel. Min. (...), DJE de 29.9.2021). 14. A pintura de uma única escola em período próximo da eleição não se reveste de gravidade suficiente para caracterizar a prática de abuso do poder político. (Acórdão de 09.02.2023)

TSE – Processo n. 0600229-61.2020.6.16.0128 "(...) 2. O abuso de poder político configurase quando a normalidade e a legitimidade do pleito são comprometidas por atos de agentes públicos que, valendo-se de sua condição funcional, beneficiam candidaturas em manifesto desvio de finalidade. Precedentes". (Acórdão de 17.03.2022)

TSE – Processo n. 0601212-32.2022.6.00.0000 "Ação de investigação judicial eleitoral. Referendo de decisão liminar. Eleições 2022. Presidente. Abuso de poder político. Live semanal. Atual presidente da república. Finalidade de divulgação de atos de governo. Utilização de bens e recursos públicos. Desvirtuamento. Promoção de candidaturas. Intensificação nos dias finais da campanha. Quebra de isonomia. Plausibilidade. Urgência. Requerimento liminar deferido. Decisão referendada.1. Trata—se de ação de investigação judicial eleitoral — AIJE — destinada a apurar a ocorrência de abuso de poder político, ilícito supostamente perpetrado em decorrência do desvio de finalidade, em proveito de candidaturas, de lives tradicionalmente realizadas por [...] nas dependências dos Palácios da Alvorada e do Planalto, bens públicos destinados ao uso do Presidente da República.2. A AIJE não se presta apenas à punição de condutas abusivas, quando já consumado o dano ao processo eleitoral. Assume também função preventiva, sendo cabível a concessão de tutela inibitória para prevenir ou mitigar danos à legitimidade do pleito.3. Nesse sentido, prevê o art. 22, I, b, da LC 64/90 que, ao receber a petição inicial, cabe ao Corregedor determinar

"que se suspenda o ato que deu motivo à representação, quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficiência da medida, caso seja julgada procedente". (Decisão monocrática de 29.09.2022. Disponível em Consulta Pública – PJE)

TSE – Processo n. 0603037-55.2018.6.07.0000 "(...) 4.2. O TSE teve a oportunidade de assentar que, para a "caracterização do abuso do poder político, é essencial demonstrar a participação, por ação ou omissão, de ocupante de cargo ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional" (REspe n. 287–84/PR, rel. Min. (...), julgado em 15.12.2015,

DJe de 7.3.2016). (Acórdão de 10.03.2022)

TSE – Processo n. 0603975-98.2018.6.16.0000 "(...) Divulgar, sob a proteção da imunidade parlamentar, fatos sabidamente inverídicos sobre a segurança das urnas eletrônicas pode configurar abuso de poder político e de autoridade e uso indevido de meios de comunicação social A transmissão ao vivo, em rede social, no dia das eleições, de notícias inverídicas sobre a ocorrência de fraudes no sistema eletrônico de votação por pessoa detentora de mandato eletivo, objetivando a promoção de candidata ou candidato e de seu partido, representa grave ofensa à legitimidade e à normalidade do pleito eleitoral." (Acórdão 28.10.2021).

TSE – Processo n. 518-53.2016.6.10.0030 "Eleições 2016. Agravo Regimental. Agravo em Recurso Especial. Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Candidato a prefeito não eleito. Abuso do poder político. Realização de concurso público às vésperas do pleito. "(...) O abuso do poder político configura-se quando o agente público, valendo-se de sua condição funcional e em manifesto desvio de finalidade, compromete a legitimidade do pleito e a paridade de armas entre candidatos, o que se aplica igualmente às hipóteses de condutas aparentemente lícitas, mas com eventual desvirtuamento apto a impactar na disputa (...)". (Acórdão de 11.02.2020)

TRE/SP – Processo n. 0600481-65.2020.6.26.0167 "(...)Os representantes e o Ministério Público Eleitoral, ora recorrente, sustentam que os representados cometeram abuso do poder político ao promoverem alterações na legislação com o propósito de viabilizar a realização de uma passeata exclusivamente para se beneficiarem, em desvio de finalidade, causando desequilíbrio no pleito. Segundo a jurisprudência do c. Tribunal Superior Eleitoral, "o abuso do poder político ou de autoridade insculpido no art. 22, caput, da LC n° 64/90, caracteriza-

se quando o agente público, valendo-se de sua condição funcional e em manifesto desvio de finalidade, compromete a igualdade e a legitimidade da disputa eleitoral em benefício de candidatura própria ou de terceiros". Nessa mesma linha, [...] e [...] nos ensinam que o abuso do poder político configura-se "na utilização das prerrogativas auferidas pelo exercício de uma função pública para a obtenção de votos, esquecendo-se do tratamento isonômico a que todos os cidadãos têm direito, geralmente com o emprego de desvio de finalidade". Logo, para que se caracterize o abuso de poder político, faz-se imprescindível a demonstração de que o ato praticado pelo agente público, apesar de se revestir de uma aparente legalidade, tinha, na realidade, o escopo de atender exclusivamente a interesses privados, em nítido desvio de finalidade(...)". "(...) Assim, esse fato não tem aptidão para sustentar a procedência da ação. (Acórdão de 22.02.2024)

TRE/SP – Processo n. 0602076-13.2020.6.26.0131 "Recursos eleitorais. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Eleições de 2020. Cargos de prefeito e vice-prefeito e vereador. Abuso de poder político. Sentença de improcedência. Recurso interposto pelos investigantes. Não demonstrado o desvio de finalidade no evento denominado PSDB mulher, com utilização de entidade ligada à prefeitura, para beneficiar candidaturas. Abuso de poder político (art. 22 da lei complementar 62/90), não configurado. Recurso adesivo interposto pelos investigados pretendendo a condenação dos recorridos por litigância de má–fé. Indeferido. Manutenção da sentença. Desprovimento dos recursos. (Acórdão de 15.08.2023)

TRE/SP – Processo n. 0600084-59.2021.6.26.0041 "(...) O abuso do poder político foi assim definido pelo Egrégio Tribunal Superior Eleitoral: Consoante a jurisprudência deste Tribunal Superior Eleitoral, o abuso do poder político caracteriza-se quando determinado agente público, valendo-se de sua condição funcional e em manifesto desvio de finalidade, compromete a igualdade da disputa eleitoral e a legitimidade do pleito em benefício de sua candidatura ou de terceiros .(TSE; AgR-REspe n. 833-02/SP; rel. Min. (...); julgado em 19.8.2014 – os destaques não constam do original). Em outras palavras, o abuso de poder político ocorre nas situações em que o agente público, agindo por ação ou omissão, faz uso da Administração Pública, com desvio de finalidade, para favorecer determinado candidato a cargo eletivo em detrimento de seus concorrentes, violando, assim, a igualdade que deve ser conferida durante a disputa eleitoral". (Acórdão de 15.02.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600927-09.2020.6.26.0219 "Recurso Eleitoral. Eleições 2020. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE). Abuso de poder político. Captação ilícita de sufrágio – Art. 41-A, da Lei n. 9.504/1997. Sentença de improcedência. Mensagens enviadas via [...] pelo candidato ao cargo de vereador. Solicitação de que fossem informados os endereços em que haviam lâmpadas queimadas na iluminação pública para a realização dos consertos, sem fazer menção ao pleito vindouro e à pretensa candidatura, nem pedir voto ou apoio político. Circunstância insuficiente para evidenciar o uso da máquina administrativa em benefício das candidaturas impugnadas e para configurar o oferecimento de vantagem em troca de voto. Necessidade de acervo probatório robusto. Manutenção da sentença. Recurso desprovido". (Acórdão de 24.06.2021)

8.3. Utilização Indevida dos Meios de comunicação

Vide art. 22, caput e XVI, da Lei Complementar 64/1990

TSE - Processo n. 000001-60.2017.6.19.0063 "Agravo. Conversão. Recurso especial. Eleições 2020. Prefeito. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Abuso do poder econômico. Uso indevido dos meios de comunicação social. art. 22 da LC nº 64/90. Não configuração. Negativa de provimento. (Acórdão de 09.11.2023)

TSE - Processo n. 0000316-24.2016.6.26.0065 "Eleições 2016. Recurso especial. Ação de investigação judicial eleitoral. Uso indevido dos meios de comunicação social. Imprensa escrita. Art. 22 da lei complementar 64/90. Jornal. Publicação. Matérias jornalísticas. Favoráveis ao recorrente e depreciativas ao então prefeito. Gravidade. Desequilíbrio. Desprovimento(...) 15. A jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de que "o uso indevido dos meios de comunicação social caracteriza-se por expor desproporcionalmente um candidato em detrimento dos demais, ocasionando desequilíbrio na disputa eleitoral. Precedentes" (AgR-REspe 442-28, rel. Min. (...), DJE de 3.5.2021). Na mesma linha de entendimento: REspe 972-29, rel. Min. (...), DJE de 26.8.2019, e AqR-REspe 1-76, rel. Min. (...), DJE de 15.8.2019. 16. A análise da gravidade das circunstâncias da conduta não se restringe ao conteúdo divulgado pelo veículo impresso, o qual deve ser conjugado com os "demais aspectos considerados por este Tribunal Superior, quais sejam: a) o número de edições veiculadas, b) dado concreto acerca da distribuição gratuita e ostensiva do periódico que permita aferir a efetiva repercussão perante o eleitorado, c) âmbito de alcance do jornal e, por fim, d) o fato de que os meios de comunicação impressos possuem menor alcance que o rádio e a televisão" (REspe 316-66, rel. Min. (...), DJE de 21.10.2015).17. Segundo a moldura fática do acórdão, houve patente desvirtuamento da liberdade de expressão da imprensa escrita, mediante aparelhamento do jornal (...) de Itupeva e interferência em sua linha editorial, com a finalidade de destacar a exposição do ora recorrente e desabonar a pessoa do prefeito, elementos que corroboram a gravidade da conduta.18. Em casos similares, esta Corte Superior manteve condenação por uso indevido dos meios de comunicação por considerar, entre outros elementos, o vínculo entre o beneficiário da conduta e os responsáveis pelo meio de comunicação, em atuação concertada para desvirtuar a liberdade de imprensa. Nesse sentido: REspe 478-21, rel. Min. (...), DJE de 3.10.2018; REspe 413–95, redatora para o acórdão Min. (...), DJE de 27.6.2019.19. No caso, o Tribunal de origem apontou vários elementos indicativos d0a gravidade do ilícito, a exemplo de: i) a proximidade entre o candidato beneficiário e os proprietários da empresa de comunicação; ii) a interferência no conteúdo do periódico; iii) gratuidade da distribuição, com tiragem progressivamente maior durante o ano eleitoral; e iv) diferença de votos diminuta.20. Ante a compatibilidade do entendimento da Corte Regional Eleitoral com a orientação desta Corte Superior, deve ser mantido o acórdão recorrido." (Acórdão de 29.11.2022)

TSE – Processo n. 0600234-78.2020.6.26.0169 "Agravos em recursos especiais eleitorais interpostos nos autos de ação de investigação judicial eleitoral – AIJE. Agravo interno em tutela cautelar antecedente. Uso indevido dos meios de comunicação social. Art. 22 da lei complementar 64/1990. Mídia impressa e perfil do jornal em rede social. Eleições 2020. Exposição desproporcional de prefeito e vice-prefeito candidatos à reeleição. Gravidade das circunstâncias demonstrada. Liberdade de imprensa, inclusive escrita, que não é absoluta. Excessos devem ser devidamente sancionados. Agravos aos quais se nega provimento. "(...) Como se vê, a lógica jurídica do acórdão recorrido não destoa do posicionamento do STF quanto à liberdade de imprensa, dada sua relevância para a preservação da democracia, e igualmente quanto à forma de coibirem-se eventuais abusos. Ademais, a jurisprudência do

TSE firmou-se no sentido de que "a liberdade de manifestação conferida à imprensa escrita (art. 220, caput e § 6º, da CF) não é absoluta na esfera eleitoral, cujo transbordamento – de modo a privilegiar-se em excesso determinado candidato – deve ser rigorosamente punido" (RespEl 413-95, Rel. Min.[...]). Com relação ao contexto fático, para se chegar à conclusão diversa da exarada na decisão ora agravada, seria necessário o reexame das provas dos autos, o que encontra óbice na Súmula 24/TSE.". (Acórdão de 12.08.2022)

TSE – Processo n. 0601868-16.2018.6.22.0000 "(...) As circunstâncias bem ressaltadas pelo [...] corroboram o claro propósito de alcançar proveito eleitoral: a) houve desvirtuamento da natureza do programa, antes destinado a entretenimento; b) nos programas o agravante estava "sempre comentando que iria repetir as mesmas matérias até 30 de junho porque depois se afastar da apresentação do programa, em clara alusão a sua candidatura à reeleição"; c) o agravante utilizou o nome de urna "[...]", remetendo-se claramente à atração televisiva. É indene de dúvidas a exposição massiva das atividades do agravante ao longo do mês de junho do ano eleitoral, na medida em que falou aos eleitores em 24 programas, por mais de 492 minutos, seis dias por semana. E, ainda, como destacou a Corte a quo, "a publicidade ia ao ar em horário com potencial para grande audiência, em dias de semana das 13h às 14h e aos domingos, das 8h às 9h". O agravante não só antecipou ilicitamente sua propaganda, mas o fez de forma absolutamente desproporcional ao que autorizado em lei, com quebra de isonomia, pois aos demais candidatos, em condições normais de disputa, não se concedeu tamanha visibilidade. Os seguintes elementos denotam a gravidade da conduta (art. 22, XVI, da LC n. 64/90): a) exposição massiva das atividades do agravante ao longo do mês de junho do ano eleitoral, na medida em que falou aos eleitores em 24 programas, por mais de 492 minutos, seis dias por semana; b) prática do ilícito pelo próprio candidato; c) quebra da isonomia em relação aos demais candidatos". (Acórdão de 11.02.2021)

TRE/SP - Processo n. 0607863-57.2022.6.26.0000 "(...)Da análise detida das matérias jornalísticas encartadas nos autos, verifica-se que os destaques relacionados à candidata decorreram, em sua maioria, da companhia feita por ela ao Prefeito, o representado [...], cuja visibilidade, no cenário local, é consequência natural do cargo público por ele titularizado. Nesse contexto, não restou demonstrado que as manchetes apontadas beneficiaram, ostensivamente, a candidatura da representada, ou que teriam excedido o retrato do cotidiano da autoridade pública municipal, compreensivelmente acompanhada da representada em

eventos públicos, em virtude da relação conjugal entre eles nutrida. Para que se comprovasse o efetivo abuso, portanto, seria indispensável a demonstração de que as luzes lançadas pela imprensa à pessoa da representada superaram o mero propósito jornalístico, seja pela evidência de eventual acerto entre os representados, seja pela comprovação, indene de dúvidas, de que houve um destaque excessivo, inseparável da notoriedade reflexa da representada enquanto primeira-dama, que fosse efetivamente capaz de desequilibrar a paridade na disputa eleitoral(...)". (Acórdão de 07.11.2023)

TRE/SP – Processo n. 0600678-32.2020.6.26.0066 "(...) De acordo com o E. Tribunal Superior Eleitoral, "O uso indevido dos meios de comunicação se configura quando há um desequilíbrio de forças decorrente da exposição massiva de um candidato nos meios de comunicação em detrimento de outros, de modo apto a comprometer a normalidade e a legitimidade do pleito (REspe n. 4709-68/RN, Rel. Min.(...), j. em 10.05.2012). Tal desequilíbrio pode ser causado quando há uma exposição excessiva de caráter positivo (favorecimento) ou negativo (desfavorecimento). De acordo com o TSE, "o uso indevido dos meios de comunicação social não pode ser presumido e requer que se demonstre a gravidade em concreto da conduta, com mácula à lisura do pleito" (REspe n. 225-04/BA, Rel. Min. (...), j. em 26.06.2018). Além disso, na análise da gravidade, deve ser considerada a diferença de regimes jurídicos entre os meios de comunicação, do que decorre maior liberdade dos veículos de comunicação escrita" (TSE, Recurso Especial Eleitoral n. 97229 - Sete Lagoas/MG, rel. Min. (...)". (Acórdão de 23.05.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600816-05.2020.6.26.0161 "(...) Por sua vez, e ainda na óptica da Colenda Corte Eleitoral Superior, o uso indevido dos meios de comunicação social caracteriza-se pela exposição desproporcional de um candidato em detrimento dos demais, ocasionando desequilíbrio na disputa eleitoral (REspe n. 478-21, Relator Ministro (...), DJE de 03/10/2018)". (Acórdão de 17.02.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600512-59.2020.6.26.0014 "(...) Examinando-se as matérias veiculadas no jornal impresso, constata-se que de fato elas possuem conteúdo crítico, por vezes assumindo um tom mais contundente em relação aos candidatos [...] e [...]; todavia não possuem a gravidade apta à caracterização de abuso de poder político ou econômico, seu conteúdo não sendo apto a demonstrar a existência de conluio entre os recorridos e o editor

ou responsável pelo periódico. Lembre-se, por oportuno, que dos meios de comunicação não se exige completa isenção ou absoluta imparcialidade, sendo-lhes dado posicionarem-se sobre assuntos de interesse de seus leitores e ouvintes. Para que se configure o abuso, é imperioso que se perceba, nas publicações, o desvirtuamento da função informativa e a assunção de caráter panfletário. Sem isso, não deve a Justiça Eleitoral intervir sobre o resultado da eleição (...)". "(...) A simples utilização ou constatação da influência do poder midiático não é punível. O que deve ser repelido pela Justiça Eleitoral é o abuso do poder, como prevê o artigo 22, caput, da Lei Complementar n. 64/90. Publicações jornalísticas questionadas foram examinadas pontualmente na decisão recorrida, reconhecendo-se pela falta de abuso (...)". (Acórdão de 27.07.2021)

TRE/BA - Processo n. 0600234-33.2020.6.05.0179 "Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Eleições de 2020. Candidatos ao cargo de prefeito e de vice-prefeito. Alegação de abuso de poder econômico e de uso indevido dos meios de comunicação social. Favorecimento da campanha de um dos candidatos por emissora de rádio e de site da internet, alcançando redes sociais. Improcedência. (Acórdão de 31.01.2024)

TRE/RS – Processo n. 0600716-70.2020.6.21.0070 "Recurso. Eleições 2020. Ação de investigação judicial eleitoral. Matéria preliminar. Ausência de litisconsórcio passivo necessário. Decadência. Mérito. Abuso de poder econômico uso indevido dos meios de comunicação social. Perfil do [...] apócrifo. Baixo envolvimento. Incapacidade de desequilíbrio do pleito. Inexistência de comprometimento à normalidade das eleições. Mantida a sentença. Desprovimento. "(...). Criação de perfil no [...] com a finalidade de atacar de forma crítica, injuriosa e caluniosa a administração pública do município, o que configuraria utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social em benefício de candidato ou de partido político. Uso de disseminação de desinformação de baixo envolvimento, com poucas curtidas, comentários e compartilhamentos. Considerado o eleitorado do município em comparação ao alcance das páginas na qual veiculada a propaganda eleitoral oficial e das demais páginas apócrifas, bem como o número de ocasiões em que foi realizada a publicidade e a quantidade de interações observadas no período, inexiste comprometimento à normalidade das eleições. Ausência de comprovação da gravidade da conduta apta a desequilibrar o pleito.". (Acórdão de 16.12.2022)

TRE/MG - Processo n. 0600407-26.2020.6.13.0085 "Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Eleições municipais 2020. Propaganda eleitoral paga na internet. Art. 57-c, da lei 9.504/97. Uso indevido dos meios de comunicação social. Art. 22 lc 64/90. Sentença improcedente. "(...) 4. Do mérito: Não configuração de uso indevido dos meios de comunicação social e de propaganda eleitoral paga na internet, em razão da suposta veiculação de publicidade de cunho político, mediante remuneração, na página "[...]", mantida pela recorrida, na rede social denominada "[...]", em prol dos candidatos ao cargo majoritário. Ausência de provas acerca do ilícito descrito no art. 57-C da Lei 9.504/97. Ausência de provas de que os candidatos beneficiados, de fato, contrataram o suposto pacote de serviços de publicidade eleitoral. Ausência de provas do recebimento, pela recorrida, dos supostos valores para promover as publicações de cunho eleitoral. Inexistência de desequilíbrio de forças e de quebra da isonomia entre os candidatos. Divulgação de propaganda eleitoral de candidatos diversos. Inexistência de exposição massiva de um candidato em detrimento do outro. Ausência de suporte probatório sólido e robusto capaz de comprovar a propaganda eleitoral paga na internet e o uso indevido dos meios de comunicação social. Afastamento da reprimenda legal pleiteada.". (Acórdão de 07.12.2022)

8.4. Abuso do Poder Religioso

TSE – Processo n. 0000425-31.2016.6.26.0035 "(...) Não obstante a existência de ressalva de entendimento, nos termos de voto apresentado no julgamento do REsp n. 8285/GO, o presente caso é de ser examinado em consonância com a jurisprudência deste Tribunal Superior, firmada no sentido de que o abuso de poder de autoridade religiosa, porquanto falto de previsão expressa no ordenamento eleitoral, só pode ser reconhecido quando exsurgir associado a alguma forma tipificada de abuso de poder. Os elementos constantes do acervo fático-probatório não permitem inferir a presença associada do abuso de poder econômico, tampouco do uso indevido dos meios de comunicação social. A moldura fática indica que o uso desvirtuado do fator religioso, conquanto inequívoco, ocorreu à margem do aporte de incentivos financeiros e sem a intervenção incisiva de veículo da indústria da informação. Ausente o requisito do entrelaçamento, na linha da jurisprudência deste Tribunal Superior,

revela-se impossível o reconhecimento do abuso de poder religioso como figura antijurídica autônoma. Agravo interno provido para conhecer do recurso eleitoral e dar—lhe provimento, julgando improcedente a Ação de Investigação Judicial Eleitoral". (Acórdão de 09.09.2021)

TSE – Processo n. 0002241-93.2014.6.02.0000 "(...) Embora não exista, no ordenamento jurídico, a figura autônoma do "abuso do poder religioso", tal constatação não impede o combate, com base no art. 22, XIV, da LC n. 64/1990, a eventuais excessos advindos da atuação abusiva de organizações religiosas, prática que não implica a subtração da liberdade de participação política e de manifestação do pensamento de líderes religiosos. Hipótese em que, apesar de não ser possível enquadrar – tal como o fez o Tribunal de origem – as indigitadas reuniões em templos religiosos como veículos de comunicação para fins do art. 22 da LC n. 64/1990, o arcabouço probatório delineado nos autos, composto, inclusive, por áudios e fotografias, mostrou-se suficiente para comprovar a conduta abusiva levada a efeito pelo recorrente por meio do uso dos recursos e das estruturas físicas dos templos da Igreja [...] no Estado de Alagoas, para fins de realização de shows de música gospel e de eventos voltados à conquista de votos e à promoção irregular de sua campanha eleitoral ao cargo de deputado estadual no pleito de 2014". (Acórdão de 06.05.2021)

TSE – Processo n. 0000082-85.2016.6.09.0139 "Eleições 2016. Recurso especial. Vereadora. Ação de investigação judicial eleitoral. Reunião realizada nas dependências de uma igreja. Pedido de apoio político. Cabimento de AIJE em face de abuso de poder de autoridade religiosa, independentemente da presença de abuso de poder político ou econômico. Enquadramento da autoridade religiosa dentro do conceito geral de autoridade previsto no art. 22, caput, da Lei Complementar n. 64 de 1990. Impossibilidade. Proposta de fixação de tese rejeitada. Recurso especial provido. Agravo interno prejudicado. 1. Existentes outros mecanismos aptos a sancionar condutas irregulares eventualmente perpetradas por instituições e líderes eclesiásticos no decurso das campanhas eleitorais, resulta inviável a compreensão do abuso de poder de autoridade religiosa como categoria ilícita autônoma, designadamente em face da inexistência de alusão expressa no marco regulatório da ação de investigação judicial eleitoral. 2. A prática do abuso de poder de autoridade religiosa, conquanto não disciplinada legalmente, pode ser sancionada quando as circunstâncias do caso concreto permitam o enquadramento da conduta em alguma das formas positivadas de abuso, seja do poder político, econômico ou dos meios de comunicação social. 3. Na espécie,

não se verifica a presença de comportamento revelador de abuso de poder, tendo em consideração a brevidade, o alcance limitado, o caráter disperso e a ausência de elementos constritivos no teor do discurso endereçado. 4. Recurso especial provido. Agravo interno prejudicado". (Acórdão de 18.08.2020)

TRE/SP - Processo n. 0600976-49.2020.6.26.0090 "Recurso eleitoral. AIJE. Eleições 2020. Cargo de vereador. Sentença de improcedência. Alegações de abuso de poder político, religioso e uso indevido dos meios de comunicação social. Realização de uma "live" entre a autoridade religiosa e três candidatos ao cargo de vereador. Divulgação de sua realização durante uma missa realizada pelo pároco. Não comprovados o emprego desproporcional de recursos ou a indevida utilização dos meios de comunicação social, em prol das candidaturas. Antijuridicidade da conduta. Manutenção da sentença. Desprovimento do recurso. (Acórdão de 24.10.2023)

TRE/SP – Processo n. 0601709-29.2020.6.26.0053 "Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Eleições 2020. Cargos majoritários, vereador e terceiro. Abuso de poder religioso e econômico sentença de improcedência. Gravação de vídeo de apoio a candidato à reeleição ao cargo de prefeito por líder religioso. Divulgação na página pessoal da rede social pessoal de terceiro. Necessidade de conexão entre o abuso de autoridade religiosa e o abuso de poder econômico. Provas frágeis. Ilícitos não configurados". (Acórdão de 16.12.2021)

TRE/SP – Processo n. 0608567-12.2018.6.26.0000 "Ação de investigação judicial eleitoral. Abuso de poder religioso e econômico. Afastada a preliminar de cerceamento do direito de produção de prova. Mérito. Não configuração dos ilícitos. Ausência de viés eleitoral no culto religioso impugnado. Improcedência. Importa considerar, de início, que o reconhecimento de eventual abuso demanda prova direta ou, por outro lado, prova indireta robusta, consistente em indícios veementes, não apenas suposições ou ilações. Para a demonstração, especificamente, do abuso do poder religioso, exige-se prova estreme de dúvidas da exploração da fé religiosa, considerado o uso de recursos financeiros, assim como o desvio de finalidade do culto. A configuração desta espécie de abuso, religioso, não previsto expressamente em lei, portanto, demanda o aproveitamento indevido da fé religiosa, de modo a se incutir nos destinatários do discurso político-religioso "a ideia - de modo direto ou

subliminar - de que certo candidato é o que possui melhores atributos para lhes representar no desempenho de cargo eletivo" (TSE, Recurso Ordinário n. 265308, Min. Relator [...], publicado no DJE de 05/04/2017). O conjunto probatório produzido durante a instrução processual não demonstrou, como era de rigor, a ocorrência do abuso do poder religioso, ou seja, a exploração ou instrumentalização política da fé religiosa em benefício dos candidatos, em culto religioso realizado em 2 de setembro de 2018, com o aproveitamento da estrutura religiosa. [...] A participação dos representados em culto religioso, ainda que em posição de destaque, não possui a gravidade exigida em lei, apta a afetar a legitimidade do pleito e caracterizar ato abusivo. Nessa linha de raciocínio, também não há que se falar em caracterização de abuso de poder econômico". (Acórdão de 19.11.2019)

TRE/RJ - Processo n. 0606193-76.2022.6.19.0000 "Eleições 2022. Ação de investigação judicial eleitoral. Deputado estadual eleito. Abuso de poder religioso com repercussão econômica. Utilização indevida de meio de comunicação social. Gravidade concreta evidenciada. Ilícito caracterizado. Procedência. "(...) 1. Investigação Judicial deflagrada para apurar a suposta prática de abuso de poder religioso com repercussão econômica, atrelado a uso indevido de meio de comunicação social, consistente na divulgação e realização de eventos ecumênicos que contaram com a participação ativa do investigado, reeleito deputado estadual em 2022. II. 2. A jurisprudência do TSE está consolidada no sentido de que "a prática do abuso de poder de autoridade religiosa, conquanto não disciplinada legalmente, pode ser sancionada quando as circunstâncias do caso concreto permitam o enquadramento da conduta em alguma das formas positivadas de abuso, seja do poder político, econômico ou dos meios de comunicação social." (RESPE nº 0000082-85.2016/GO, Rel. Min. [...], julgado em 18/08/2020). "A materialidade do abuso é igualmente provada pelas fotos constantes dos autos nas quais o investigado e [...], Vereador do Rio de Janeiro, assomaram ao púlpito de um templo religioso cuja imagem de fundo é a logomarca da "Comunidade Cristã Paz e Vida" (ID 31348537 e ID 31348541), corroborando que o evento efetivamente ocorreu no dia 05/09/2022. Além disso, a cantora [...] publicou no perfil particular fotografia posando com os referidos agentes políticos encimada pelos dizeres (...)". "(...) 11. A colaboração de renomados artistas nos "Cultos da Melodia", divulgada na Rádio como chamariz para as reuniões, decerto influenciou o eleitorado e impulsionou a divulgação do nome, imagem e pretensões eleitorais do réu, ocasionando evidente ruptura da isonomia com os demais

candidatos, que não tiverem acesso à emissora e aos eventos promovidos nos templos religiosos(...)". (Acórdão de 01.02.2024)

TRE/CE – Processo n. 0000338-06.2016.6.06.0044 "Abuso do Poder Religioso Negativo. 21. Os autores aduzem que os Investigados criaram uma narrativa segundo a qual o Investigante [...] teria um pacto com o demônio e que um bode, supostamente um símbolo da maçonaria, estaria sendo alimentado com sangue na casa de [...], para ser sacrificado em um ritual satânico quando [...] ganhasse a eleição. 22. Asseveram que [...], conhecido como (...), que participa de um programa de Rádio, foi quem iniciou essa história, tendo ocorrido a distribuição de panfletos apócrifos na cidade, publicações em redes sociais, pichações de bens públicos com o título de "Fora Bode/Fora [...]", inclusive na estátua de Nossa Senhora.23. Em análise de todo o acervo probatório acerca do fato, conclui—se que não restou comprovada a participação e/ou incentivo dos Investigados para a prática da suposta disseminação da história, nem tampouco da distribuição dos panfletos, não se vislumbrando o substrato necessário para reconhecimento de ilícito eleitoral por parte destes.". (Acórdão de 04.10.2022)

8.5. Condutas previstas no artigo 22 da Lei Completar 64/90 cumuladas com Captação Ilícita de Sufrágio – Art. 41-A da Lei n. 9.504/97

TSE - Processo n. 0600083-47.2021.6.26.0341 "Eleições 2020. Agravos internos em recursos especiais. AIJEs. Supostos abuso do poder econômico e captação ilícita de sufrágio. Maioria formada na corte local pela ausência de conjunto probatório robusto quanto à ciência, anuência ou participação do candidato à reeleição nos aludidos ilícitos e quanto à inexistência de prova do abuso de poder. Impossibilidade de alterar a conclusão da corte regional. Vedado reexame de provas. Princípio do in dubio pro sufrágio. Entendimento em conformidade com a jurisprudência do TSE. Ausência de argumentos hábeis a modificar a decisão agravada. Negado provimento. (Acórdão de 28.11.2023)

TSE - Processo n. 0600083-47.2021.6.26.0341 "(...) Captação ilícita de sufrágio. art. 41-A da lei 9.504/97. Oferecimento. Consultas médicas. Entidade social. Ocorrência. Lapso

temporal entre o registro de candidatura e a data das eleições. Prova. Ausência. 2. Consoante o art. 41-A da Lei 9.504/97, constitui captação ilícita de sufrágio o candidato –diretamente ou por terceiros – doar, oferecer, prometer ou entregar bem ou vantagem de qualquer natureza a eleitor com o fim de obter-lhe o voto.3. Segundo a jurisprudência desta Corte Superior, para se configurar a captação ilícita de sufrágio, é necessária a presença dos seguintes elementos: a) prática de qualquer das condutas previstas no art. 41-A; b) dolo específico de obter o voto do eleitor; c) ocorrência dos fatos entre a data do registro de candidatura e a eleição; d) participação, direta ou indireta, do candidato beneficiado ou a sua concordância ou conhecimento dos fatos que caracterizam o ilícito. 4. Na espécie, o ilícito decorreria do oferecimento de serviços médicos gratuitos a famílias carentes por meio do movimento social Play no Bem em troca de votos. Contudo, as provas documentais e testemunhais delineadas na moldura fática do aresto a quo não comprovaram de forma indene de dúvida que os fatos ocorreram entre o registro de candidatura (26/9/2020) e a data das eleições (15/11/2020) (...)" (Acórdão de 17.11.2023)

TSE – Processo n. 0600850-87.2020.6.20.0050 "Na linha da jurisprudência deste Tribunal Superior, a captação ilícita de sufrágio, capitulada no art. 41-A da Lei das Eleições, perfaz-se quando presentes, cumulativamente, os seguinte requisitos: doação, oferecimento, promessa ou entrega de bem ou vantagem de qualquer natureza a eleitor; (b) dolo específico de obter o voto; (c) ocorrência dos fatos entre a data do registro de candidatura e a eleição; (d) participação, direta ou indireta, do candidato beneficiado ou a sua concordância ou conhecimento dos fatos (AREspE nº 0600601-10/BA, de minha relatoria, julgado em 30.3.2023, *DJe* de 14.4.2023). No que concerne especificamente à configuração da captação ilícita de sufrágio, o TRE/RN consignou que a Associação do Centro Social de Cultura e Lazer da Criança e do Adolescente (PROAMFA), instituição privada sem fins lucrativos, com atuação no Município de Parnamirim/RN, tinha como presidente o recorrente [...] e, como "[...", o recorrente [...], popularmente conhecido como "[...]", e que era utilizada como fachada para um esquema organizado de favorecimento político-eleitoral em prol de sua candidatura (id. 159004312), como se observa no seguinte fragmento do acórdão regional (...)" (Acórdão de 29.08.2023)

<u>TSE - Processo n. 0600343-73.2020.6.18.0021</u> "Agravo interno. Recursos especiais. Eleições 2020. Vereador. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Captação ilícita de

sufrágio. Art. 41-A da lei 9.504/97. "(...) Mérito. Apreensão. Lista. Nomes e valores. Santinhos. Dinheiro em espécie. Noite anterior ao pleito. Vínculo com candidata beneficiada. Ciência da prática ilícita. Gravidade. Acervo probatório robusto. Súmula 24/TSE. Negativa de provimento. "(...) Não resta dúvida de que [...] foi beneficiária das ações de [...] já que era seu o vasto material publicitário apreendido em poder do executor da compra de voto, e entre eles existia vínculo com fins eleitorais, demonstrados por meio do relato de testemunhas e de postagens em rede social a indicar que ela ao menos tinha ciência da prática ilícita. Também se faz presente a gravidade dos fatos para violar a legitimidade do pleito, pontuada pela Corte a quo diante elevada reprovabilidade da conduta de negociar vantagem indevida visando influenciar a vontade do eleitor na noite anterior ao dia do pleito em município de pequeno porte, conduta claramente apta a desequilibrar a disputa eleitoral. Desse modo, considerando a base fática descrita no aresto a quo, constata-se a presença de conjunto probatório robusto e convergente acerca da prática ilícita, e as circunstâncias indicam gravidade bastante para macular a legitimidade do pleito, assim como ficou demonstrado de forma clara a ciência e benefício da candidata. Conclusão diversa esbarra no óbice da Súmula 24/TSE, que veda reexame de fatos e provas em sede extraordinária.". (Acórdão de 20.10.2022)

TSE – Processo n. 0600537-53.2020.6.05.0177 "(...) 2. Conforme jurisprudência deste Tribunal, para se configurar a captação ilícita de sufrágio, é necessária a presença dos seguintes elementos: "(a) capitulação expressa da conduta no tipo legal descrito no art. 41-A da Lei n. 9.504/1997; (b) realização da conduta no período eleitoral; (c) prática da conduta com o especial fim de agir, consubstanciado na vontade de obter o voto do eleitor ou de grupo determinado ou determinável de eleitores; (d) existência de conjunto probatório robusto acerca da demonstração do ilícito, considerada a severa penalidade de cassação do registro ou diploma" (RO-El 0603024-56/DF, Rel. Min. [...], DJE de 26/10/2020). "(...) 5. Todavia, conforme assentado no aresto a quo, ainda que alguns moradores tenham recebido o documento que regulamentava sua posse em 2020, a regularização fundiária foi concluída ainda no ano de 2019, anterior ao período eleitoral. Inexiste, ademais, prova de que a prática do ato foi condicionada à obtenção de voto. Não há falar, assim, em captação ilícita de sufrágio ou abuso de poder político.". (Acórdão de 23.06.2022)

<u>TSE – Processo n. 0600428-59.2019.6.18.0000</u> "Alegação da prática de captação ilícita de sufrágio e de abuso do poder econômico. Fornecimento de 44 passagens aéreas e locação

de ônibus para eleitores de [...], em troca de votos. Fornecimento de material de construção e de dinheiro em troca de votos. Ilícitos suficientemente comprovados nos autos. Desprovimento do recurso. Manutenção da sentença de procedência do pedido inicial". (Acórdão de 17.12.2020)

TSE - Processo n. 0602991-66.2018.6.07.0000 "(...) Eleições 2018. Governador e vicegovernador. Recurso ordinário. Improcedência na origem. AIJE por captação ilícita de sufrágio e abuso do poder econômico. Julgamento conjunto com a AIJE nº 0603024-56/df. Promessas de reconstrução de casas demolidas pela (..) e de reforma em creches e escolas públicas com recursos próprios. Preliminares de cerceamento de direito de produção probatória e de ausência de contestação rejeitadas. Mérito. Configuração de promessas genéricas. Inexistência de dispêndio de recursos patrimoniais. Gravidade não demonstrada. Negado provimento ao recurso ordinário. (...) Captação ilícita de sufrágio. A jurisprudência do TSE exige, cumulativamente, para a configuração da captação ilícita de sufrágio, o cumprimento dos seguintes requisitos: (a) capitulação expressa da conduta no tipo legal descrito no art. 41-A da Lei n. 9.504/1997; (b) realização da conduta no período eleitoral; (c) prática da conduta com o especial fim de agir, consubstanciado na vontade de obter o voto do eleitor ou de grupo determinado ou determinável de eleitores; (d) existência de conjunto probatório robusto acerca da demonstração do ilícito, considerada a severa penalidade de cassação do registro ou diploma. Na espécie, as promessas feitas pelos candidatos a respeito de problemas fundiários e de educação possuem caráter genérico, o que, segundo o entendimento do TSE, afasta a incidência do art. 41-A da Lei n. 9.504/1997, por não se dirigirem a eleitores individualizados ou a grupo determinado ou determinável de eleitores, mas, sim, à população em geral. Ausente o especial fim de agir exigido para a configuração do ilícito. Precedentes". (Acórdão de 27.08.2020)

TRE/SP – Processo n. 0600481-65.2020.6.26.0167 "(...) Para a caracterização ilícita de sufrágio, por sua vez, o art. 41-A da Lei nº 9.504/97 exige que o oferecimento de bem ou vantagem pessoal tenha finalidade eleitoral, condição que deve ser extraída a partir das circunstâncias do caso concreto, ainda que não tenha havido pedido explícito de votos. "(...) No caso, examinando de forma acurada as provas orais (IDs nºs 65060133 e ss.) e documentais (fotos – Ids nºs 50232451, 50232501 e 50232551 - e vídeo - ID nº 50232751) constantes dos autos, concluo, pelas razões que serão expostas, que a r. sentença recorrida

está bem fundamentada e deve ser mantida. Isso porque, embora seja incontroversa a presença dos candidatos [...] e [...] no encontro, não ficou comprovado se realmente ocorreu distribuição ou oferecimento gracioso de bebidas ou, caso tenha ocorrido, em que medida os representados tiveram responsabilidade sobre esse fato. (Acórdão de 22.02.2024)

TRE/SP - Processo n. 0600700-16.2020.6.26.0123 "Recurso eleitoral. Eleições 2020. Cargos de prefeito e vice-prefeito. Ação de investigação judicial eleitoral. Captação ilícita de sufrágio e abuso de poder político. Sentença de procedência. Cassação do registro ou diploma, multa e declaração de inelegibilidade. Preliminares de cerceamento de defesa e de ilicitude da prova. Afastadas. Gravação ambiental feita por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro. Prova considerada lícita. Precedente do STF. Mérito. Promessa de emprego em troca de voto de eleitor. Captação ilícita de sufrágio comprovada. Acervo probatório lastreado em vídeo e na prova testemunhal a revelar, de modo seguro, a ocorrência da compra de voto de eleitora, mediante promessa de emprego. Abuso de poder político não caracterizado. Ausência de gravidade suficiente para comprometer a normalidade das eleições. Reforma parcial da sentença para afastar a condenação de abuso de poder político e a sanção de inelegibilidade. Eventual declaração de inelegibilidade deve ser examinada em ação própria. Contudo, a anotação da condenação dos recorrentes, por captação ilícita de sufrágio, no cadastro nacional de eleitores é medida que se impõe. Provimento parcial do recurso eleitoral, apenas para afastar a condenação por abuso de poder político e a declaração de inelegibilidade, ficando imposta a anotação desta condenação no cadastro nacional de eleitores, mantendo-se a condenação dos recorrentes pela prática de captação ilícita de sufrágio". (Acórdão de 11.08.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600875-70.2020.6.26.0297 "Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral - AIJE. Eleições 2020. Cargos de prefeito e vice-prefeito. Preliminares: cerceamento de defesa e violação ao princípio da dialeticidade recursal afastadas. Abuso de poder econômico e captação ilícita de sufrágio (artigo 41-A, da lei 9.504/1997). Sentença de improcedência. Supostas distribuição de cestas básicas e oferecimento de dinheiro em troca de votos. Conjunto probatório frágil. Captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico não configurados. Manutenção da sentença. Desprovimento do recurso. (...) Além disso, o entendimento pacífico da Corte Superior Eleitoral é no sentido de que "a condenação por captação ilícita de sufrágio (Lei 9.504/97, art. 41-A) exige a demonstração da participação ou

anuência do candidato, que não pode ser presumida " (Precedente: AgR-REspe n. 44944/BA, Relator(a): Min. (...), DJE de 12/08/2019 e RO n. 185866/MT, Relator(a): Min. (...), DJE de 20/02/2019) - Grifos nossos. Acerca deste assunto, [...] [1] leciona que: "A captação ilícita de sufrágio denota a ocorrência de ato ilícito eleitoral. Impõe-se, pois, a responsabilização dos agentes e beneficiários do evento. (...) Estará configurada sempre que a eleitor for oferecido, prometido ou entregue bem ou vantagem com o fim de obter-lhe o voto. Também ocorrerá na hipótese de coação, isto é, prática de 'atos de violência ou grave ameaça a pessoa, com o fim de obter-lhe o voto' (art. 41-A, § 2º). Assim, a causa da conduta inquinada deve estar diretamente relacionada ao voto. A perfeição dessa categoria legal requer: (i) realização de uma das condutas típicas, a saber: doar, oferecer, prometer ou entregar bem ou vantagem pessoal a eleitor, bem como contra ele praticar violência ou grave ameaça; (ii) fim especial de agir, consistente na obtenção do voto do eleitor; (iii) ocorrência do fato durante o período eleitoral" - Grifos nossos". (Acórdão de 10.05.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600680-75.2020.6.26.0074 "Captação ilícita de sufrágio e abuso do Poder Econômico. Não caracterização. Conjunto probatório insuficiente para o reconhecimento do ilícito eleitoral. Para a caracterização da captação ilícita de sufrágio, devem estar presentes três requisitos: a) prática de uma das condutas descritas no dispositivo, no curso do processo eleitoral; b) a evidência de dolo específico, com a finalidade especial do agente de obter o voto do eleitor; e c) participação ou anuência do candidato beneficiário na prática do ato. Necessidade de prova robusta. Ausência de prova de oferecimento de vantagem pessoal em troca do voto ao candidato. Ilícito eleitoral não configurado. Sentença mantida. Matéria preliminar afastada. Recurso desprovido". (Acórdão de 15.07.2021)

TRE/GO Processo n. 0600970-14.2020.6.09.0026 "(...) 1. O conjunto probatório formado por prova testemunhal e documental (audiovisual) lícita, revela que o recorrente, valendo-se de sua candidatura ao cargo de vereador, ofertou e anuiu a entrega de quantia em dinheiro a eleitora específica, acompanhado de expresso pedido de voto no dia das eleições, restando caracterizada captação ilícita de sufrágio, nos moldes do que prevê o art. 41-A da Lei n. 9.504/97. 2. Encontra-se patente a gravidade dos fatos imputados e comprovados, de forma a impor as sanções de cassação de diploma e multa.3. Recurso conhecido e desprovido.". (Acórdão de 30.06.2022)

TRE/MG - Processo n. 0600751-92.2020.6.13.0089 "Recursos Eleitorais. Ações de Investigação Judicial Eleitoral. Eleições 2020. Captação ilícita de sufrágio. Art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Abuso de poder econômico. Abuso dos meios de comunicação social. Art. 22 da LC nº 64/90. Candidatos aos cargos de Prefeito, de Vice-Prefeito e de Vereador. Extinção parcial do processo sem julgamento do mérito. Sentença de improcedência. "(...)2. Mérito. Alegação de utilização da estrutura de Secretaria Municipal pelo seu titular, em benefício das candidaturas dos Recorrentes aos cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito. Alegação de oferecimento e entrega de vantagens e bens para cidadãos em troca de votos. Suposta ofensa ao art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Admissão de procedimentos prévios, de natureza administrativa e inquisitória, instaurados pelo MPE a fim de levantar elementos informativos nos feitos eleitorais. Interpretação do art. 105-A da Lei 9.504/97 de acordo com o art. 127 da CRFB/88. Precedentes do TSE. Prova consistente em mensagens extraídas de aparelho de telefone celular apreendido. Autorização judicial para utilização de prova produzida em procedimento inquisitório. Possibilidade de utilização em sede de AIJE. Contraditório oportunizado à parte de forma diferida. Existência de meros indícios de que foram cometidos ilícitos. A condenação por captação ilícita de sufrágio e por abuso de poder exige conjunto probatório robusto. Caderno probatório extremamente frágil. Captação ilícita de sufrágio não comprovada(...)". (Acórdão de 30.11.2023)

TRE/PE Processo n. 0600265-16.2020.617.0051 "(...) 2. Captação ilícita de sufrágio. Ausência de provas suficientes para configuração da doação de bem ou vantagem pessoal, concreta, a eleitor individualizado. Inexistência de referência à troca de benesses por obtenção de votos. Não configuração dos elementos descritos no tipo eleitoral.". (Acórdão de 21.02.2022)

8.6. Condutas previstas no artigo 22 da Lei Completar 64/90 cumuladas com Conduta Vedada - Art. 73 da Lei n. 9.504/97

TSE - Processo N. 0600105-70.2020.6.23.0003 "Recursos especiais. Eleições 2020. Prefeito. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Abuso do poder político (art. 22 da lc 64/90). Conduta vedada a agentes públicos (art. 73, IV, da lei 9.504/97). "(...) Tema de fundo.

Distribuição. Cestas básicas. Desvio de finalidade. Falas e discursos. Recorrentes. Ausência. Entrega indiscriminada. Proximidade. Período eleitoral. Elevado número de beneficiários. Ilícitos configurados. 5. O abuso do poder político (art. 22 da LC 64/90) configura—se quando o agente público, valendo—se de sua condição funcional e em manifesto desvio de finalidade, desequilibra disputa em benefício de sua candidatura ou de terceiros. Precedentes.6. Nos termos do art. 73, IV, da Lei 9.504/97, é proibido aos agentes públicos "fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público". O ilícito pressupõe três requisitos cumulativos: (a) contemplar bens e serviços de cunho assistencialista, diretamente à população; (b) gratuidade, sem contrapartidas; (c) caráter promocional em benefício de candidatos ou legendas. Precedentes. (Acórdão de 08.02.2024)

TSE - Processo n. 0600291-52.2020.6.15.0024 "Eleições 2020. Agravo interno. Agravo em recurso especial. AIJE. Abuso de poder e conduta vedada. Parcial procedência na instância ordinária. Abuso de poder afastado. Conduta vedada reconhecida. Incidência de multa. art. 73, § 10, da lei nº 9.504/1997. Distribuição de auxílio financeiro em ano eleitoral. Cheques. Não comprovação de configuração das exceções permissivas previstas no mesmo dispositivo legal. Pretensão de reexame de fatos e provas. Enunciado nº 24 da súmula do TSE. Inversão indevida do ônus da prova. Não ocorrência. Provas apresentadas que demonstram a distribuição de auxílio financeiro em período vedado. Ônus de prova não atendido pela parte, a fim de demonstrar o caráter lícito das benesses. Precedente. Decisão agravada que não merece reparo. Negado provimento ao agravo interno. (Acórdão de 23.11.2023)

TSE - Processo n. 0601665-27.2022.6.00.0000 "Ação de investigação judicial eleitoral. Eleições 2022. Eleição presidencial. Candidato à reeleição. Coletivas de imprensa. Divulgação de apoios. Manifestações. Governadores reeleitos. Ato público de campanha. Palácio da alvorada. Bem público. Espaço não acessível a outras candidaturas. Simbolismo. Desvio eleitoral. Uso indevido. art. 73, I, lei nº 9.504/1997. Violação objetiva. Ausência de gravidade. Abuso de poder político não configurado. Improcedência dos pedidos." (Fixação de tese no julgamento conjunto das AIJES nº 0601.212-32 e nº 0601.665-27) Retomado o julgamento, o Tribunal, por unanimidade, nos termos do voto do Ministro Relator, fixou a seguinte tese para as eleições 2024 e seguintes: "Somente é lícito à pessoa ocupante de cargos de Prefeito, Governador e Presidente da República fazer uso de cômodo da residência

oficial para realizar e transmitir live eleitoral, se: a) tratar-se de ambiente neutro, desprovido de símbolos, insígnias, objetos, decoração ou outros elementos associados ao Poder Público ou ao cargo ocupado; b) a participação for restrita à pessoa detentora do cargo; c) o conteúdo divulgado se referir exclusivamente à sua candidatura; d) não forem utilizados recursos materiais e serviços públicos, nem aproveitados servidoras, servidores, empregadas e empregados da Administração Pública direta e indireta; e houver devido registro, na prestação de contas, de todos os gastos efetuados e das doações estimáveis relativas à live eleitoral, inclusive relativos a recursos e serviços de acessibilidade." (Acórdão de 19.10.2023)

TSE – Processo n. 0600714-16.2020.6.26.0344 "Eleições 2020. Agravo em recurso especial. AIJE. Vereadores. Conduta vedada e abuso do poder político. Aprovação de projeto de lei encaminhado pelo prefeito com a finalidade de reduzir o valor da tarifa da passagem de ônibus no município. Não configuração dos ilícitos alegados. Enunciado n. 24 da súmula do TSE. Negado provimento ao agravo em recurso especial.1. O TRE/SP julgou improcedente a AIJE ajuizada pelo MPE em desfavor de 9 vereadores de Campo Limpo Paulista/SP para apurar suposta prática de abuso de poder político e conduta vedada, consubstanciada na aprovação de projeto de lei, encaminhado pelo então prefeito, dispondo sobre a concessão de subsídio para o custeio do Sistema de Transporte Coletivo Urbano Municipal, com o fim de reduzir o valor da tarifa da passagem de ônibus. 2. A deliberação, pela Câmara de Vereadores, acerca de projeto de lei encaminhado pelo chefe do Poder Executivo não configura a conduta vedada pelo art. 73, § 10, da Lei n. 9.504/1997, que visa coibir atos de cunho administrativo e não o legítimo exercício da função típica e precípua do Poder Legislativo de legislar.3. A Constituição Federal, em seu art. 29, VIII, garante imunidade material aos membros do Parlamento Municipal, da qual exsurge a inviolabilidade não apenas por suas palavras e opiniões, mas também pelos votos proferidos no exercício do mandato na circunscrição em que atuam.4. O Tribunal local assegurou não ter sido comprovado nenhum elemento subjetivo na conduta dos vereadores que os relacionasse com eventual intenção eleitoreira na iniciativa do prefeito de encaminhar o projeto de lei complementar. Incidência, no ponto, do Enunciado n. 24 da Súmula do TSE. 5. Negado provimento ao agravo em recurso especial.". (Acórdão de 02.09.2022)

<u>TSE – Processo n. 0600108-91.2018.6.27.0000</u> "Eleições suplementares 2018. Recurso ordinário. Ação de investigação judicial eleitoral. Governador e vice-governador. Conduta

vedada e abuso do poder político. Cumulação de pedidos. Apuração concomitante. Possibilidade. Precedentes. Publicidade institucional. Nomeação e exoneração de servidor público. Extinção de contratos temporários. Período proibido. Condutas vedadas caracterizadas. Multa. Aplicação. Razoabilidade. Abuso de poder. Ausência de gravidade. Benefício eleitoral não provado. Provimento parcial". (Acórdão de 06.05.2021)

TRE/SP - Processo n. 0600112-27.2021.6.26.0041 "(...) Outrossim, especificamente sobre o abuso de poder político, sabe-se que este é definidos como o uso da máquina pública em prol de determinadas candidaturas, respectivamente, alterando indevidamente as forças concorrentes ao pleito, em detrimento da liberdade de voto e em prejuízo da normalidade e da legitimidade das eleições, conforme pacificado pela jurisprudência do C. Tribunal Superior Eleitoral: (...) Isso posto, deve-se ainda considerar que o critério norteador da investigação de qualquer ato de abuso de poder é a gravidade da conduta no contexto em que praticada, avaliando-se, para tanto, a aptidão de comprometimento da higidez e legitimidade das eleições, bens jurídicos protegidos pela legislação, sendo certo, ainda, que para a configuração do ato abusivo, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a referida gravidade das circunstâncias que o caracterizam[2], nos exatos termos do disposto no artigo 22, inciso XVI, da Lei Complementar n. 64/90[3]. Assim, é necessário ressaltar, ao contrário do quanto alegado pelo recorrente, que não há nos presentes autos qualquer indício ou mesmo qualquer correlação que indique que os candidatos à reeleição, [...] e [...], utilizaram-se da máquina pública em benefício de suas candidaturas, causando desequilíbrio no pleito eleitoral. Nesse sentido, quanto ao abuso de poder que seria fundamento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral - AIJE, limita-se a inicial a tecer acusações, nomeadamente sem o lastro probatório mínimo e apto a embasar as pesadas sanções decorrentes da caracterização de abuso de poder em qualquer de suas acepções.". (Acórdão de 01.12.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600407-07.2020.6.26.0233 "Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Eleições de 2020. cargos de prefeito e vice-prefeito. Abuso de poder político e conduta vedada. Publicidade institucional em período vedado (art. 73, III, da Lei n. 9.504/1997). Informações essenciais ao controle de atos administrativos e recurso públicos. Atendimento ao princípio da publicidade. Ausência de nomes, símbolos, imagens que possam identificar o chefe do poder executivo, candidato à reeleição. Abuso de poder político e

conduta vedada, não configurados. Manutenção da sentença. Desprovimento do recurso. "(...) Nesse particular, oportuno registrar que, "a jurisprudência deste Tribunal é uníssona no sentido de que é permitida a manutenção das placas de obras públicas, desde que não seja possível identificar a administração do concorrente ao cargo eletivo" (AgR-AI n. 8542 - Guarapuava/PR, Relator (a): Min. [...], DJE de 02/02/2018) (...)". (Acórdão de 12.07.2021)

TRE/SP – Processo n. 0600943-18.2020.6.26.0330 "(...) Artigo 73, incisos I e IV, da Lei n. 9.504/1997. As hipóteses do artigo 73, da Lei n. 9.504/1997, por serem punitivas e representarem restrições de direitos, devem ser interpretadas restritivamente, não se admitindo interpretação extensiva, ampliativa ou analógica. Veiculação de propaganda eleitoral em caminhonete pertencente a pessoa jurídica de direito privado contratada pelo Poder Público para a execução de obras específicas – Não há provas de que o bem em questão estava afetado a finalidade pública – Proprietário da empresa não se enquadra no conceito de agente público estabelecido pelo artigo 73, §1º, da Lei n. 9.504/1997 – Prática de conduta vedada descaracterizada. "(...) Portanto, descaracterizada a publicidade institucional, afasta-se a tese de que houve a prática da conduta vedada do artigo 73, inciso VI, alínea "b", da Lei das Eleições, e o abuso de autoridade (artigo 74, do mesmo diploma legal)". (Acórdão de 27.05.2021)

TRE/PA - Processo n. 0600193-51.2020.6.14.0006 "Recurso eleitoral. Eleições 2020. Prefeito. Ação de investigação judicial eleitoral. Conduta vedada. Projeto de lei. Isenção de ISS. Abuso de poder político e econômico. Contratos temporários. Propaganda eleitoral antecipada. Uso de transporte municipal em ato de propaganda. Ausência de conteúdo probatório. Ausência de gravidade das condutas comprovadas. Precedentes. Recurso conhecido e desprovido. (Acórdão de 01.02.2024)

TRE/RS - Processo n. 0601284-63.2020.6.21.0110 "(...) 6. Alegada presença do candidato em inauguração de obra pública e utilização das redes sociais para divulgação de propaganda política. A divulgação da realização do asfaltamento pelos recorridos nas redes sociais não viola a legislação eleitoral, pois se constitui em um ato legítimo de campanha e de convencimento do eleitor, fazendo parte do debate político. Em que pese o candidato tenha enaltecido a realização da obra de asfaltamento de vias, bem como tenha veiculado imagens como propaganda eleitoral nas redes sociais, o fato não pode ser interpretado como

inauguração de obra, uma vez que não é mostrado nenhum tipo de evento, cerimônia ou solenidade, tampouco movimentação de pessoas e veículos no local. Embora tenha ocorrido proveito da oportunidade para exaltar o trabalho da administração municipal (com evidente propósito de angariar votos), não foi promovida a participação de eleitores. A simples divulgação da obra não é suficiente para caracterizar uma inauguração, de modo a configurar a prática da conduta vedada de que trata o art. 77 da Lei das Eleições (...)". (Acórdão de 11.12.2023)

8.7. Condutas previstas no artigo 22 da Lei Completar 64/90 cumuladas com Irregularidade na Arrecadação e Gastos de Campanha - Art. 30-A da Lei n. 9.504/97

Vide art. 19 da Lei Complementar 64/1990

TSE - Processo n. 0601775-59.2018.6.11.0000 "Abuso dos poderes político e econômico (art. 22 da LC n. 64/1990), c/c captação e utilização ilícita de recursos financeiros em campanha (art. 30-A da lei n. 9.504/1997). (1) pretensa extrapolação do teto de gastos. Não ocorrência. Análise conjunta entre os limites de doação de pessoa física e de candidato (CNPJ). Desacerto. Limites autônomos. consulta-TSE n. 44-54/DF. Falibilidade da norma eleitoral. Receita bruta. Critério englobado no conceito de rendimento bruto para fins de doações eleitorais operadas por produtor rural. (2) mercantilização de candidaturas. Cooptação de apoio político. Candidatos donatários oriundos de correntes ideológicas e/ou redutos políticos distintos. Esfera eleitoral distinta (federal e estadual). Articulação política. Não comprovação. Prática abusiva não confirmada. Ausência de robustez do caderno probatório. (3) triangulação financeira. Fonte vedada. Ingresso dissimulado de recursos financeiros oriundos de pessoas jurídicas a partir da atuação de pessoa física interposta (laranja). Ampliação objetiva da lide. Não ocorrência. Mascaramento da origem dos recursos financeiros. Transações bancárias. Lisura comprometida. Articulação entre pai e filho. Pretenso empréstimo familiar. Não verificação. Sucessivos créditos e débitos com valores e/ou datas próximos. Reprovabilidade. Confusão patrimonial. Gravidade da conduta. Acervo fático-probatório. Robustez. (4) art. 22, XVI, DA LC n. 64/1990, c/c o art. 30-A da lei n.

9.504/1997. Cassação de diploma e declaração de inelegibilidade do investigado para as eleições que forem realizadas nos 8 anos subsequentes ao pleito em que verificadas as condutas abusivas. Desentranhamento de documentos. Recurso ordinário a que se dá parcial provimento. (...)". (Acórdão de 23.08.2022)

TSE – Processo n. 0000615-76.2016.6.16.0033 "Agravo interno. Recurso especial. Eleições 2016. Candidato. Prefeito. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Abuso do poder econômico. Art. 22 da LC 64/90. Uso. Doadores "laranjas". Triangulação de recursos. Provas robustas. Gravidade dos fatos. Reexame. Conjunto probatório. Súmula 24/TSE. Negativa de provimento. "(...). Ademais, reitere-se que, diante do conceito aberto do art. 22 da LC 64/90, inexiste óbice de que o abuso do poder econômico abarque condutas que também possam configurar, eventualmente, arrecadação ilícita de recursos de campanha (art. 30-A da Lei 9.504/97). Trata-se, aliás, de tema expressamente abordado no decisum agravado, ao contrário do que sustenta o agravante. Nesse sentido, envolvendo o financiamento irregular de campanha — e, mais especificamente, doações mediante recursos de origem não identificada e uso de doadores "laranjas" — menciono dois julgados que serão objeto de exame mais detido na sequência: RO-El 0600818-68/SE, Rel. Min. [...], DJE de 19/10/2021 e AgR-REspEl 1-16/AM, Rel. Min. Luis [...], DJE de 18/3/2021(...)". (Decisão monocrática de 08.11.2022. Disponível em Consulta Pública — PJE)

TSE – Processo n. 0000001-16.2017.6.04.0051 "(...) De acordo com o [...], houve "doações de pessoas jurídicas, por meio dos sócios proprietários, o que evidencia a captação ilícita de recursos eleitorais em afronta ao art. 30-A da Lei n. 9.504/97". Decidir de modo diverso demandaria reexame de fatos e provas, inviável em sede extraordinária (Súmula 24/TSE). No caso, reitero, além de os ilícitos representarem valores absolutos e percentuais de elevada monta no contexto da campanha (R\$ 118.000,00; 57,7%), tem-se que a forma como praticados, em evidente burla, subtraindo-se da análise da Justiça Eleitoral a efetiva origem dos recursos, autoriza manter o aresto a quo. De outra parte, mais uma vez nos termos da remansosa jurisprudência, "[...] evidenciada conduta que comprometa a disputa eleitoral, quebrando a isonomia entre os candidatos, impõe-se cassar os registros ou diplomas de todos os beneficiários, cabendo ao órgão julgador definir sua atuação no ilícito apenas para fim de inelegibilidade, que possui natureza personalíssima". (Acórdão de 04.03.2021)

TSE – Processo n. 463-32.2016.6.26.0168 "Recursos eleitorais. Ação de investigação judicial eleitoral - AIJE. Captação e gastos ilícitos de recursos de campanha (art. 30-A, da Lei n. 9.504/1997). Eleições 2016. Prefeito e vice-prefeito. Sentença de procedência. Cassação do diploma e declaração de inelegibilidade. Recurso interposto pelos requeridos. Preliminares de intempestividade e negativa de prestação jurisdicional. Rejeitadas. Prejudicial de decadência do direito de ação. Afastada. Nova redação dada ao artigo 30-A, da Lei das Eleições pela Lei n. 12.034/2009". (Acórdão de 05.11.2019)

TRE/SP – Processo n. 0600099-06.2021.6.26.0210 "Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral – AIJE. Eleições 2020. Captação ilícita de sufrágio (artigo 41–A, da lei 9.504/1997), Captação e gasto ilícito de recursos em campanha (artigo 30–A, da lei 9.504/1997), e abuso de poder econômico. Sentença de improcedência. Supostas distribuição de cestas básicas, botijões de gás, dentre outros bens e pagamento de contas em troca de votos. Conjunto probatório frágil. Captação ilícita de sufrágio, arrecadação e gasto ilícito de recursos em campanha eleitoral e/ou abuso de poder econômico não comprovados. Manutenção da sentença. Desprovimento do recurso.". (Acórdão de 12.07.2022)

TRE/MG – Processo n. 0600656-73.2020.6.13.0247 "(...) Não há mais interesse processual relacionado à possibilidade de cometimento do ilícito do art. 30-A, pois comprovado o ilícito relativo à arrecadação ou despesa de campanha, a única sanção aplicável seria a cassação do diploma dos candidatos envolvidos, que no presente caso não foram eleitos". (Acórdão de 24.08.2021)

8.8. Fraude à cota de gênero

Vide art. 10, § 3º da Lei 9.504/97

TSE – Processo n. 0600249-50.2020.6.09.0127 "Agravo interno no agravo em recurso especial eleitoral. Vereador. Ação de investigação judicial eleitoral. Fraude à cota de gênero. Candidatura feminina fictícia. Presença de elementos que denotam a configuração do ilícito.

Conformidade com a jurisprudência desta corte superior. Agravo interno provido.1. A formalização de renúncia à candidatura torna-se indiferente quando possível constatar a presença de padrões indicativos de fraude, a exemplo da ausência de gastos eleitorais e da não realização de atos de campanha durante todo o período em que a candidata se manteve na disputa, tendo em vista que tais elementos denotam que nunca houve, de fato, a pretensão de concorrer ao pleito (...)". (Acórdão de 22.02.2024)

TSE - Processo n. 0601822-64.2022.6.12.0000 "(...) 10.2. O TSE assentou que "a interpretação dos dispositivos atinentes à promoção da igualdade de gênero deve ser feita de modo a conferir máxima efetividade ao princípio da igualdade, o que, na espécie, consiste em levar em conta o número de candidaturas efetivamente requeridas, sem decotar, desse total, a candidatura fictícia" (AREspE nº0600877-41/ES, rel. Min. [...], julgado em 6.11.2023, DJe de 28.11.2023).10.3. O entendimento desta Corte Superior de que "as agremiações partidárias, como pessoas jurídicas essenciais à realização dos valores democráticos, devem se comprometer ativamente com a concretização dos direitos fundamentais - são dotados de eficácia transversal – mediante o lançamento de candidaturas femininas juridicamente viáveis, minimamente financiadas e com pretensão efetiva de disputa". Nessa linha, salientou, ainda, que, caso venha a ser questionada a candidatura, "[...] o partido deve, se ainda viável a substituição nos autos do DRAP, fazer as adequações necessárias à proporção mínima de candidaturas masculinas e femininas. Não o fazendo a tempo e modo, as candidaturas femininas juridicamente inviáveis, ou com razoável dúvida sobre a sua viabilidade, podem ser consideradas fictas para fins de apuração de alegada fraude ao disposto no art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97" (REspEl nº 0600965-83/MA, rel. Min. [...], julgado em 29.8.2023, DJe de 15.9.2023).10.4. A partir desses parâmetros hermenêuticos, também no presente caso, permite-se concluir que o registro das candidaturas se deu tão somente para fraudar o disposto no art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997, considerando a insistência do partido em manter as candidaturas inviáveis como integrantes de sua cota mínima sem proceder às substituições nos autos do DRAP, embora existente tempo hábil para tanto, visto que os registros foram indeferidos, respectivamente, em 1º e 4.9.2022, e as candidaturas poderiam ser substituídas até 12.9.2022 (20 dias antes do pleito), associada à inação das candidatas em nem sequer recorrer das decisões de indeferimento de seus registros. 10.5. Consoante tem reconhecido esta Corte, "admite-se, portanto, que a má-fé na formação da chapa proporcional seja revelada com base em comportamentos posteriores, do partido e das candidatas, que tomados em conjunto evidenciem nunca ter havido interesse real na viabilidade das candidaturas femininas" (RO-El nº 0601884-67/RO, rel. Min. [...], julgado em 22.9.2022, DJe de 30.9.2022). (Acórdão de 06.02.2024)

TSE – Processo n. 0600913-45.2020.6.26.0083 Eleições 2020. Agravo em recurso especial eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral – AIJE. Fraude à cota de gênero. § 3º do art. 10 da lei n. 9.504/1997. Improcedência na origem. Desconformidade da decisão recorrida com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. Elementos probatórios suficientes para a caracterização da fraude. Possibilidade de revaloração. Recurso especial a que se dá provimento.1. O reenquadramento jurídico do contexto fático-probatório delineado na decisão recorrida não se confunde com reexame do acervo juntado aos autos e, por isso, não encontra óbice na Súmula n. 24 deste Tribunal Superior.2. Pelo quadro fático descrito no acórdão e constante da decisão agravada, conclui-se que a decisão proferida pelo Tribunal de origem diverge da orientação deste Tribunal Superior.3. De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, a comprovação da concomitância de a) votação zerada ou inexpressiva, b) não realização de atos de campanha em benefício próprio e c) ausência de movimentação financeira relevante ou prestação de contas zerada é suficiente para a caracterização da fraude à cota de gênero.4. Agravo e recurso especial providos para julgar procedente o pedido formulado na AIJE e a) cassar o diploma dos candidatos vinculados ao DRAP do Diretório Municipal do Partido Social da Democracia Brasileira - PSDB de Palmital/SP nas Eleições 2020; b) anular a votação obtida pelo partido recorrido na eleição proporcional, com a retotalização dos votos dos quocientes eleitoral e partidário, como estabelece o art. 222 do Código Eleitoral; c) aplicar a inelegibilidade pelo período de oito anos a Simone Ferreira. Cumprimento imediato da decisão, independentemente de publicação do acórdão. (Acórdão de 14.09.2023)

TSE – Processo n. 0600586-33.2020.6.20.0030 "Recurso especial. Eleições 2020. Vereador. Ação de Investigação judicial eleitoral (AIJE). Fraude. Cota de gênero. art. 10, § 3º, da lei 9.504/97. Candidatura fictícia. Provas robustas. Ausência de votos. Prestação de contas zeradas. Inexistência de atos efetivos de campanha. Problemas pessoais. Anterioridade. Candidatura. Desistência tácita. Não ocorrência. Provimento. (Acórdão de 31.08.2023)

TSE – Processo n. 0600965-83.2020.6.10.0019 "Eleições 2020. Recurso especial eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Documento novo. Preclusão. Desentranhamento. Cerceamento de defesa. Não caracterização. Fraude à cota de gênero. Não substituição das candidatas. Óbices à elegibilidade flagrantes ou presumíveis. Candidaturas fictas. Provimento parcial.12. A partir do parâmetro hermenêutico de que o lançamento de candidaturas femininas deve ser efetivo, minimamente viável no plano jurídico, a insistência do partido em manter, como integrantes de sua cota mínima, candidatas com óbices relevantes ao deferimento dos respectivos registros, associada à inação das candidatas para a defesa de suas candidaturas e para a consequente continuidade das campanhas, evidencia a fraude ao art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97, mediante o preenchimento ficto da cota de gênero por quem não tinha a pretensão nem as condições jurídicas para participar do pleito.13. Se o partido agravado decidiu manter candidaturas femininas juridicamente inviáveis, ou sobre as quais pairava razoável dúvida, fê-lo por conta e risco e sob pena de uma vez desatendido o mínimo legal, ver reconhecida a fraude aos comandos normativos alusivos à promoção da participação da mulher na política e na representação de cargos parlamentares. (Acórdão de 29.08.2023)

TSE - Processo n. 0600983-13.2020.6.26.0358 "Agravo. Conversão. Recurso especial. Eleições 2020. Vereador. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Fraude. Cota de gênero. Art. 10, § 3º, da lei 9.504/97. Candidatura fictícia. Provas robustas. Ausência de votos. Movimentação financeira inexpressiva. Inexistência de atos efetivos de campanha. Provimento. (...) 2. De acordo com a jurisprudência desta Corte, a fraude à cota de gênero deve ser aferida caso a caso, a partir das circunstâncias fáticas de cada hipótese, notadamente levando-se em conta aspectos como falta de votos ou votação ínfima, inexistência de atos efetivos de campanha, prestações de contas zeradas ou notoriamente padronizadas entre as candidatas, dentre outras, de modo a transparecer o objetivo de burlar o mínimo de isonomia entre homens e mulheres que o legislador pretendeu assegurar no art. 10, § 3°, da Lei 9.504/97. 3. No caso, quanto às três candidatas, a somatória dos elementos contidos no aresto a quo permite concluir que as candidaturas tiveram como único fim burlar a regra do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/97: (a) votação zerada de duas e inexpressiva da terceira, com apenas dois votos; (b) movimentação de recursos de forma inexpressiva, sem trânsito de recursos financeiros em conta bancária; (c) ausência de quaisquer elementos que denotem a efetiva prática de atos de campanha, tais como militância em redes sociais,

participação no horário eleitoral gratuito, mobilização de rua, dentre outros." (Acórdão de 16.02.2023)

TSE – Processo n. 0600912-86.2020.6.26.0139 "Eleições 2020. Agravo em recurso especial. AIJE. Prefeito. Art. 10, § 3°, da lei nº 9.504/1997. Vereador. Fraude na cota de gênero. Ação julgada improcedente nas instâncias ordinárias. Configuração da fraude na cota de gênero. Demais elementos evidenciados das premissas fáticas do acórdão regional. Configuração do ilícito. Procedência. Recurso especial provido. (...) . Contudo, o quadro fático delineado no acórdão regional demonstra que as candidatas: (a) obtiveram votação ínfima ou zerada; (b) apresentaram prestação de contas com valor ínfimo patrocinado por outro candidato; (c) a prova testemunhal não foi capaz de assegurar a veracidade de sua candidatura, pois as testemunhas afirmaram que conheciam as candidatas, mas não as viram praticando atos de campanha. 3. As circunstâncias fáticas descritas nos autos apontam a ocorrência de fraude na cota de gênero, tendo em vista que, na linha da jurisprudência deste Tribunal Superior, fica configurado o referido ilícito quando "a obtenção de votação zerada ou pífia das candidatas, a prestação de contas com idêntica movimentação financeira e a ausência de atos efetivos de campanha são suficientes para evidenciar o propósito de burlar o cumprimento da norma que estabelece a cota de gênero, quando ausentes elementos que indiquem se tratar de desistência tácita da competição" (AgR-AREspE nº 0600549-92/BA, rel. Min. (...), julgado em 17.6.2022, DJe de 29.6.2022)." (Acórdão de 09.02.2023)

TSE – Processo n. 0600341-02.2022.6.00.0000 "(...)5. A partir do leading case do caso de Jacobina/BA (Agravo em Recurso Especial 0600651–94, rel. designado Min. (...), DJE de 30.6.2022), a jurisprudência do Tribunal tem reiteradamente assentado que "a obtenção de votação zerada ou pífia das candidatas, a prestação de contas com idêntica movimentação financeira e a ausência de atos efetivos de campanha são suficientes para evidenciar o propósito de burlar o cumprimento da norma que estabelece a cota de gênero, quando ausentes elementos que indiquem se tratar de desistência tácita da competição" (Recurso Especial 0600001–24, rel. Min. [...], julgado em 18.8.2022). Na mesma linha: REspEl 0600239–73, rel. Min. [...], DJE 25.8.2022; AgR–ARespE 0600446–51, rel. Min. [...], DJE 15.8.2022. (Acórdão de 06.10.2022)

TSE - Processo n. 0600866-25.2020.6.24.0084 "Eleições 2020. Agravo Interno Em Agravo Em Recurso Especial. AIJE. Vereador. Cota De Gênero. Art. 10, § 3º, da Lei N. 9.504/1997. Conluio Fraudulento. Prova Robusta. Ausência. Fraude Não Demonstrada. Prevalência Da Expressão do Voto Popular. Agravo Interno Não Provido. Tutela Cautelar Antecedente. Efeito Suspensivo. Perda Superveniente de Objeto. Pedido Cautelar e Agravo Interno Prejudicados. (...) 3. Os elementos probatórios trazidos ao processo devem ser capazes de, ao serem examinados em conjunto, oferecer ao julgador um juízo de altíssima verossimilhança da ocorrência da alegada fraude, caracterizada, por sua vez, pela má-fé ou conluio - acordo de vontades na fraude (consilium fraudis) – entre o partido e a candidata. 4. A incerteza acerca da efetiva intenção do partido de fraudar a cota de gênero faz prevalecer o postulado in dubio pro sufragio, segundo o qual a expressão do voto popular merece ser prioritariamente tutelada pela Justiça Eleitoral. Precedente. 5. Na espécie, o Tribunal a quo não evidenciou o indispensável conluio fraudulento, atribuindo a responsabilidade ao partido por culpa in vigilando, afirmando que a agremiação, ao ter verificado que a candidata (...)não praticou atos de campanha, deveria ter obstado essa omissão, sob pena de assumir o risco de se beneficiar da candidatura tida por fictícia.6. Ademais, o quadro fático delineado no acórdão regional não apresenta de forma robusta os elementos indispensáveis para o reconhecimento da fraude à cota de gênero". (Acórdão de 12.05.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600894-37.2020.6.26.0213 "Recurso eleitoral. Eleições 2020. Ação de investigação judicial eleitoral. Alegação de fraude na cota de gênero na candidatura ao pleito proporcional do partido democracia cristã de Osasco. Eleições 2020. Sentença que julgou improcedente a pretensão inicial. Candidatura feminina fictícia não demonstrada. Ausência de provas robustas acerca do ilícito suscitado. Comprovação da desistência tácita da candidata, em virtude do grave quadro de saúde apresentado pela filha. Recurso desprovido. (Acórdão de 08.02.2024)

TRE/SP – Processo n. 0600892-33.2020.6.26.0095 "Recurso eleitoral. Eleições 2020. Ação de investigação judicial (AIJE). Fraude a cota de gênero. Art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97. Supostas candidaturas fictícias. Sentença de procedência. Preliminar de nulidade da sentença afastada. Conjunto probatório insuficiente para o reconhecimento dos ilícitos eleitorais imputados. Recebimento de votos e comprovação mínima de atos de campanha. Desistência tácita da campanha eleitoral. Possibilidade. Necessidade de prova robusta. Os

representantes não se desincumbiram do ônus de comprovar que as candidaturas impugnadas eram fictícias, pois as provas constantes do presente feito limitadas à inquirição de testemunhas, que em nada contribuíram para a elucidação dos fatos, bem como os demais elementos meramente indiciários aqui apontados, não são contundentes ao ponto de comprovar, extreme de dúvidas, burla à legislação. A cassação do diploma da chapa eleita não pode ser determinada apenas com base em suposições e indícios de que tenha ocorrido o ilícito, isto é, em material probatório inábil para se atestar com o devido acerto que houve, de fato, fraude à cota de gênero. Precedentes. Irregularidade não configurada. Sentença de reformada para julgar improcedente a ação. Recurso provido. (Acórdão de 16.05.2023)

TRE/SP – Processo n. 0600536-76.2020.6.26.0050 "Recursos eleitorais. Ação de investigação judicial eleitoral. Eleições 2020. Alegação de fraude na cota de gênero pelo [...] de [...]no registro das candidaturas para o pleito proporcional. Sentença de parcial procedência. preliminares suscitadas nos recursos (...)". "(...) Candidaturas femininas fictícias demonstradas: [...] e [...]. Fraude caracterizada: (a) ínfima quantidade de votos recebidos na eleição; (b) prestações de contas idênticas com registro inexpressivo de recursos; (c) ausência de demonstração da prática de atos efetivos de campanha, tais como militância em redes sociais e mobilização de rua e (d) realização de propaganda eleitoral – por [...] – para candidato adversário, de outro partido político (...)". (Acórdão de 20.04.2023)

TRE/SP – Processo n. 0601331-90.2020.6.26.0015 "No caso, o lastro probatório não se apresenta suficiente para que se possa concluir pela ocorrência da aventada fraude no preenchimento da cota de gênero. Explico. "(...) Ademais, no cenário descrito pelo recorrente na petição inicial, o fato de a candidata [...] não ter obtido votos válidos não configura, por si só, demonstração inequívoca da ocorrência da aventada fraude. Sobre a campanha eleitoral, o fato de a referida candidata não a ter praticado também não é indicativo de fraude. Nesse ponto, as justificativas apresentadas por [...], em sua contestação, são plausíveis no sentido de que desistiu tacitamente de concorrer ao pleito, por motivos pessoais, circunstância que corrobora o fato de não ter recebido votos válidos. O recorrente, por seu turno, não fez prova da aventada fraude (...)". (Acórdão de 27.07.2021)

9. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

TSE - Processo n. 0600885-23.2020.6.14.0015 "Agravo interno. Agravo. Recurso especial. Eleições 2020. Prefeito. AIJE. Aresto regional. Nulidade da sentença. Determinação. Retorno dos autos à origem. Decisão interlocutória. Impugnação mediante recurso especial. Inadmissibilidade. Negativa de provimento. "(...) 2. Decisões interlocutórias proferidas em feitos eleitorais são irrecorríveis de imediato por não estarem sujeitas à preclusão, devendo a matéria ser impugnada em recurso contra decisum definitivo da Corte Regional. Precedentes.3. Na espécie, o TRE/PA limitou-se a anular a sentença e determinar o retorno dos autos à origem a fim de que seja realizada a regular instrução processual, inexistindo desfecho quanto ao mérito da demanda. 4. Agravo interno a que se nega provimento(...)". (Acórdão de 17.11.2023)

TSE - Processo n. 0600173-63.2023.6.00.0000 "Agravo regimental em mandado de segurança cível. Ação de investigação judicial eleitoral - AIJE. Impugnação de decisão interlocutória. Recorribilidade diferida. Inadmissibilidade da via processual. Quebra do sigilo telefônico. Decisão devidamente fundamentada. Ausência de teratologia. Súmula n. 22 do tribunal superior eleitoral. Inexistência de ilegalidade do ato impugnado. Ausência de direito líquido e certo. Negado provimento ao agravo regimental.1. As decisões interlocutórias ou sem caráter definitivo proferidas nos feitos eleitorais são irrecorríveis de imediato por não estarem sujeitas à preclusão, ficando os eventuais inconformismos para posterior manifestação em recurso contra a decisão definitiva de mérito. Precedentes.2. Somente em situações excepcionais, quando se tem teratologia ou manifesta ilegalidade, admite-se a impetração de mandado de segurança contra decisões judiciais recorríveis, conforme dispõe a Súmula n. 22 do Tribunal Superior Eleitoral.3. No caso em análise, a decisão que determinou a quebra do sigilo telefônico dos agravantes está devidamente fundamentada, não se verificando teratologia ou ilegalidade alguma.4. Agravo regimental desprovido. (Acórdão de 20.10.2023)

TSE – Processo n. 0600001-92.2021.6.05.0052 "Agravo interno. Recurso especial. Eleições 2020. Prefeito e vice–prefeito. AIJE. Aresto regional. Reforma parcial da sentença. Determinação. Retorno dos autos à origem. Decisão interlocutória. Impugnação mediante

recurso especial. Inadmissibilidade. Negativa de provimento.1. No decisum monocrático, negou—se seguimento a recurso interposto em face de aresto unânime do TRE/BA em que se afastou a decadência no tocante às alegações de prática do ilícito previsto no art. 30—A da Lei 9.504/97, com base no art. 1°, § 3°, II, da EC 107/2020.2. Decisões interlocutórias proferidas em feitos eleitorais são irrecorríveis de imediato por não estarem sujeitas à preclusão, devendo a matéria ser impugnada em recurso contra decisum definitivo da Corte Regional. Precedentes.3. Na espécie, o TRE/BA limitou—se a determinar o retorno dos autos à origem a fim de que seja realizada a dilação probatória relativa ao ilícito do art. 30—A da Lei 9.504/97, inexistindo desfecho quanto ao mérito da demanda.4. Agravo interno a que se nega provimento. "(...) Desse modo, o aresto é irrecorrível isoladamente, pois a matéria nele decidida não se sujeita à preclusão imediata, podendo ser impugnada no recurso a ser interposto em face do decisum de caráter definitivo que vier a ser prolatado no feito.". (Acórdão de 09.12.2022)

TSE – Processo n. 0600777-59.2020.6.05.0042 "Eleições 2020. Agravo interno em agravo em recurso especial. AIJE. Aresto regional conclusivo pela desnecessidade de formação de litisconsórcio passivo necessário. Anulação de sentença e determinação de retorno dos autos da AIJE à origem para o regular prosseguimento do feito. Acórdão de natureza interlocutória. Irrecorribilidade. Precedentes. Agravo interno ao qual se nega provimento. Trata-se, portanto, de decisão de natureza interlocutória, não terminativa, nos termos do art.203, §§ 1º e 2º, do CPC. Ora, é cedico que a jurisprudência deste Tribunal Superior alinha-se ao entendimento de que "[...] as decisões interlocutórias proferidas em feitos eleitorais não são impugnáveis de imediato, podendo a matéria ser suscitada oportunamente por ocasião do recurso contra a decisão terminativa" (AgR-Al n. 141-88/PB, rel. Min. [...], julgado em 1º.12.2015, DJe de 15.2.2016). Essa compreensão também está anotada na Res.-TSE n. 23.478/2016, que estabelece diretrizes gerais para a aplicação do CPC na Justiça Eleitoral e segundo a qual, em seu artigo 19:[...] as decisões interlocutórias ou sem caráter definitivo proferidas nos feitos eleitorais são irrecorríveis de imediato por não estarem sujeitas a preclusão, ficando os eventuais inconformismos para posterior manifestação em recurso contra a decisão definitiva de mérito. Assim, diante do não cabimento do recurso especial - e, por conseguinte, do primeiro agravo - fica inviável o conhecimento da matéria nele exposta, a qual poderá,

entretanto, ser suscitada em eventual interposição de recurso contra a decisão definitiva no processo, o que não acarreta prejuízo algum aos agravantes.". (Acórdão de 30.06.2022)

TSE – Processo n. 0600439-59.2020.6.05.0083 "(...) 2. De forma clara e expressa, ainda que em sentido oposto ao pretendido pelo embargante, esta Corte Superior assentou que o recurso especial foi interposto contra acórdão de natureza interlocutória, visto que o TRE/BA, tendo reputado desnecessária a formação de litisconsórcio passivo necessário, anulou a sentença e determinou o retorno dos autos à primeira instância para o aperfeiçoamento da relação processual e o regular processamento e julgamento da demanda. 3. O acórdão embargado negou provimento ao agravo interno com base na jurisprudência consolidada deste Tribunal Superior, no sentido de que as decisões interlocutórias ou sem caráter definitivo proferidas nos feitos eleitorais são irrecorríveis de imediato, ficando os eventuais inconformismos para posterior manifestação em recurso contra a decisão definitiva de mérito." (Acórdão de 26.05.2022)

TRE/MA - Processo n. 0602801-80.2022.6.10.0000 "(...) 6. Da insurgência do investigado, em sede de alegações finais, contra a decisão interlocutória que deferiu a juntada de documentos que instruíram o pedido de tutela cautelar antecedente. As questões resolvidas por decisão interlocutória, no procedimento do art. 22 da LC nº 64/90, não são recorríveis de imediato. Nessa hipótese, o reexame pelo Colegiado, em sede de preliminar, fica postergado para a sessão em que for julgado o mérito e somente ocorre se a parte o requerer, em alegações finais, como se verifica na hipótese dos autos (art. 19, §1º, Res. TSE nº 23.478/2016). Manutenção da decisão que deferiu o pedido de juntada dos documentos de id 18124163 e 18124164, visando à garantia do que disposto no art. 308 do CPC, bem como para suprir eventual ausência de documento decorrente do desentranhamento realizado pela Secretaria Judiciária. Preliminar rejeitada. (Acordão de 29.01.2024)

10. PROVA

10.1. Depoimento Pessoal

TSE - Processo n. 0600531-58.2020.6.13.0004 "Eleições 2020. Agravo em recurso especial eleitoral. Prefeito. Ação de investigação judicial eleitoral — AIJE. Abuso dos poderes econômico e de autoridade. Improcedência na origem (...)." "(...)Inexistência de constrangimento ao colher o depoimento pessoal das partes. As partes podem depor. A obrigatoriedade é que é vedada, em razão da ausência de previsão legal. Prejuízo não comprovado. Precedentes. Preliminar rejeitada. (Decisão monocrática 03.03.2024)

TSE - Processo n. 0600550-38.2020.6.06.0011 "Eleições 2020. Embargos de Declaração. Agravo Em Recurso Especial. Ação De Investigação Judicial Eleitoral (Aije). Fraude à Cota De Gênero. "(...).9. O depoimento pessoal da investigada deve ser considerado cum grano salis, uma vez que não constitui meio de prova em sede de investigação judicial (AIJE nº 0601779–05, Rel. Min. [...], DJe de 11.3.2021), o que, somado à fragilidade de depoimento prestado por informante sem amparo em outros elementos, tais como fotos, vídeos, materiais publicitários, não se revela apto a comprovar a realização de atos de campanha(...)". (Acórdão de 07.12.2023)

TSE - Processo n. 0600474-37.2020.6.13.0199 "(...) 2. Conforme consignado na decisão agravada, não houve a alegada negativa de prestação jurisdicional, porquanto a Corte regional concluiu que (a) a suposta quebra de sigilo do voto da investigada, ocorrida durante depoimento pessoal prestado em Juízo, não tem o condão de gerar nenhuma nulidade processual ou de interferir no julgamento do caso; (b) a ausência de impedimento à investigada de prestar depoimento pessoal quando a isso se disponha, como ocorrido na espécie; e (c) na legislação eleitoral vigente não há previsão de cota racial para cargos eletivos, mas, tão somente, de gênero, fixada no art. 10, § 3º, da Lei n. 9.504/1997.3. Tal como anotado na decisão combatida, de acordo com a moldura fática delimitada no aresto regional, a investigada manifestou interesse em prestar depoimento, sendo nessa hipótese admitida a sua oitiva, sobretudo para esclarecer os fatos, explicitando que não pretendeu se candidatar e que o lançamento de sua candidatura foi feito contra a sua vontade, não havendo inversão na produção da prova, visto que a investigada foi ouvida em Juízo como parte, e não como testemunha.4. Anotou-se também na decisão combatida que não houve cerceamento de defesa, nem violação do contraditório ou do devido processo legal, no indeferimento do depoimento pessoal do presidente do (...), tendo em vista que cabe ao magistrado a direção do processo, podendo indeferir aquelas que reputar desnecessárias,

como ocorrido na espécie, em que já tinha sido formado o convencimento pela ocorrência da fraude com base nas diversas provas dos autos.". (Acórdão de 06.12.2022)

TSE – Processo n. 0002246-88.2014.6.03.0000 "(...) Nesta preliminar, os recorridos avaliam que a recusa da Relatora do processo no TRE/(...) em proceder aos seus depoimentos pessoais comprometeu a paridade de armas, sobretudo porque houve a oitiva de trinta testemunhas arroladas pela acusação. Segundo o entendimento deste Tribunal Superior, entretanto, não há previsão legal para o colhimento do depoimento pessoal dos investigados em AIJE, dado o caráter indisponível dos interesses envolvidos (AIJE 0601779–05/DF, Rel. Min. [...]; AI 289-18/SC, Rel. Min. [...]; AIJE 0601754-89/DF, Rel. Min. [...]; AIJE 060157558/DF, Rel. Min. [...]; Estando preservado e íntegro o devido processo eleitoral, rejeito a preliminar.". (Acórdão de 08.09.2022)

TSE – Processo n. 0600075-53.2021.6.25.0000 "(...) 5. Conforme o art. 385 do CPC/2015, a coleta de depoimento pessoal deve ser requerida pela parte contrária. Assim, não cabe aos próprios investigados nas ações eleitorais postularem a oitiva de candidatas que também integram o polo passivo. Ademais, segundo a jurisprudência desta Corte Superior, "[a]nte a falta de previsão na Lei Complementar n. 64/1990 e o caráter indisponível dos interesses envolvidos, não há depoimento pessoal dos investigados em AIJE" (AIJE 0601779–05/DF, Rel. Min.(...), DJE de 11/3/2021)" (Acórdão de 31.03.2022).

TRE/SP – Processo n. 0600977-34.2020.6.26.0090 "(...) De início, a preliminar de cerceamento de defesa, em virtude do indeferimento da tomada dos depoimentos pessoais das recorridas (....), cujas candidaturas foram apontadas como fictícias, não merece prosperar, posto que, em razão da falta de previsão na Lei Complementar n. 64/1990 e do caráter indisponível dos interesses envolvidos, não há depoimento pessoal em sede de AIJE, a menos que as investigadas se disponham a prestá-lo, o que não se verifica na espécie, tendo em vista a expressa renúncia manifestada ao ID n. 63800827. Ao contrário do sustentado pelo recorrente, ante à renúncia ao ato processual pelas recorridas, não cabe ao Juízo, de ofício, determinar-lhes a oitiva com base no artigo 370, do CPC, pois, conforme exposto alhures, a realização do depoimento pessoal trata-se de faculdade das investigadas e não de obrigação processual (...)". (Acórdão de 12.05.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600502-46.2020.6.26.0230 "(...) Em princípio, a colheita de depoimento pessoal de investigados não faz parte do rito adotado nas Ações de Investigação Judicial Eleitoral, disposto no art. 22 da Lei Complementar n. 64 de 1990. Contudo, conforme entendimento do E. Tribunal Superior Eleitoral, "a eventual colheita de depoimento pessoal do réu em ação de investigação judicial eleitoral não enseja, por si só, a nulidade processual cogitada pelos recorrentes, pois é necessária a demonstração de efetivo prejuízo decorrente da prática do referido ato processual" (Recurso Especial Eleitoral n. 62624, Relator Min. (...), Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Data 27/08/2020). No caso, os representados, ora recorridos, não se insurgiram contra a produção da referida prova. Logo, não restou demonstrado o prejuízo que supostamente teriam sofrido em decorrência da coleta de seus depoimentos. Esta E. Corte já manifestou entendimento no sentido de que, ainda que não haja previsão em lei, as partes não podem ser impedidas de prestar depoimento pessoal, caso não haja discordância e a isso se disponham". (Acórdão de 17.02.2022)

TRE/SP - Processo n. 0600523-72.2020.6.26.0181 "(...) Inicialmente, não prospera a preliminar de nulidade alegada pelo recorrente, ante o indeferimento da tomada do depoimento pessoal do recorrido. A uma, cabe destacar que, ainda que as ações de investigação judicial eleitoral tenham um rito instrutório mais complexo, a colheita de depoimento pessoas dos investigados, a princípio, é indevida ante a ausência de previsão legal específica para tanto. A duas, ainda que se valha de precedentes do E. Tribunal Superior Eleitoral e mesmo desta C. Corte Regional, no recente julgamento do RE n. 0600834-69.2020.6.26.0179 (Dje de 26/07/2021), no sentido de que, ainda que não haja previsão em lei, as partes não podem ser impedidas de prestar depoimento pessoal, caso a isso se disponham, ainda assim não assiste razão ao recorrente, visto que não há qualquer manifestação favorável ao referido depoimento da parte contrária que, inclusive, esteve presente nas duas audiências realizadas para a oitiva das testemunhas do autor. E, a três, não tendo sido apontado, com a concretude necessária, que a preterição de qualquer forma legal tenha causado prejuízo ao representante, impossível o reconhecimento da nulidade alvitrada, diante da indissociável aplicação da máxima pas de nullité sans grief, consagrado no artigo 219, caput, do Código Eleitoral. Ora, nesse ponto, constata-se que o recorrente, em momento algum - seja nas audiências de instrução, seja nas alegações finais - se insurgiu contra a ausência da designação de audiência para colheita de depoimento do representado,

bem como, necessário consignar que este, por várias vezes, diga-se, argumentou (tanto nas razões finais, quanto nas recursais) que "as provas existentes nos autos são demasiadamente suficientes sem qualquer dúvida para condenar o recorrido investigado" (ID 51013401, p. 26), o que se mostra contrário a qualquer alegação de prejuízo". (Acórdão de 24.08.2021)

10.2. Testemunhas

TSE -Processo n. 000001-60.2017.6.19.0063 "Agravos internos. Recurso especial. Eleições 2016. Prefeito. Vice-prefeita. Vereadores. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Abuso do poder político e econômico. Uso indevido dos meios de comunicação social. ART. 22 DA LC 64/90. "(...) . "(...) O édito condenatório firmou-se em múltiplos depoimentos, todos com descrição precisa dos fatos, não se tratando de prova testemunhal exclusiva e singular. Inteligência do 368-A do Código Eleitoral e precedentes (...)". (Acórdão de 23.11.2023)

TSE - Processo n. 0600814–85.2022.6.00.0000 "(...) 21. A dispensa de oitiva de testemunha indicada pelo juízo, após a coleta de outros três depoimentos convergentes sobre o mesmo fato, não induz nulidade. Os próprios investigados dispensaram três das testemunhas que arrolaram, pelo mesmo fundamento. (Decisão monocrática de 05.12.2023)

TSE – Processo n. 0600709-30.2020.6.26.0138 "Eleições 2020. Recurso especial. AIJE. Abuso de poder. Prefeito. Vice prefeito. "(...) 4. Nos termos do art. 368-A do Código eleitoral, "a prova testemunhal singular, quando exclusiva, não será aceita nos processos que possam levar à perda do mandato". 5. Recurso provido.". (Acórdão de 30.06.2022)

TSE – Processo n. 0001729-77.2014.6.14.0000 "(...) 2. Não há cerceamento de defesa por ter sido indeferida a intimação das testemunhas arroladas pela agravante, pois o art. 22, V, da LC 64/90 é claro ao estabelecer que elas "comparecerão independentemente de intimação". Eventual oitiva de tais pessoas como testemunhas do juízo dependeria de ser aferida sua relevância e utilidade pelo magistrado, o que, no caso, não ocorreu." (Acórdão de 31.03.2022)

TSE – Processo n. 0601585-09.2018.6.25.0000 "(...) 8. O art. 22, V, da Lei Complementar 64/90 prescreve, como ônus das partes, as providências necessárias ao comparecimento das suas testemunhas arroladas, independentemente de intimação. Contudo, o § 4º, IV do art. 455 do CPC prevê tratamento diferenciado para a intimação das testemunhas arroladas pelos órgãos estatais em juízo, estabelecendo a intimação judicial quando as testemunhas forem arroladas pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública. Não há vedação à aplicação suplementar do CPC, nos moldes da Res.-TSE 23.478". (Acórdão de 17.03.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600405-23.2021.6.26.0000 "(...) llegalidade da decisão que determinou a oitiva de testemunha arrolada após a petição inicial. O momento próprio para o investigante especificar provas, entre elas, o rol de testemunhas, é a exordial da ação de investigação judicial eleitoral". (Acórdão de 09.06.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600890-63.2020.6.26.0095 (...) 3. Alegação de prática de fraude à cota de gênero, com o lançamento de uma candidatura fictícia do sexo feminino – Necessidade de angularização da relação processual, bem como de oitiva das testemunhas oportunamente arroladas, de forma que o feito possa receber seu adequado julgamento, afastando–se qualquer alegação de ofensa ao contraditório e da ampla defesa – Precedentes desta C. Corte Eleitoral". (Acórdão de 07.04.2022)

TRE/BA - Processo n. 0600867-92.2020.6.05.0066 "(...) Da preliminar de cerceamento do direito de produção de prova. 1. A reabertura da instrução processual, com a finalidade da complementação pericial, não se mostra pertinente, quando se fundamenta em mera especulação acerca da possibilidade de existência de diálogos que efetivamente não foram apontados no relatório técnico; 2. A peça inicial na Ação de Investigação Judicial Eleitoral deve vir instruída com os documentos e o rol de testemunhas indispensáveis para a demonstração do alegado em suas razões, conforme determina o art. 22, I, a, da Lei Complementar nº 64/90; Patente a preclusão do requerimento de oitiva de testemunha, quando, apesar de se tratar de pessoa do conhecimento dos autores no momento da propositura da demanda, não há requerimento de produção de prova, seja na inicial, seja nos demais momentos em que a parte autora se manifestou nos autos, mas tão somente quando da realização da última audiência, destinada à oitiva de testemunha referida. Preambular afastada. (Acórdão de 12.12.2023)

TRE/MG – Processo n. 0000896-59.2016.6.13.0245 "(...) Prova testemunhal exclusiva. Precedentes do TRE-MG. O art. 368-A do Código Eleitoral dispõe que "a prova testemunhal singular, quando exclusiva, não será aceita nos processos que possam levar à perda do mandato.(...)" "(...) Nessa senda, considerando a inconsistência do relato supracitado, o depoimento da testemunha [...] especificamente nesse ponto, reputa-se prova exclusiva, razão pela qual, mostra-se inservível para amparar a condenação do recorrente pela alegada captação ilícita de sufrágio (...)." (Acórdão de 09.11.2022)

TRE/MG – Processo n. 0600942-21.2020.6.13.0160 "Eleições 2020. Recurso Eleitoral. Ação de Investigação Judicial Eleitoral. AIJE – Preliminar de Cerceamento de Defesa – Produção de Prova Testemunhal indeferida – Necessidade – Acolhimento Parcial. Preliminar de nulidade do processo por cerceamento de defesa. - Indeferimento de pedido de tutela provisória para a determinação de diversas providências urgentes e negar a produção de prova testemunhal em ação de investigação judicial eleitoral. O ônus da prova dos fatos alegados é dos autores da ação proposta, não cabendo ao Judiciário produzi-la à custa da intimidade e vida privada dos cidadãos, sem respaldo probatório mínimo em elementos concretos que justifiquem a sua necessidade e a autorização judicial. Por cautela e em atenção ao princípio da ampla defesa, insculpido no ordenamento jurídico vigente, a produção da prova testemunhal deve ser deferida às partes, especialmente porque as medidas cautelares já tinham sido indeferidas. Preliminar de cerceamento de defesa acolhida parcialmente, para anular o processo e determinar o retorno dos autos à origem para a produção da prova testemunhal". (Acórdão de 21.06.2021)

10.3. Interceptação Telefônica e Gravação Ambiental

TSE -Processo n. 0600720-87.2020.6.26.0064 "Eleições 2020. Embargos de declaração em recurso especial eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral – AIJE. Captação ilícita de sufrágio. Candidatos a prefeito e a vice-prefeito. Pedido de nulidade do acórdão recorrido. Fundamentação idônea. Gravação ambiental com o consentimento dos interlocutores. Situação distinta do tema n. 979. "(...) Ao julgar o recurso especial eleitoral, este Tribunal Superior concluiu que o entendimento adotado pelo Tribunal de origem harmoniza-se com a

sua atual jurisprudência sobre a licitude do uso de gravações ambientais como meio de prova em ações eleitorais cíveis, a dispensar a prévia autorização judicial quando presente o conhecimento do interlocutor (ID 159202402):" (Acórdão de 15.12.2023)

TSE - Processo n. 0600498-21.2020.6.21.0077 "(...)4. A gravação ambiental realizada por um dos interlocutores em ambiente público é, em regra, lícita para fins de comprovação da prática de captação ilícita de sufrágio, capitulada no art. 41-A da Lei das Eleições. Precedentes. Incidência do Enunciado nº 30 da Súmula do TSE. 4.1. O contexto fático - insuscetível de alteração - se amolda ao entendimento jurisprudencial do TSE acerca da admissão, como prova da prática de ilícito eleitoral, da gravação ambiental realizada por um dos interlocutores em local público, sem expectativa de privacidade. Destaca-se, ainda, o fato de a eleitora ter realizado a gravação com o intuito de coletar provas para sua defesa em eventual ação contra si, em conformidade com o permissivo contido no §4º do art. 8º-A da Lei nº 9.296/1996." (Acórdão de 30.11.2023)

TSE – Processo n. 0600530-94.2020.6.26.0171 "Eleições 2020. Embargos de declaração. Recurso especial eleitoral. Ação de impugnação de mandato eletivo (AIME). Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Cota de gênero. Suposta fraude. Gravação ambiental. Prova ilícita. Orientação vigente na jurisprudência do TSE. Omissão. Contradição. Ausência de vícios embargáveis. Rejeição. "(...). Por ocasião do julgamento do recurso especial, esta Corte reconheceu, conforme firmado no AgR-Al no 0000293-64/PR, Rel. Min.[...], DJe de 9.11.2021, a ilicitude da gravação ambiental como meio de prova para fins de comprovação da prática de ilícito eleitoral, ainda que captado o áudio por um dos interlocutores, mas sem aceitação ou ciência dos demais partícipes do diálogo. No julgamento do supracitado leading case, assentou-se a ilegalidade de gravações ambientais em processos de natureza cíveleleitoral, sobretudo ante as disposições previstas pela novel Lei n. 13.964/2019, ao acrescer o art. 8o-A e respectivos parágrafos à Lei n. 9.296/96, cujas diretrizes referem-se, exclusivamente, às investigações e instruções criminais. Esclareceu-se, ainda, tal entendimento ser aplicável aos feitos em curso, tendo em vista a regulamentação da matéria e a proteção ao pleno exercício dos direitos fundamentais. Destaca-se, por elucidativo, trecho do judicioso voto exarado pelo e. Ministro [...], no AgR-Al no 0000293-64/PR, DJe de 9.11.2021(...)." (Acórdão de 15.09.2022)

<u>TSE – Processo n. 0002246-88.2014.6.03.0000</u> "(...). Ainda em caráter preliminar, as partes controvertem a respeito da licitude da gravação ambiental do conteúdo da reunião que [...],

então Secretário Especial de Coordenação das Subprefeituras de (...), conduziu com servidores comissionados que lhe eram subordinados. Conquanto o TRE/AP tenha reconhecido a ilegalidade da prova, o recorrente reitera que o direito à intimidade não pode servir ao propósito de "salvaguardar práticas ilegais da efetivação das imposições legais, em prejuízo do Estado de Direito, da legalidade e da segurança jurídica" (pág. 14 do ID 39556638). Aduz que a reunião teve natureza de ato de expediente administrativo – de irrecusável caráter público –, uma vez que os servidores comissionados foram formalmente convocados. Rememoro que a orientação jurisprudencial que prevaleceu nas eleições de 2014 considerava ilícita a gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o consentimento dos demais, salvo quando captada em local público ou em contexto sem expectativa de privacidade. "(...) Registro que foi com base nessa diretriz que o Tribunal Superior Eleitoral, no julgamento do RO-El 1798-18/AP, de relatoria do Ministro [...] – Ação julgada em conjunto ao presente feito pelo TRE/AP –, concluiu que a gravação ora em análise, que também instruía aqueles autos, não fora obtida por meio ilícito.". (Acórdão de 08.09.2022)

TSE – Processo n. 0000553-03.2016.6.13.0071 "Eleições 2016. Agravo em recurso especial. AIJE julgada parcialmente procedente na origem. Prefeito candidato à reeleição. Distribuição de lotes. Conduta vedada e abuso de poder. Provas de gravação ambiental realizadas clandestinamente. Ilicitude. Jurisprudência. Necessidade de pronunciamento acerca das provas documentais. Retorno dos autos ao tribunal de origem. Parcial provimento do agravo e do recurso especial. 1. "São clandestinas e, portanto, ilícitas as gravações ambientais feitas em ambiente privado, ainda que por um dos interlocutores ou terceiros a seu rogo ou com seu consentimento, mas sem o consentimento ou ciência inequívoca dos demais, dada inequívoca afronta ao inciso X, do art. 5º, da Constituição Federal. Ilícitas, do mesmo modo, as provas delas derivadas, não se prestando a fundamentar condenação em representação eleitoral" (AgR-Al n. 293-64/PR, rel. Min. [...], julgado em 7.10.2021, *DJ*e de 9.11.2021).". (Acórdão de 18.08.2022)

TSE – Processo n. 0601585-09.2018.6.25.0000 "(...) 10. As interceptações telefônicas foram regularmente obtidas em ação que visa a constatação da prática de crime do art. 350 do CE e o seu compartilhamento foi autorizado pelo juízo prolator da decisão, tendo o seu ingresso na presente AIJE se dado como documento. Assim, "É regular a utilização de prova emprestada consistente em interceptação telefônica considerada, no processo em que

operada, válida" (REspEl 0600014-93, rel. Min. (...) DJE 18.3.2021, bem como no AgR-Al 262-14, rel. Min. (...), DJE 13.9.2019)". (Acórdão de 17.03.2022)

TSE – Processo n. 0600376-63.2019.6.18.0000600 "Eleições 2016. Recurso especial. AIJE. Abuso do poder econômico. Captação ilícita de recursos e de sufrágio. Interceptação telefônica deferida pelo juízo de primeiro grau após diligências preliminares que confirmaram a veracidade das informações trazidas na denúncia anônima. Licitude das interceptações telefônicas e de todas as provas que delas derivaram. Provido o recurso especial. Retorno do feito ao tribunal regional respectivo para o julgamento do mérito da demanda". (Acórdão de 01.07.2021)

TSE – Processo n. 0000001-54.2017.6.17.0083 "(...) O TRE/PE, a despeito de destacar que a mídia contendo a gravação de uma conversa entre o agravante e dois eleitores não poderia ser considerada na análise dos fatos, conforme destacado na sentença, porque captada em ambiente privado e por terceiro (não interlocutor) – decisão que restou preclusa –, entendeu válida a prova testemunhal produzida nos autos. Extrai-se da moldura fática a quo que se aplicou a teoria da fonte independente, "porquanto não verificada qualquer relação de derivação das provas produzidas no processo com a gravação ilícita, cujo conteúdo a sentença de mérito deixou de apreciar", ressaltando, no ponto, "que notadamente os testemunhos seriam produzidos de qualquer modo – como resultado inevitável das atividades investigativas ordinárias e lícitas (Teoria da Descoberta Inevitável), bem como em razão da sinopse fática narrada na inicial" (ID 38.593.338, fl. 20)". (Acórdão de 26.11.2020)

TSE – Processo n. 0600041-76.2019.6.24.0000 "Eleições 2012. Agravo interno em recurso especial. AIJE. Abuso dos poderes político e econômico. Captação ilícita de sufrágio. Conduta vedada. Acesso dos investigados à totalidade das interceptações telefônicas, compartilhadas com a Justiça Eleitoral. Ocorrência. Desnecessidade de indicação da localização ou da transcrição dos trechos tidos por faltantes e ulteriormente juntados. Pretenso descumprimento de ordem judicial. Não configuração. Pretensão de reexame. Enunciado sumular n. 24 do TSE. Retorno do feito à origem para novo julgamento. Negado provimento ao agravo interno. (...) A jurisprudência dos Tribunais Superiores perfilha sentido de ser necessário, tão somente, o franqueamento do conteúdo interceptado para se resguardar o contraditório e a

ampla defesa, sendo prescindíveis a indicação, transcrição e/ou apontamentos de trechos não utilizados pela acusação. Precedentes". (Acórdão de 13.10.2020)

TRE/SP - Processo n. 0600099-06.2021.6.26.0210 "(...) A despeito das frequentes mudanças de entendimento que vem sofrendo a jurisprudência do c. Tribunal Superior Eleitoral, ao longo dos anos, acerca da admissão ou não da gravação ambiental como prova lícita, considerando que o presente feito versa sobre as eleições de 2020 e em nome da preservação da segurança jurídica, este Tribunal Regional tem entendido, com amparo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, que é lícita a escuta ambiental realizada por um dos interlocutores, ficando as excepcionalidades, capazes de ensejar a invalidade do conteúdo gravado, submetidas à apreciação do julgador no caso concreto (Precedentes: TSE, AgR-REspEl n. 0602087-72, rel. Min.[...], DJE de 11/02/2021; TSE, RE n. 408-98/SC, Relator: Min.[...], DJE de 06/08/2019,: TRE/SP, RE - RECURSO n. 99103 - ITANHAÉM/SP, Relator(a) Des.[...], DJE de 14/03/2018, TRE/SP, RE n. 52754 -RIOLÂNDIA/SP, Relator(a): Des.[...], DJESP de 12/12/2017 e TRE/SP, RP n. 800676, Relatora:[...], DJESP de 23/02/2017). Desta forma, na espécie, ainda que não demonstrado o conhecimento prévio e inequívoco acerca da gravação por parte do representado [...], baseado no entendimento transcrito acima e, além disso, considerando-se que a gravação foi feita por um dos interlocutores do diálogo, a testemunha [...], e que não há indícios de que tenha sido manipulada ou de que tenha havido flagrante preparado, não há que se falar em ilicitude da prova, como concluiu o magistrado sentenciante.". (Acórdão de 12.07.2022)

TRE/MA - Processo n. 0600440-29.2020.6.10.0043 "(...) 4. Sobre o tema, o atual posicionamento do TSE, reafirmado para os feitos referentes às Eleições de 2020, é no sentido da ilicitude da gravação ambiental clandestina como meio de prova da prática de ilícito eleitoral, ainda que a conversa tenha sido captada por um dos interlocutores ou por terceiros a seu rogo ou com o seu consentimento, mas sem aceitação ou ciência dos demais partícipes do diálogo e sem autorização judicial (Precedente TSE no Recurso Especial Eleitoral nº 060070722, rel. Min. [...], de 16/08/2023). 5. No caso concreto, infere-se da moldura fática delineada nos autos, que a gravação ambiental foi efetuada por pessoas que participaram dos diálogos travados com as investigadas, porém, sem o conhecimento delas ou autorização judicial para tanto, de forma que a ilicitude da prova é evidente, não devendo a referida

gravação servir de base para a formação do convencimento do julgador a respeito da configuração da prática de eventual ilícito eleitoral. 6. Ademais, são ilícitos, por derivação os depoimentos prestados em juízo pelas pessoas que participaram da gravação ambiental clandestina, uma vez que "reconhecida a ilicitude da gravação ambiental, as demais provas dela derivadas são igualmente ilícitas, inclusive o depoimento da testemunha que fez a captação de áudio tida por ilegal, por incidência da Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada" (Precedente TSE AgR–REspEl 404–83, rel. Min. [...] Marques, DJE de 30.11.2021).(...)" Acórdão de 09.02.2024)

TRE/MG - Processo n. 0600394-28.2020.6.13.0117 "(...) Ilicitude De Prova. Alegação de ilicitude da prova obtida através de gravação ambiental e da gravação de áudio pelo aplicativo de mensagens [...], assim como pela consequente imprestabilidade das provas delas derivadas. Entende-se que a análise de tal preliminar se confunde com o próprio mérito da ação, por não se referir à irregularidade processual. Portanto, a questão envolvendo a ilicitude das provas apresentadas será analisada juntamente com o mérito. Preliminar não conhecida. MÉRITO. A) Ilicitude da gravação. Acolhida parcialmente. A Corte Superior Eleitoral, em 0000293-64.2016.6.16.0095, 0000634-06.2016.6.13.0247, recente decisão (AIJEs 0000385-19.2016.6.10.0092 - Relator Min. [...]), decidiu que a gravação ambiental feita por um dos interlocutores, sem o conhecimento dos demais e sem autorização judicial, em qualquer espaço (público ou privado) deve ser considerada clandestina, e, portanto, não serve como meio de prova. Prevalência do direito à privacidade e à intimidade garantidos constitucionalmente. Adesão do Relator, com ressalva de entendimento pessoal, ao entendimento firmado pelo c. TSE, no sentido de ser ilícito o áudio juntado ao ID 70542124, produzido em residência, uma vez reconhecidas como clandestinas as gravações, não estando amparadas por autorização judicial, devendo ser afastadas como provas válidas. Não se pode afirmar que a gravação foi o meio de prova originário dos fatos apontados como ilícitos eleitorais. Valoração das demais provas produzidas, uma vez que independentes. Afastamento da prova consistente em áudio gravado em ambiente privado, sem autorização judicial e sem comprovação de conhecimento dos envolvidos.". (Acórdão de 19.12.2022)

TRE/RS – Processo n. 0600245-27.2020.6.21.0079 "(...) 2. Preliminar de ilicitude das gravações ambientais. 2.1. Esta Corte tem reconhecido a licitude da gravação ambiental realizada por um dos interlocutores, ou por terceiro presente à conversa, sem o conhecimento

dos demais e sem autorização judicial prévia, para as eleições de 2020. Matéria controvertida e pendente de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal. Todavia, O Tribunal Superior Eleitoral tem mantido posição pela ilicitude de tais gravações. Assim, por razões de segurança jurídica e alinhamento ao decidido pela instância superior, altera-se, por prudência, o entendimento desta Corte para considerar ilícitas as gravações clandestinas contidas nos arquivos presentes nos autos. 2.2. A qualidade de cada prova merece tratamento diverso. Assim, válida a decisão que deferiu a interceptação telefônica e, por consequência, as provas dela decorrentes. Os arquivos de [...] não se equiparam à captação clandestina, pois foram produzidos e enviados pelo próprio recorrente, obviamente com pleno conhecimento de sua própria fala que estava sendo gravada por ele mesmo. O pedido de interceptação telefônica fundamentou-se em vários outros elementos de prova, que de forma autônoma e independente seriam suficientes ao deferimento da medida. Indícios de cometimento do crime previsto no art. 299 do Código Eleitoral e deferimento da interceptação telefônica, prova não contaminada pela ilicitude das gravações clandestinas. Limites à aplicação da ilicitude por derivação. Existência da exceção da fonte independente, de cujo fundamento se extrai que, havendo concretamente duas origens - uma lícita e outra ilícita -, ainda que suprimida a fonte ilegal, as provas trazidas ao processo pela fonte lícita subsistem, podendo ser validamente utilizadas para todos os fins.". (Acórdão de 02.12.2022)

TRE/GO – Processo n. 0600970-14.2020.6.09.0026 "(...) Entretanto, tal julgado explicitou o entendimento de ilicitude da prova consubstanciada em gravação ambiental em ambiente privado, ainda que por um dos interlocutores ou terceiros a seu rogo ou com seu consentimento, mas sem o consentimento ou ciência inequívoca dos demais, dada inequívoca afronta ao inciso X, do art. 5°, da Constituição Federal (...). " (...) Adite-se que a jurisprudência está consolidada acerca da "gravação ambiental realizada em local público" (TSE - REsp n. 38449, Rel. Min. [...], de 5.2.2019); além do que, a prova audiovisual, no caso, se mostra lícita e desnecessária sua transcrição, uma vez que o investigado teve amplo acesso ao vídeo, não demonstrando qualquer indício de trucagem ou montagem na prova audiovisual (...).". (Acórdão de 30.06.2022)

10.4. Provas Colhidas em Procedimento Preparatório Eleitoral (Art. 105-A da Lei n. 9.504/97)

TSE – Processo n. 0000471-94.2016.6.09.0131 "(...) 7. A análise do alegado dissídio pretoriano se mostra despicienda, na medida em que o meio de prova questionado foi considerado lícito pela Corte Regional, haja vista que a interceptação telefônica controvertida foi obtida a partir de representação homologada por autoridade judicial competente, em sede de procedimento investigatório criminal, cujo compartilhamento é permitido em âmbito de AIJE, conforme a jurisprudência do TSE.". (Acórdão de 02.06.2022)

TSE – Processo n. 0002007-51.2014.6.15.0000 "(...) A jurisprudência do Colendo TSE considera legal e constitucional a instauração de Procedimento Preparatório Eleitoral para embasar ações eleitorais e não considera insubsistentes as provas produzidas nos referidos PPEs, máxime quando confirmadas em juízo sob a égide do contraditório e da ampla defesa. (Precedente: Recurso Ordinário n. 165656. Boa Vista/RR. Acórdão de 13.12.2018. Rel. Min. [...]. DJE de 15.03.2019. P. 119/120).". (Acórdão de 10.11.2020)

TSE – Processo n. 0000683-15.2016.6.09.0132 "(...) recorrentes argumentam que teria sido instaurado procedimento inquisitorial, denominado Procedimento Preparatório Eleitoral (PPE), mas que, na verdade, seria um inquérito civil público, com finalidade unicamente de apurar irregularidades eleitorais, o que não é admitido, conforme o art. 105-A da Lei das Eleições, razão pela qual as provas nele colhidas seriam nulas, assim como as delas decorrentes. Contudo, no acórdão recorrido, o Tribunal regional consignou que as provas são lícitas, haja vista que esta ação foi ajuizada com base em elementos formados em PPE, instaurado a partir de uma notícia de fato "[...] de que o vereador [...] estaria marcando consultas pela rede pública para os eleitores e estaria exigindo o número do título dos pacientes [...]" (fl. 817). Sobre o tema, há inúmeros julgados desta Corte Superior no sentido de ser lícita a prova colhida por meio de PPE, haja vista que sua instauração não afronta o disposto no art. 105-A da Lei n. 9.504/1997. Essa compreensão, aliás, foi assentada na oportunidade do julgamento do REsp n. 545-88/MG, de relatoria do Ministro [...], ocorrido em 8.9.2015, e aplicada para as Eleições 2014 e seguintes.". (Acórdão de 28.05.2020)

TRE/GO- Processo n. 0600751-38.2020.6.09.0046 "(...) 4. O art. 105-A da Lei 9.504/97 - que veda na seara eleitoral adoção de procedimentos contidos na Lei 7.347/85 - deve ser interpretado conforme o art. 127 da CF/88, no qual se atribui ao Ministério Público prerrogativa de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e de interesses sociais individuais indisponíveis, e o art. 129, III, que prevê inquérito civil e ação civil pública para proteger interesses difusos e coletivos. Precedentes. 5. A instauração de Procedimento Preparatório Eleitoral (PPE) é lícita e não ofende dispositivos legais e constitucionais.6. A jurisprudência quanto à impossibilidade de inquérito civil público no âmbito desta Justiça incidiu apenas nas Eleições 2010 e 2012. Por conseguinte, a mudança desse entendimento para 2014 em diante não constitui afronta à segurança jurídica (art. 16 da CF/88). Precedentes. (Acórdão de 11.12.2023)

TRE/GO – Processo n. 0600825-36.2020.6.09.0097 "(...). Com efeito, a Lei 9.504/97, artigo 105-A, dispõe não ser possível, em matéria eleitoral, a utilização dos procedimentos previstos na Lei da Ação Civil Pública. Porém, esse art. 105-A da Lei 9.504/1997 não impede o Ministério Público Eleitoral de realizar atos de investigação por meio de outros expedientes, desde que não se utilize do inquérito civil exclusivamente para fins eleitorais. Precedentes do TSE: REspe n. 545-88/MG, Rel. Min. [...], DJe de 4.11.2015; REspe n. 485-39/SE, Rel. Min. [...], DJe de 12.2.2016. (...)". "(...). Enfim, é lícita a prova produzida por meio do Procedimento Preparatório Eleitoral - PPE anexados aos autos (ID 36958842), cujos elementos probatórios foram devidamente jurisdicionalizados e submetidos ao contraditório e à ampla defesa, sem que se possa falar em unilateralidade da prova produzida nos autos, tampouco em afronta ao art. 105-A da Lei 9.504/1997.". (Acórdão de 08.11.2022)

TRE/GO – Processo n. 0600829-73.2020.6.09.0097 "(...) 4. Recebimento de petição inicial lastreada em prova indiciária produzida pelo Ministério Público em procedimento preparatório próprio. Material suficiente para o juízo de prelibação da AIJE e que restou corroborado por outros elementos de provas produzidos durante a fase de instrução processual, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa. Preliminar de ilicitude da prova afastada. 5. Licitude da instauração de Procedimento Preparatório Eleitoral (PPE), sem ofensa ao art. 105-A da Lei 9.504/97. Precedentes. No caso, a prova produzida por meio de "Notícias de Fatos Eleitorais" no âmbito de Procedimento Preparatório Eleitoral instaurado pelo MPE foi submetida ao

contraditório e à ampla defesa em juízo. Afastamento da tese da unilateralidade da prova produzida.". (Acórdão de 25.04.2022)

TRE/MG- Processo n. 0601025-30.2020.6.13.0227 "(...) 2. Preliminar de nulidade do processo em virtude de Procedimento Preparatório Eleitoral viciado (suscitada pelos Recorrentes). Alegação de nulidade da AIJE diante de vício no Procedimento Preparatório Eleitoral (PPE) instaurado pelo MPE. Alegação de suspeição e impedimento de servidor do Ministério Público para atuar no PPE. PPE é procedimento meramente informativo. Eventuais vícios não têm aptidão para determinar nulidade de AIJE. Devido processo legal observado. Possíveis violações aos deveres funcionais relativos à atuação de servidor do Ministério Público na fase administrativa devem ser apurados pelo Ministério Público Eleitoral. Preliminar rejeitada. (...)" (Acórdão de 31.05.2023)

TRE/RS – Processo n. 0600584-12.2020.6.21.0038 "(...) O procedimento preparatório eleitoral instaurado tinha natureza eminentemente administrativa e inquisitorial, cujo intuito era trazer subsídios para formar o próprio convencimento do Parquet sobre os fatos e permitir a obtenção de um substrato mínimo de prova a amparar ações eleitorais viáveis. Ademais, a prova produzida restou submetida à ampla defesa e ao contraditório no curso do processo judicial. (...)" "(...) Nessa linha, o Tribunal Superior Eleitoral sufraga o entendimento de que "a prova produzida por meio de Procedimento Preparatório Eleitoral (PPE) e confirmada em juízo com oportunização do contraditório e da ampla defesa é lícita" (RO n. 1220-86/TO, Relator designado MIN. [...], julgado em 22.3.2018, DJe de 27.3.2018) (...).". (Acórdão de 05.07.2022)

10.5. Provas Indiciárias-robusta

TSE - Processo n. 0600471-15.2020.6.20.0029 "(...) 8. Conforme assentado na decisão agravada e destacado pelo Parquet em seu parecer, a jurisprudência deste Tribunal Superior exige prova robusta também quanto à anuência/ciência ou participação do candidato beneficiado no ilícito, o que, contudo, não se verifica na espécie, de acordo com a moldura fática delimitada pela maioria da Corte regional e que não pode ser alterada nesta instância, incidindo os óbices dos Enunciados Sumulares nºs 24 e 30 do TSE. 9. Os agravantes não

apresentaram argumentos aptos a modificar a decisão agravada, a qual deve ser confirmada pelos próprios fundamentos. 10. Negado provimento aos agravos internos. (Acórdão de 28.11.2023)

TSE - Processo n. 0600786-15.2020.6.19.0112 "Eleições 2020. Agravo interno em recurso especial. AIJE. Vereador. Fraude à cota de gênero. Procedência nas instâncias ordinárias. Provas robustas. Óbice do verbete sumular nº 30 do TSE. Negado provimento ao agravo interno. (Acórdão de 06.11.2023)

TSE – Processo n. 0601196-36.2020.6.19.0092 "Agravo. Conversão. Recurso especial. Eleições 2020. Vereador. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Fraude. Cota de gênero. Art. 10, § 3º, da lei 9.504/97. Candidatura fictícia. Provas robustas. Votação e prestação de contas zeradas. Ausência de atos de campanha. Provimento". (Acórdão de 16.02.2023)

TSE – Processo n. 0600399-75.2020.6.06.0010 "Eleições 2020. Agravo interno. Agravo em recurso especial eleitoral. Negativa de seguimento. Ação de investigação judicial eleitoral. Captação ilícita de sufrágio. Abuso do poder político. Prova robusta. Inexistência. Verbete sumular 26 do TSE. Incidência. "(...)4. Da leitura das razões do agravo interno, verifica—se que o agravante se limitou a repetir a argumentação apresentada no agravo e no recurso especial, de que o apelo nobre visa a corrigir distorções na interpretação adotada pelo Tribunal de origem e demanda apenas o reenquadramento jurídico dos fatos, insistindo na alegação de que a Corte de origem desconsiderou a compra de votos e a participação dos agentes políticos, ora agravados, nos áudios acostados aos autos, e aduzindo que não seria razoável a conclusão do acórdão recorrido de que não há elementos de prova ou indícios que demonstrem a troca de votos a favor dos investigados, à época candidatos aos cargos de prefeito e de vice—prefeito. Desse modo: (...); b) o entendimento do Tribunal de origem está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior de que, para caracterização de abuso do poder e de captação ilícita de sufrágio, faz—se necessária a existência de prova robusta.". (Acórdão de 06.10.2022)

TSE – Processo n. 0601280-79.2020.6.12.0044 "Eleições 2020. Agravo interno no agravo em recurso especial eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Abuso dos poderes político e econômico. Uso indevido dos meios de comunicação. Não configuração. Ausência

de prova robusta. Premissas fáticas delineadas no acórdão regional. Reexame do conjunto fático—probatório. Impossibilidade. Súmula 24/TSE. Análise do dissídio jurisprudencial prejudicada. Fundamentos da decisão agravada não afastados. Agravo interno a que se nega provimento. 2. A procedência da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) exige provas robustas da ocorrência e da gravidade dos ilícitos nela descritos. "(...). Repiso que, na linha da jurisprudência desta Corte Superior, o reconhecimento do abuso de poder, por acarretar a severa penalidade de perda do diploma, demanda prova robusta e inconteste do ilícito. Nessa linha: AgR-REspe 238-54/BA, Rel. Min. [...]; e RO-El 0603879-89/BA, Rel. Min.[...].". (Acórdão de 06.10.2022)

TSE - Processo n. 0600275-28.2020.6.25.0022 "Eleições 2020. Recursos especiais. AIJE. Abuso dos meios de comunicação social. Programas de rádio tendenciosos. Art. 45 da lei n. 9.504/1997. Pedido negativo de voto. Tratamento privilegiado. Ausência de provas da participação dos candidatos na prática ilícita. "(...). 1. Na hipótese, a Corte regional aplicou multa à emissora de rádio por abuso dos meios de comunicação social, mas entendeu pela ausência de provas de participação dos candidatos na prática ilícita. 2. A moldura fática do acórdão regional evidencia que as provas acostadas aos autos não permitiram concluir que houve a participação direta dos candidatos no ato abusivo, com o objetivo de desequilibrar o pleito. Assim, alterar o aresto para concluir pela suficiência de prova do ato abusivo e da participação dos candidatos na prática ilícita demandaria, necessariamente, o reexame fáticoprobatório dos autos, o que é vedado em recurso especial, conforme o Enunciado Sumular n. 24 desta Corte como cediço, é imprescindível a presença de provas robustas para a configuração do ato abusivo, sendo vedada a condenação com base em meras presunções. Nesse sentido: AgR-Al n. 853-68/RS, rel. Min. [...], julgado em 29.8.2019, DJe de 21.10.2019. Fixadas essas premissas, vejo que não prospera o argumento da coligação recorrente de que "[...] a melhor doutrina e a remansosa jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral não exigem a comprovação a participação direta dos candidatos beneficiados para que sejam alcançados pela sanção de inelegibilidade prevista no inciso XIV do art. 22 da LC n. 64/90" (ID 157024850, fl. 11).". (Acórdão de 18.08.2022)

TRE/SP - Processo n. 0600481-65.2020.6.26.0167 "(...) Portanto, considerando-se os elementos probatórios que foram apresentados, a legislação aplicada à espécie e o prevalente entendimento jurisprudencial do c. Tribunal Superior Eleitoral quanto à

necessidade de prova robusta para a configuração da conduta abusiva, é forçoso reconhecer a não caracterização do abuso do poder econômico e do uso indevido dos meios de comunicação social, sendo imperiosa a manutenção da sentença de improcedência da presente ação de investigação judicial eleitoral (...)". (Acórdão de 22.02.2024)

TRE/SP - Processo n. 0607863-57.2022.6.26.0000 "(...) Não se pode olvidar que o abuso de poder, sob qualquer de suas formas, exige prova robusta de sua ocorrência, dada a severidade das consequências a que ficam sujeitos os autores e/ou beneficiários de tais práticas ilícitas, o que não se faz presente na hipótese dos autos. É forçoso concluir-se, portanto, que o conjunto probatório dos autos não demonstra a ocorrência de abuso de poder ou uso indevido dos meios de comunicação, razão pela qual é de rigor a improcedência do pedido(...)". (Acórdão de 07.11.2023)

TRE/SP – Processo n. 0601050-55.2020.6.26.0106 "Recurso eleitoral – eleições 2020 – ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) – fraude a cota de gênero – Art. 10, § 3º, da Lei n. 9.504/97 – Supostas candidaturas fictícias – Sentença de improcedência por ausência de provas – Conjunto probatório insuficiente para o reconhecimento dos ilícitos eleitorais imputados – Ausência de votos e de atos de campanha – Desistência tácita da campanha eleitoral – Possibilidade – Necessidade de prova robusta – A cassação do diploma da chapa eleita não pode ser determinada apenas com base em suposições e indícios de que tenha ocorrido o ilícito, isto é, em material probatório inábil para se atestar com o devido acerto que houve, de fato, fraude à cota de gênero – Precedentes – Irregularidade não configurada – Sentença de improcedência mantida – Recurso desprovido.". (Acórdão de 03.08.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600084-59.2021.6.26.0041 "(...) Recurso Eleitoral – Ação De Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) – Abuso de Poder Político – Captação Ilícita De Sufrágio – Sentença de procedência – Cassação dos registros de candidatura e decretação de inelegibilidade da chapa composta pelo prefeito e vice—prefeito e aplicação de multa ao candidato a prefeito – Recorrente que na posição de prefeito interino do município de (...) teria ameaçado servidores públicos comissionados a apoiarem a sua candidatura como condição para se manterem no cargo – Denúncia anônima realizada através aplicativo Pardal – Conjunto probatório insuficiente para o reconhecimento dos ilícitos eleitorais imputados – Necessidade de prova robusta – A cassação do diploma não pode ser determinada apenas

com base em suposições e indícios de que tenha ocorrido o ilícito – Material probatório inábil para se atestar, com o devido acerto, que houve, de fato, as condutas imputadas – Precedentes – Irregularidades não comprovadas – Sentença reformada – Recurso provido para julgar improcedente a ação de investigação judicial eleitoral." (Acórdão de 15.02.2022)

TRE/SP - Processo n. 0602114-25.2020.6.26.0131 "Recurso eleitoral. Eleições 2020. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) Fraude à cota de gênero. Artigo 10, § 3º, da Lei n. 9.504/1997. Sentença de improcedência. Frise-se que, de acordo com a orientação do E. Tribunal Superior Eleitoral, "Para a configuração da fraude a ensejar a desconstituição dos mandatos dos eleitos e a invalidação dos votos atribuídos a todos os integrantes da chapa proporcional, imprescindível prova robusta a demonstrar que os registros de candidaturas femininas tiveram o objetivo precípuo de burlar o telos subjacente ao § 3º do art. 10 da Lei n. 9.504/97, que consiste em fomentar e ampliar a participação feminina na política, um dos grandes desafios da democracia brasileira" (TSE, Recurso Especial Eleitoral n. 060201638 -Pedro Laurentino/PI, rel. Min. [...], DJE de 01/09/2020, grifei). "(...) Com efeito, no caso em apreço, o ônus de provar a alegada fraude é do autor, devendo este apresentar provas robustas e aptas a embasar uma possível condenação, hipótese que não ocorre nos presentes autos. De um lado, o fato de a mencionada candidata ter obtido 0 (zero) voto e não ter realizado gasto com campanha revela indícios de que a sua candidatura poderia ter sido registrada apenas para atingir o percentual estabelecido pelo artigo 10, § 3º, da Lei n. 9.504/1997. No entanto, de outro lado, os áudios anexados à contestação (IDs [...], [...] e [...]), cujo teor não foi questionado, demonstra a verossimilhança das alegações da candidata [...], no sentido de que teria, tacitamente, desistido da campanha em razão dos problemas de saúde de diversos familiares em razão da Covid-19. "(...) E, nesse ponto, não é plausível pretender a cassação de toda a chapa eleita somente com base em suposições e meros indícios. Em suma, como o acervo probatório carreado aos autos não é suficiente para comprovar a alegada fraude e justificar a grave sanção decorrente da eventual procedência desta ação, a manutenção da sentença ora recorrida é de rigor". (Acórdão de 28.09.2021)

TRE/RN – Processo n. 0600556-44.2020.620.0047 "(...) Sobre a temática ainda, cumpre anotar que "esta Corte regional assentou, em sintonia com a orientação jurisprudencial vigente no âmbito do c. TSE e na linha de precedente próprio, que 'a votação pífia ou mesmo zerada e a ausência de movimentação de recursos de campanha, mesmo quando em

contexto com a singeleza do engajamento na disputa político-eleitoral, constituem circunstâncias meramente indiciárias, as quais, conquanto possam render ensejo à apuração dos fatos sob a ótica da fraude/abuso, não são suficientes para, isoladamente (i. e., sem a corroboração por outros elementos objetivos de convicção), induzir à segura conclusão de que houve o registro de candidaturas com o intuito deliberado de burlar a política afirmativa estabelecida no art. 10, § 3º, da Lei das Eleições, até por que a desistência tácita de participar do pleito por motivos íntimos e pessoais constitui hipótese factível, circunscrita ao plano da experiência ordinária. (TRE/RN, Recurso Eleitoral n. 0600576-76.2020.6.20.0001/Natal, j. 5.10.2021, de minha relatoria, DJe 7.10.2021)." (RE n. 0601081-37/Vila Flor, j. 13.10.2021, de minha relatoria, DJe 15.10.2021)." (Acórdão de 26.05.2022)

11. DESISTÊNCIA

TSE - Processo n. 0604530-44.2020.6.13.0187 "(...)3.1. Posteriormente ao suposto pedido de desistência do recurso, acima tratado, veio aos autos, em 27.10.2023, petição do advogado do autor apresentando "pedido de desistência" da Ação de Investigação Judicial Eleitoral, assinado pelo próprio autor—recorrente, com firma reconhecida (id. 159673784). 3.2. O pedido de desistência da ação, portanto, somente foi realizado nesta instância superior, quando pendente de julgamento este apelo nobre. 3.3. É inviável o conhecimento do aludido pedido de desistência da ação, visto que o marco processual para ser apresentada tal desistência da ação seria até a prolação da sentença, conforme dispõe o art. 485, § 5º, do CPC. Pedido indeferido(...)". (Acórdão de 05.03.2024).

TRE/PE – Processo n. 0600917-17.2020.6.17.0121 "(...) 2. Diretório Estadual da agremiação investigante/recorrente requer a desistência do Recurso, em face da dissolução do Órgão Partidário Municipal. 3. Certidão, constante dos autos, extraída do Sistema de Gerenciamento de Informações - SGIP, confirmando o final de vigência do citado Órgão Partidário. 4. Diante da função institucional do Ministério Público e da natureza da demanda, é plenamente possível a assunção da causa pelo Parquet. 5. Não estando convencido acerca da ocorrência de fraude, o Ministério Público pontuou que, embora tenha a prerrogativa de assumir o polo ativo, deixaria de o fazer, de maneira que requereu a homologação do pedido

de desistência formulado. 6. O recorrente pode, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. Inteligência do art. 998, do CPC. 7. Homologação da desistência do Recurso. Extinção do feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do CPC." (Acórdão de 11.10.2022)

12. REVELIA

TSE – Processo n. 0600004-46.2021.6.25.0034 "(...)3. Por força das exceções contidas no art. 345, I e II, do CPC, o efeito material da revelia, qual seja, a presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor, em regra, não se opera nas ações eleitorais, dada a indisponibilidade dos direitos em análise, ainda mais quando estiver verificada pluralidade de réus, aos quais foi oportunizada ampla defesa.4. Quanto aos efeitos processuais da revelia, estes devem ser suportados nas ações eleitorais, sendo permitido ao revel intervir no processo em qualquer fase, porém, no estado em que se encontra, consoante o disposto no art. 346 e parágrafo único, do CPC. (Acórdão de 16.10.2023)

TSE – Processo n. 0603879-89.2018.6.05.0000 "(...) Segundo alega, o prazo para a defesa passou a correr a partir do dia 19.12.2018. Contudo, por força do art. 220 do CPC, os prazos ficaram suspensos durante o período de 20.12.2018 a 20.1.2019, retomando a sua contagem no dia 21.1.2019 e finalizando em 24.1.2019, o que demonstra a intempestividade da defesa apresentada após essa data e, por consequência, a ocorrência de revelia, nos termos do art. 344 do CPC. A procuração de ID 28591088, outorgada aos advogados constituídos que interpuseram o agravo regimental, excluiu poderes para receber citação, de modo que o prazo para apresentar contestação não fluiu. O entendimento do STJ é de que, "em regra, o peticionamento nos autos por advogado destituído de poderes especiais para receber citação não configura comparecimento espontâneo apto a suprir tal necessidade" (EREsp 1.709.915, rel. Min. [...], Corte Especial, DJE de 9.8.2018). No mesmo sentido: AgInt no REsp 1478178, rel. Min. [...], Quarta Turma, DJE de 26.8.2020. Na mesma linha: AREsp 47.435, rel. Min. [...], Quarta Turma, DJE de 16.4.2018. Esta Corte também já se manifestou sobre a matéria, ao decidir que "não caracteriza comparecimento espontâneo a intervenção de advogado em cuja procuração não conste o poder de receber citação, mormente, nas hipóteses em que fique

caracterizada ofensa ao princípio do contraditório e da ampla defesa" (Al 117-22, rel. Min. [...], DJE de 11.5.2010). – Se a citação não se perfez, não há falar em intempestividade da defesa". (Acórdão de 01.06.2021)

TSE - Processo n. 0601752-22.2018.6.00.0000 "Ação de investigação judicial eleitoral -

Eleições 2018. Presidente e vice-presidente da república abuso de poder econômico. Colocação de outdoors em período pré-eleitoral inaplicabilidade dos efeitos da revelia. Ausência de comprovação da quantidade e abrangência dos outdoors. Atuação isolada e espontânea dos responsáveis. Ausência de gravidade da conduta. Proporcionalidade improcedência. 1. Na ação que trata de interesses indisponíveis, a ausência de resposta não acarreta a aplicação dos efeitos da revelia. (...) De acordo com a jurisprudência desta Casa, "na ação investigatória judicial instaurada para os fins do artigo 22 da Lei Complementar n. 64/90, descabe decretação de revelia e confissão, por depender a procedência da representação de prova inconcussa dos fatos tidos como violadores do texto legal.". (Acórdão de 23.06.2020)

TRE/SP – Processo n. 0600619-67.2020.6.26.0317 "(...) De início, a recorrente aduz, preliminarmente, que o recorrido foi revel, uma vez que, não apresentou defesa no prazo legal, bem como requer o desentranhamento da contestação. No entanto, como os direitos que envolvem a ação de investigação judicial eleitoral são indisponíveis, por dizerem respeito a interesse público, a revelia não produz efeitos, não sendo o caso de determinar-se o desentranhamento da peça defensiva. Ademais, conforme estabelece o artigo 345, inciso II, do Código de Processo Civil, a revelia não produz o efeito de presunção de veracidade das afirmações do autor caso o litígio verse sobre direitos indisponíveis.". (Acórdão de 10.02.2022)

TRE/RJ – Processo n. 0600553-34.2020.6.19.0042 "Eleições 2020. Recurso eleitoral. AIJE. Candidato a prefeito eleito. Ausência de desincompatibilização. Cargo vinculado à instituição privada. Abuso de poder econômico e captação ilícita de sufrágio. Não configurados. I. À luz do art. 344, II, do CPC, os efeitos materiais da revelia não são aplicáveis quando o litígio versar sobre direitos indisponíveis, como é o caso das ações atinentes ao processo eleitoral, que envolvem interesse público. Inteligência do art. 23 da LC n. 64/90. Preliminar rejeitada.". (Acórdão de 19.08.2022)

TRE/MA – Processo n. 0600633-60.2020.6.10.0070 "Eleições 2020. Recursos eleitorais. Ações de investigação judicial eleitoral. Alegação de captação ilícita de sufrágio e de abuso do poder econômico. Ações ajuizadas com fundamento na mesma causa de pedir. Julgamento conjunto. Alegação de incidência dos efeitos matérias da revelia. Não cabimento. Interesse público indisponível. Fatos contestados por meio do oferecimento de peça defensiva. Preliminar rejeitada. '(...) II – Segundo o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, não se perfaz a produção dos efeitos da revelia, em virtude dos interesses públicos indisponíveis e relevantes tutelados pela AIJE. (Recurso Ordinário n. 060302456 - Brasília - DF; Rel. Min. [...]; DJE de 26/10/2020).". (Acórdão de 21.07.2022)

13. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

TSE - Processo n. 0601822-64.2022.6.12.0000 "(...) 4. O julgamento antecipado da lide pressupõe a existência de questão de mérito exclusivamente de direito ou, sendo de direito e de fato, a desnecessidade da produção de outras provas. 4.1. A jurisprudência pátria é no sentido de que "[...] não é nula a sentença proferida em julgamento antecipado, sem prolação de despacho saneador, desde que estejam presentes nos autos elementos necessários e suficientes à solução da lide" (STJ: AgInt no REsp nº 1.681.460/PR, rel. Min. [...], Terceira Turma, julgado em 3.12.2018, DJe de 6.12.2018), como se deu no caso. 4.2. Este Tribunal Superior tem a compreensão de que, inexistindo necessidade de dilação probatória, é possível o julgamento antecipado. Na espécie, trata-se de fatos provados documentalmente, prescindindo-se da dilação probatória, de modo que o julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC não configura ofensa ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, mormente porque não ficou comprovado prejuízo real e efetivo para as partes. 5. É pacífico o entendimento desta Corte pela impossibilidade de pessoas jurídicas figurarem no polo passivo da AIJE, tendo em vista que não podem suportar as sanções impostas pela LC nº 64/1990, quais sejam, cassação de mandato e inelegibilidade. Precedentes. (Acórdão de 06.02.2024)

TSE - Processo n. 0600965-83.2020.6.10.0019 "(...)4. Conforme orientação deste Tribunal Superior, "o indeferimento da produção de provas consideradas inúteis ou meramente

protelatórias pelo magistrado não caracteriza cerceamento do direito de defesa, nem violação aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório" (AgR-REspe 59–46, rel. Min. [...], DJE de 8.8.2017), de maneira que, "inexistindo necessidade de dilação probatória na espécie, afigura-se possível o julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos dos arts. 6º e 12 da Res.-TSE nº 22.610/2007 e do art. 355, I, do CPC" (AJDesCargEle 0600340-51, rel. Min. [...], DJE de 7.3.2022). (Acórdão de 29.08.2023)

TSE – Processo n. 527-98.2016.6.05.0112 "(...) Conforme jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, é possível o julgamento antecipado da lide, inclusive em feito sujeito ao rito do art. 22 da Lei Complementar n. 64/90, desde que os elementos constantes dos autos sejam suficientes para o exame da controvérsia, a exemplo de quando o conjunto probatório posto na inicial não é impugnado e se mostra verdadeiro. Inaplicabilidade dos paradigmas indicados pelos agravantes, por ausência de similitude fática. O julgamento antecipado da lide, na espécie, não implicou mácula aos arts. 9 e 10 do Código de Processo Civil, visto que os réus apresentaram defesa - na qual se limitaram a sustentar que não houve ilicitude nas publicações - e o juiz proferiu sentença adstrita aos fatos e aos fundamentos jurídicos lançados na petição inicial". (Acórdão de 15.08.2019)

TRE/SP – Processo n. 0600771-27.2020.6.26.0217 "Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Candidatos aos cargos de prefeito e de vice-prefeito. Eleitos. Alegação: prática de abuso de poder econômico e de uso abusivo dos meios de comunicação social. Sentença. Improcedência. Recurso. Preliminar. Nulidade por cerceamento de prova e julgamento antecipado da lide. Afastada. (...) Logo, diante de todas essas circunstâncias, principalmente pela suficiência da prova documental para a solução da lide, o MM. Juízo de origem estava autorizado a julgá-la de forma antecipada, não havendo que se falar em cerceamento de prova decorrente da ausência da fase instrutória. Assim bem fundamentou o I. Magistrado: "Passo ao julgamento no estado em que se encontra o processo, nos termos do art. 355, I, do CPC, tendo em vista que desnecessária a produção de outras provas, bastando os documentos que constam dos autos e a aplicação do Direito, de modo que impertinente se mostra a produção de prova oral, conforme art. 443, I e II, do CPC, ou mesmo pericial, nos termos do art. 464, § 1º, I e II, também do CPC. Além da impertinência, verificase que as partes não trouxeram rol de testemunhas, quando tal deveria constar de inicial e contestação (LC n. 64/90, art. 22, caput, e seu inciso I, alínea "a"). Da mesma maneira,

desnecessária expedição dos ofícios pretendidos quando a configuração jurídica dos fatos não se amolda à gravidade das circunstâncias aptas à cassação". Ademais, os recorrentes não lograram demonstrar eventual prejuízo pelo julgamento antecipado da lide, eis que, repita-se, não demonstraram a pertinência das diligências requeridas. Nesse ponto, o art. 219, caput, do Código Eleitoral, dispõe, in verbis: "Art. 219. Na aplicação da lei eleitoral o juiz atenderá sempre aos fins e resultados a que ela se dirige, abstendo-se de pronunciar nulidades sem demonstração de prejuízo" (grifo nosso). Com essas considerações, tenho que a alegação de nulidade decorre do inconformismo com a improcedência da ação, motivo pelo qual afasto a preliminar em referência". (Acórdão de 15.07.2021)

TRE/CE - Processo n. 0600118-33.2021.6.06.0092 "Eleições suplementares. Recurso eleitoral. AIJE. Improcedência na origem. Candidatos a prefeito e vice-prefeito. Festa de aniversário. Distribuição de alimentos e bebidas. Abuso do poder econômico. Ausência de robusto acervo probatório da participação dos investigados. Sentença mantida. Recurso conhecido e não provido."(...) O recurso defende a anulação da sentença de primeiro grau, fundando-se no argumento de que foi realizado o julgamento antecipado da lide, a partir de uma percepção do juiz de que seria desnecessária a oitiva das testemunhas arroladas, quando, na visão da Recorrente, o caso envolve matéria de fato e de direito, havendo premente necessidade de dilação probatória, mormente a produção de provas em audiência com a oitiva das testemunhas apresentadas na peça exordial, porquanto visa apurar as irregularidades perpetradas pelos Investigados que configuram o abuso de poder político e econômico. A preliminar de cerceamento de defesa confunde-se com o próprio mérito do recurso e não merece acolhimento. Em se tratando de julgamento antecipado da lide, predomina a valoração do magistrado acerca da necessidade ou não de produção adicional de provas, ante as circunstâncias do caso concreto e por consequência a necessidade de observância ao princípio do contraditório (...)". (Acórdão de 13.12.2022)

TRE/RJ - Processo n. 0603447-41.2022.6.19.0000 "(...)1) Inicialmente, insta salientar que, além da prova documental colacionada junto à inicial, o investigante postulou pela oitiva de testemunha, o que foi oportunamente indeferido, por não se vislumbrar de que maneira o depoimento em questão poderia contribuir para o deslinde do feito. Desta feita, uma vez franqueada ao autor a possibilidade de manifestar—se após a juntada da contestação, conforme dispõe o art. 44, § 4º, da Resolução TSE n.º 23.608/2019, afigura—se plenamente

cabível a aplicação ao presente feito do disposto no art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, que trata do julgamento antecipado da lide. Precedentes deste Egrégio Tribunal e do TSE (...)". (Acórdão de 23.05.2023)

TRE/PA - Processo n. 600885-23.2020.6.14.0015 "(...) 2. Sustenta o Recorrente que, apesar de ter sido formulado, na inicial, requerimento para produção de provas testemunhais e documentais, não foram eles analisados pelo juízo, o qual procedeu com o julgamento antecipado da lide. 3. Ressalta-se que é possível o julgamento antecipado do mérito em sede de AIJE caso não seja requerida produção de provas ou caso o relato e as provas da inicial ou da contestação já permitam o estabelecimento da verdade dos fatos que circundam a demanda, sendo questão remanescente tão somente de direito. Ou seja, caso não haja dúvida ou controvérsia acerca do quadro fático. 4. No caso em tela, não se pode afirmar que as teses da petição inicial versam somente sobre "questões de direito" ou que os fatos não seriam mais controvertidos. 5. Isso principalmente quando se considera que a sentença julga improcedentes os pedidos com base em suposta insuficiência de provas ao mesmo tempo em que indefere requerimento de produção de provas não atingidas pela preclusão temporal e sem devida fundamentação 6. Há cerceamento de defesa quando se realiza o julgamento da lide sem que seja ofertado à ambas as partes a produção de todas as provas admissíveis em juízo e que não representem mera protelação e tumulto do processo. 7. Cerceamento de defesa reconhecido. Nulidade da sentença." (Acórdão de 28.04.2022)

TRE/TO Processo n. 0600417-45.2020.6.27.0032 "(...) Eleições 2020. Recurso Eleitoral. Ação de Investigação Judicial Eleitoral. AIJE. Indeferimento da Prova Testemunhal. Julgamento Antecipado da Lide Por Ausência de Provas. Impossibilidade. Contraditório. Ampla Defesa. Recurso Conhecido e Provido.1. Constitui injustificada contradição indeferir a oitiva de testemunhas (que na avaliação do recorrente comprovaria os fatos descritos na inicial) e, posteriormente, julgar improcedente a AIJE por ausência de provas. 2. Não sendo a matéria exclusiva de direito, deve—se garantir às partes a vasta produção da prova, principalmente porque o rito processual previsto no art. 22 da Lei Complementar 64/90 prevê ampla dilação probatória para elucidar os fatos trazidos pela parte representante. 3. O art. 368—A do Código Eleitoral veda a condenação à perda do mandato eletivo fundamentada exclusivamente em uma única testemunha, o que não é a hipótese dos autos, em que a parte requerente pugnou pela oitiva de várias testemunhas. 4. É possível a comprovação de

captação ilícita de sufrágio ou abuso de poder por prova exclusivamente testemunhal, desde que, por intermédio dela, seja demonstrada, de maneira incontroversa a ocorrência do ilícito eleitoral, e que não seja uma única testemunha. 5. Recurso Eleitoral conhecido e provido." (Acórdão de 22.02.2022)

14. MÉRITO

Vide art. 22, XIV da Lei Complementar 64/1990

14.1. Gravidade das Circunstâncias do Ato Abusivo e Potencial de Alteração do Resultado da Eleição

TSE - Processo n. 0600475-65.2020.6.14.0014 "(...)10. Restou demonstrada a gravidade da conduta pelas seguintes razões: a) a quantidade de servidores temporários admitidos em ano eleitoral e próximo ao período crítico das eleições, sendo que aos 353 (trezentos e cinquenta e três) admitidos; b) todos os contratados o foram para a Educação de Viseu para cargos e funções, tais como auxiliar de serviços gerais, vigia e professor, que longe de terem natureza temporária, eventual, intermitente, são de necessidade permanente de qualquer e todo município do Brasil; c) e, no momento da admissão e contratação a Educação foi um dos serviços públicos mais afetados pelo isolamento e distanciamento sociais impostos pela Pandemia da Covid-19; 11. Recurso dos investigados não provido. Mantida a sentença zonal que julgou procedente a Ação de Investigação Judicial Eleitoral. (Acórdão de 17.11.2023)

TSE - Processo n. 0600623-87.2020.6.06.00.50 "Eleições 2020. Embargos declaratórios. Agravo regimental no agravo em recurso especial. Ação de investigação judicial eleitoral. Prefeito e vice-prefeito. Abuso do poder econômico. Indevida vinculação de pessoa jurídica à campanha eleitoral. Comportamentos sucessivos desautorizados pelo Supremo Tribunal Federal. ADI 4.560. Ilícito configurado. Substancial transgressão à igualdade de chances entre os candidatos. Gravidade demonstrada. Procedência da AIJE. art. 22, XIV, da LC 64/90.

Reconhecimento da inelegibilidade. Cassação dos diplomas. Inexistência de vícios de fundamentação no acórdão embargado. Rejeição. (Acórdão de 09.12.2023)

TSE – Processo n. 0600623-87.2020.6.06.0050 "Eleições 2020. Agravo em recurso especial. Ação de investigação judicial eleitoral. Vereador. Intermediação. Execução. Serviço de perfuração. Poços artesianos. Zona rural. Princípio do contraditório e da ampla defesa. Violação. Inocorrência. Moldura do acórdão regional. Alcance diminuto da conduta perpetrada. Gravidade. Ausência. Abuso do poder econômico não caracterizado. Provimento. "(...) 4. Diante das circunstâncias fáticas descritas no voto proferido pela relatora originária, não repelidas pela corrente majoritária do Tribunal Regional, é possível extrair a diminuta abrangência da conduta perpetrada, a qual teve por destinatário um grupo de apenas 6 (seis) moradores da zona rural, o que revela a ausência da gravidade, imprescindível para a configuração do abuso de poder. "(...). Contudo, mesmo superadas essas questões, há que se considerar que o gênero abuso de poder, por força do que dispõe o art. 22, XVI, da LC n. 64/90, demanda, para sua configuração, a presença do elemento gravidade, especialmente o impacto na normalidade e na legitimidade do pleito. Cuida-se, portanto, de requisito essencial à caracterização desse tipo de ilícito (...).". (Acórdão de 09.12.2022)

TSE – Processo n. 0601530-53.2020.6.13.0281 "Abuso de poder político. Remoção de servidora em período vedado. Concessão de auxílio financeiro a pessoas físicas. Ausência de gravidade das condutas. Súmula 24/TSE.15. Este Tribunal reconhece que "[o] abuso de poder político configura—se quando a normalidade e a legitimidade do pleito são comprometidas por atos de agentes públicos que, valendo—se de sua condição funcional, beneficiam candidaturas em manifesto desvio de finalidade" (RO—El 0603975—98/PR, Rel. Min. [...], DJE 10/12/2021). No mesmo sentido: AgR—REspEl 0600229—61/PR, Rel. Min. [...], DJE de 30/3/2022, entre outros.16. Acrescente—se que, nos termos do art. 22, XVI, da LC 64/90, "para a configuração do ato abusivo, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam".17. Quanto à remoção de servidora em período vedado, na perspectiva do abuso de poder político, a Corte Regional concluiu que se tratou de fato isolado sem gravidade para desequilibrar o pleito."(Acórdão de 01.12.2022)

TSE – Processo n. 0600431-90.2020.6.26.0344 "Eleições 2020. Recurso especial. AIJE. Prefeito. Conduta vedada e abuso do poder político. Concessão de benefícios em ano eleitoral. Redução significativa da tarifa de ônibus. Gratuidade do benefício. Ausência de contrapartida. Gravidade demonstrada. Enunciado n. 24 da súmula do TSE. Negado provimento ao recurso especial. "020, ou seja, às vésperas do início do período eleitoral. Além disso, o fato de a medida ter sido implementada por meio de lei complementar, e não por decreto, não é capaz de afastar a ilegalidade. Fosse assim, bastaria ao chefe do Poder Executivo ter o apoio da maioria na Casa Legislativa para obter uma espécie de salvo-conduto para implementar medidas populistas de toda sorte (...)".De todo modo, por inferência lógica, concluiu-se que a ação benevolente do gestor municipal alcançou parte significativa do eleitorado (todos os usuários de transporte público) e foi implementada em período estratégico do ano eleitoral, o que certamente resultou na quebra da igualdade de chances entre os candidatos, com gravidade suficiente para macular a lisura e a legitimidade das eleições municipais. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.". (Acórdão de 02.09.2022)

TSE - Processo n. 0601585-09.2018.6.25.0000 "(...) 26. Quanto à gravidade dos fatos, tratase de Estado com eleitorado de pouco mais de 1,5 milhões de eleitores, tendo o recorrente obtido a 8ª maior votação para o cargo de Deputado Federal, com 45.472 votos. Preencheu, assim, a 7^a cadeira de Deputado Federal (de um total de 8 cadeiras pelo referido Estado), tendo concorrido com candidatos que obtiveram 49.055, 39.380 ou 37.556 votos. Portanto, seus concorrentes poderiam, em tese, até ter obtido melhores resultados se não houvesse esse excessivo uso de recursos não declarados. 27. Cabe relembrar, conforme destacado no julgamento do REspe 501-20 (rel. Min (...), redator para o acórdão Min. (...), DJE de 26.6.2019), que, "para que seja formulado o juízo de procedência da AIJE, a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral tem entendido que é imprescindível a demonstração de dois requisitos. O primeiro requisito é a gravidade das condutas reputadas ilegais, de modo que sejam capazes de abalar a normalidade e a legitimidade das eleições e gerar desequilíbrio na disputa" (REspe 11-751RN, rel. Min. (...), j. em 25.5.2017). 28. Na hipótese de abuso do poder econômico, é necessário o emprego desproporcional e excessivo de recursos patrimoniais, públicos ou privados, em benefício eleitoral do candidato, que seja capaz de comprometer a legitimidade do pleito e a paridade de armas (REspe 941-81, rel. Min. (...),

DJE de 7.3.2016). Para preencher o requisito da gravidade, todavia, é desnecessária a aferição (matemática ou numérica) da alteração do resultado das eleições pela prática do ato, como preconiza o art. 22, XVI, da LC 64/90." (Acórdão de 17.03.2022)

TSE – Processo n. 0000626-24.2016.6.26.0261 "Eleições 2016. Recurso Especial. Ação De Investigação Judicial Eleitoral. Abuso Do Poder Econômico. Prefeito. Vice-Prefeito. Requisito. Gravidade. Art. 22, XVI, da Lei Complementar n. 64/90. O aresto alude a alguns poucos casos, nos quais teria sido apontada a distribuição de camisetas a eleitores, ou, pelo menos, nos quais ocorreu a apreensão de exemplares em poder de terceiros. Todavia, a pequena quantidade de camisetas, que, a partir da leitura do acórdão recorrido, depreende-se terem sido distribuídas, não denota gravidade suficiente para comprometer a legitimidade do pleito ou o equilíbrio da disputa eleitoral. 27. No que se refere à distribuição de 1.200 de latas de cerveja a populares, o acórdão regional assinala que tal evento ocorreu em um bar, na véspera da eleição, ao custo total de R\$ 1.908,00, e que a citada despesa foi paga por um dos proprietários do referido estabelecimento comercial. Entretanto, não há informação sobre quantas pessoas estiveram presentes no citado evento, dado que seria relevante para a aferição da amplitude da conduta". (Acórdão de 16.06.2020)

TRE/SP - Processo n. 0601036-13.2020.6.26.0190 "Ação de investigação judicial eleitoral. Eleições 2020. Fraude à cota de gênero. Competência recursal. Sentença de parcial procedência apenas para aplicar a sanção de inelegibilidade ao presidente da grei e ao respectivo candidato a prefeito naquele pleito. Candidatura fictícia comprovada. "(...) Para a configuração do ato abusivo, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a referida gravidade das circunstâncias que o caracterizam, nos exatos termos do disposto no artigo 22, inciso XVI, da Lei Complementar nº 64/90. Gravidade evidenciada. Participação dos representados devidamente demonstrada. Aplicação da sanção de inelegibilidade pelo prazo de 8 anos aos recorrentes. Manutenção da sentença. Recurso desprovido. (Acórdão de 14.09.2023)

TRE/SP – Processo n. 0600978-09.2020.6.26.0061 "(...) Frise-se que o bem jurídico protegido pelo artigo 41-A da Lei 9.504/97 é a liberdade do eleitor votar conforme sua consciência, não sendo necessário que o fato afete ou comprometa a normalidade ou legitimidade das eleições, bastando para isso a compra de um único voto, no caso dos autos,

o de [...], que é eleitor no referido município. Em conclusão, importante também salientar que em se tratando de eleições proporcionais em municípios cujo eleitorado é diminuto – in casu, (...), que em 2020 possuía somente 4.716 (quatro mil, setecentos e dezesseis) eleitores[6] – a efetiva comprovação da compra de um ou dois votos já demonstra que conduta perpetrada pelos recorrentes possui gravidade bastante para comprometer a lisura do pleito de 2020 naquela localidade.". (Acórdão de 08.09.2022)

TRE/RS – Processo n. 0600907-10.2020.6.21.0008 "(...) E prescinde da demonstração de que sem a conduta abusiva o resultado das urnas seria diferente. É o que preconiza o art. 22, inc. XVI, da Lei Complementar 64/90: Art. 22. [...] XVI - para a configuração do ato abusivo, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam. (...). Por sua vez, as práticas de condutas vedadas consubstanciam espécie tipificada de abuso de poder, consideradas pela lei como tendentes a desequilibrar a igualdade entre os competidores eleitorais". (Acórdão de 24.08.2021)

14.2. Cassação de Diploma

TSE - Processo n. 0601530-44.2020.6.13.0187 "Eleições 2020. Recurso Especial. AIJE. Fraude Na Cota De Gênero. "(...) 4.8. Provimento do recurso especial para: (a) julgar procedente o pedido da AIJE e (b) declarar a nulidade dos votos recebidos por todos os candidatos ao cargo de vereador do MDB de Muriaé/MG nas Eleições 2020; (c) desconstituir o diploma dos candidatos que concorreram por esta grei e cassar o mandato dos candidatos eleitos para o referido cargo naquele pleito; (d) cassar o DRAP da legenda, determinando-se o recálculo dos quocientes eleitoral e partidário; (...). (Acórdão de 05.03.2024)

TSE – Processo n. 0600828-36.2020.6.18.0001 "Agravo interno. Recurso especial. Eleições 2020. Prefeito. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Condutas vedadas a agentes públicos. art. 73, IV c/c VI, b c/c § 10, da lei 9.504/97. Uso promocional. Distribuição gratuita. Óculos. Publicidade institucional. Período vedado. Configuração. Consequências. Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Desprovimento. "(...) 2. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, as sanções pela prática de condutas vedadas a agentes públicos

devem ser proporcionais à gravidade dos fatos, somente acarretando a cassação de diploma nas hipóteses em que tiverem o condão de abalar a normalidade e a legitimidade do pleito. (Acórdão de 09.11.2023)

TSE – Processo n. 0600592-92.2020.6.26.0088 "(...)1. O TRE/SP manteve a sentença zonal pela procedência da AIJE ajuizada para apurar fraude na cota de gênero que resultou na cassação do diploma de vereador outorgado ao ora agravante. 2. As teses de ofensa aos princípios da isonomia e da soberania do voto popular, bem como de validade dos votos auferidos pelo ora agravante, suscitadas com base no art. 196, I, da Res.-TSE nº 23.611/2019, não foram objeto de debate e decisão na instância ordinária, de modo que carecem do necessário prequestionamento e, portanto, não devem ser conhecidas. Incidência do Enunciado nº 72 da Súmula do TSE. 3. Quanto ao tema de fundo, o TRE/SP assegurou ter constatado a conjunção de todas as características típicas da prática ilícita: votação zerada das duas candidatas fictícias; apoio a outros candidatos; parentesco com outros candidatos da mesma sigla; ausência de atos de campanha; inexistência de movimentação financeira; inverossimilidade dos argumentos apresentados para defender a tese de desistência precoce das candidaturas. 4. A pretensão do agravante de reverter o julgamento de procedência da AIJE demanda o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial, nos termos do Enunciado Sumular nº 24 do TSE. 5. Quanto aos elementos necessários para reconhecer o caráter fraudulento das candidaturas, o acórdão regional está em conformidade com a jurisprudência desta Corte, de forma que incide na espécie o Enunciado nº 30 da Súmula do TSE." (Acórdão de 15.12.2022)

TSE – Processo n. 0003523-79.2014.6.16.0000 "(...) O art. 22, XIV, da LC n. 64/1990, nos casos de procedência da AIJE, prevê caber ao julgador decidir sobre: a inelegibilidade pelo prazo (i) de 8 (oito) anos subsequentes à eleição em que o ato ilícito se verificou; e (ii) a cassação do registro ou diploma do candidato diretamente beneficiado. As duas consequências jurídicas são autônomas e possuem diferentes requisitos de aplicabilidade: enquanto a cassação exige apenas o benefício, pelo candidato, do ato ilícito, a inelegibilidade demanda a contribuição para a prática do ato. Portanto, o encerramento do mandato eletivo, quando o ilícito eleitoral em discussão puder implicar também a aplicação de inelegibilidade, não acarreta a perda superveniente do interesse no prosseguimento da AIJE. Isso porque,

embora não seja mais possível a cassação do mandato, persiste o interesse relativo à aplicação de inelegibilidade". (Acórdão de 08.10.2020)

TRE/SP – Processo n. 0600775-95.2020.6.26.0142 "(...) Recurso Eleitoral. Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Eleições municipais de 2020. Fraude no percentual de gênero. Sentença de improcedência. Conjunto probatório que evidencia que quatro candidaturas femininas foram fictícias. Ausência de prática de atos de campanha. Quantidade ínfima de votos. Prestação de contas com quase idêntica movimentação financeira. Propaganda eleitoral na rede social para candidato adversário. Provas insuficientes para demonstrar a fraude em relação a uma das candidatas. Parcial provimento do recurso para julgar parcialmente procedente a ação, cassando o diploma expedido em favor dos réus e declarando a inelegibilidade das candidatas "laranjas". (Acórdão de 11.04.2024)

TRE/SP - Processo n. 0600892-22.2020.6.26.0095 "(...) A cassação do diploma da chapa eleita não pode ser determinada apenas com base em suposições e indícios de que tenha ocorrido o ilícito, isto é, em material probatório inábil para se atestar com o devido acerto que houve, de fato, fraude à cota de gênero – Precedentes – Irregularidade não configurada – Sentença de reformada para julgar improcedente a ação – Recurso provido. (Acórdão de 16.05.2023)

TRE/SP – Processo n. 0600678-32.2020.6.26.0066 "(...) – Comprovado o vínculo entre o meio de comunicação impugnado e os candidatos (...) – Caracterizados o abuso de poder econômico e o uso indevido do meio de comunicação – Manutenção da sentença de improcedência somente em relação a (...), quer pela falta de prova de participação em quaisquer das condutas aqui trazidas, quer pela impossibilidade de aplicação da penalidade de cassação de diploma eleitoral, posto que não eleita – No mais, sentença reformada para julgar parcialmente procedente a Ação de investigação judicial eleitoral, para aplicar a (...) enquanto personagens principais para concretização do abuso do poder econômico e dos meios de comunicação, a sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à eleição em que se verificou o abuso, bem como cassar o diploma conferido à candidata (...), enquanto beneficiária direta das condutas perpetradas, nos moldes do artigo 22, inciso XIV, da Lei Complementar n. 64/90." (Acórdão de 23.05.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600112-27.2021.6.26.0041 "Recurso eleitoral – Ação de investigação judical eleitoral (AIJE) (..) A cassação do diploma e a inelegibilidade não podem ser determinadas apenas com base em indícios que tenha ocorrido o ilícito, ou seja, em material probatório inábil para se atestar com o devido acerto que houve, de fato, os abusos imputados – Precedentes – Irregularidades não configuradas – Sentença mantida – Recurso desprovido". (Acórdão de 01.12.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600667-71.2020.6.26.0205 "(...) Outrossim, para se decretar a cassação de mandatos eletivos, é necessário mais do que meros indícios e presunções. Para que um princípio constitucional, como é a soberania popular, seja afastada, imprescindível que algo excepcional, consubstanciado em provas inequívocas, seja trazido ao conhecimento do julgador, para que este, após análise do conteúdo e convencendo-se de seu teor, chegue ao ponto de desconsiderar o resultado consagrado nas urnas". (Acórdão de 10.05.2022)

TRE/TO – Processo n. 0600375-65.2020.6.27.0009 "Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Eleições 2020. Conduta vedada. Propaganda institucional. Sentença parcialmente procedente. Aplicação de multa. Reincidência. Abuso de poder econômico. Abuso de poder político. art. 73, caput, incisos I, II, III, IV, VI, alínea b, § 4º, § 5º e §10, da lei n. 9.504/1997. Gravidade da conduta. Ausência de provas robustas e incontestes. Sentença mantida. Desprovimento do recurso. "(...) Da mesma forma, também entendo que não há que se falar em abuso de poder político apto a ocasionar a cassação do diploma, na medida em que, conquanto proibida, a propaganda irregular não se mostrou apta a comprometer, com a gravidade necessária, a igualdade de disputa e/ou a legitimidade do pleito (...)" (Acórdão de 23.08.2022)

TRE/AP – Processo n. 0600483-78.2020.6.03.0004 "Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Eleições 2020. Abuso de poder político. Compra de votos. Cestas básicas. Promessa. Cargo público. Utilização de estrutura do poder executivo municipal. Prejudicial de mérito. Nulidade. Prova emprestada. Justiça Federal. Busca e apreensão. Quebra de sigilo telefônico. Decisão do juízo criminal competente. Ausência de cópia nos autos da AIJE. Ilicitude. Não ocorrência. Mérito. Prova inquisitorial submetida a contraditório. Força probatória. Elementos corroborados por prova testemunhal. Abuso de poder político. Caracterização. Captação ilícita de sufrágio. Não caracterização. Provimento parcial. Sanção.

Cassação de diploma. Perda de mandato. Inelegibilidade. Manutenção. Multa. art. 41-A da lei n. 9.504/1997. Inaplicabilidade. Execução imediata. Determinação de retotalização de votos. (...).5. A indevida utilização da administração pública por parte de agente público, através do oferecimento de cargos e cestas básicas a eleitores em troca de voto e apoio político, configura conduta ilícita que se amolda ao disposto no art. 22, XIV, da Lei Complementar n. 64/1990, e atrai a aplicação de cassação de mandato e declaração de inelegibilidade.6. O fato de as condutas ilícitas terem sido praticadas antes do período de registro de candidatura impede a configuração de captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei n. 9.504/1997) no caso concreto e, consequentemente, afasta a incidência da sanção de multa.7. Recurso parcialmente provido para afastar a sanção de multa e manter a cassação do mandato e a aplicação da pena de inelegibilidade, com efeitos imediatos a partir da publicação do acórdão.". (Acórdão de 09.06.2022)

14.3. Inelegibilidade

TSE – Processo n. 0601530-44.2020.6.13.0187 "Eleições 2020. Recurso especial. AIJE. Fraude na cota de gênero. Acórdão recorrido que manteve a sentença que julgou improcedente a ação. Circunstâncias descritas no acórdão que, de acordo com o entendimento do TSE, configuram fraude na cota de gênero. Provimento do recurso especial a fim de julgar procedentes os pedidos formulados na AIJE, com as consequências legais. "(...) (e) declarar a inelegibilidade das duas candidatas fictícias para as eleições a se realizarem nos 8 anos subsequentes ao pleito de 2020, nos termos do inciso XIV do art. 22 da LC nº 64/1990. (...)" (Acórdão de 05.03.2024)

TSE - Processo n. 0600249-50.2020.6.09.0127 "(...) 3. Agravo interno provido para, dando provimento ao agravo e parcial provimento ao recurso especial eleitoral, julgar procedente o pedido formalizado na AIJE para (i) decretar a nulidade de todos os votos auferidos pelo [...] de [...] no pleito proporcional de 2020; (ii) determinar o recálculo dos quocientes eleitoral e partidário; (iii) cassar os registros e, por consequência, os diplomas dos candidatos vinculados ao respectivo DRAP; e (iv) cominar a sanção de inelegibilidade prevista no art. 22, XIV, da Lei Complementar n. 64/1990 a [...], a [...] e a [...]. (Acórdão de 22.02.2024)

TSE – Processo n. 0601212-32.2022.6.00.0000 "Ação de investigação judicial eleitoral. Referendo de decisão liminar. Eleições 2022. Presidente. Abuso de poder político. Live semanal. Atual Presidente da República. Finalidade de divulgação de atos de governo. Utilização de bens e recursos públicos. Desvirtuamento. Promoção de candidaturas. Intensificação nos dias finais da campanha. Quebra de isonomia. Plausibilidade. Urgência. Requerimento liminar deferido. Decisão referendada". "(...) 5. Esse exame não se confunde com aquele realizado no julgamento de mérito e não antecipa a conclusão final, que deverá avaliar in concreto os efeitos das condutas praticadas, a fim de estabelecer se são graves o suficiente para conduzir à cassação de registro ou diploma e à inelegibilidade. "(...). As sanções previstas para a hipótese de procedência do pedido formulado na AIJE – cassação do registro ou diploma e inelegibilidade – têm não apenas dimensão punitiva, mas asseguram também a recomposição dos bens jurídicos, uma vez que impedem que os beneficiários logrem exercer mandato ilicitamente obtido e, ainda, alijam os responsáveis, por 8 anos, da possibilidade de disputar eleições (...)". (Acórdão de 29.09.2022)

TSE - Processo n. 0600049-30.2020.6.20.0000 "(...) Agravo Interno. Recurso Especial. Eleições 2016. Ação De Investigação Judicial Eleitoral (AIJE). Abuso De Poder Político E Econômico. Art. 22 Da LC64/90. Prefeito. Candidato Não Eleito. Emissão. Títulos De Doação E De Domínio De Imóveis. Transferência De Domicílio Eleitoral. Desvio De Finalidade. Gravidade. Configuração. Candidato Beneficiado. Responsabilidade. Acervo Probatório Robusto. Súmula 24/TSE. Negativa De Provimento. 1. No decisum monocrático, negou-se seguimento a recurso especial da Chefe do Poder Executivo de (...) na legislatura 2012-2016 e do candidato não eleito ao referido cargo no pleito de 2016, mantendo-se aresto unânime em que se assentou a inelegibilidade de ambos pela prática de abuso de poder político e econômico, haja vista a entrega de títulos de doação e de domínio de imóveis para subsidiar pedidos de transferência de domicílio eleitoral com o fim de beneficiar a candidatura do segundo agravante (art. 22 da LC 64/90). 2. Conforme a jurisprudência desta Corte Superior, o abuso de poder político se configura quando o agente público, valendo-se de condição funcional e em manifesto desvio de finalidade, desequilibra a disputa em benefício de sua candidatura ou de terceiros, ao passo que o abuso de poder econômico ocorre pelo uso exorbitante de recursos patrimoniais, sejam eles públicos ou privados, de forma a comprometer a isonomia entre os candidatos e a legitimidade do pleito. Precedentes. 3. Nos termos do art. 22, XVI, da LC 64/90, "para a configuração do ato abusivo, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam". Por sua vez, o inciso XIV do citado dispositivo preceitua que "o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato". 4. Na espécie, o TRE/RN reconheceu o abuso, visto que a então Prefeita de (...), valendo-se das prerrogativas do cargo e faltando poucos meses para o fechamento do cadastro eleitoral para o pleito de 2016, emitiu 63 títulos de doações de terrenos públicos e de domínio de bens imóveis, alguns deles fictícios, com propósito de viabilizar pedidos de transferência de domicílio eleitoral e, com isso, obter votos favoráveis ao candidato que ela apoiava para lhe suceder. 5. A partir da moldura fática descrita pela Corte de origem, constata-se que a conduta foi praticada com claro desvio de finalidade e foi grave o suficiente para violar a legitimidade do pleito. Juntaram-se aos autos os referidos títulos públicos e se constatou, após busca e apreensão, a inexistência de processos e documentos inerentes aos atos administrativos que resultaram nas concessões imobiliárias. A prova oral também aponta para o fim eleitoreiro da conduta, pois algumas doações foram feitas "apenas no papel" para forjar vínculo eleitoral com o município. A seu turno, a outra parcela dos títulos imobiliários efetivamente transferiu a propriedade de imóveis públicos, indicando que o ilícito apresentou conteúdo econômico. 6. Soma-se, ainda, o pequeno porte do município – cuja população estimada é de 4.281 pessoas – e a circunstância de que se formularam pelo menos 55 requerimentos de transferência de domicílio eleitoral ancorados nos títulos de doação e de domínio. 7. A responsabilidade do candidato beneficiado pelo abuso ficou comprovada. Conforme o aresto de origem, ele mantinha relações profissionais e de parentesco com eleitores corrompidos, circunstâncias que, diante do reduzido número de habitantes do município, revelam, no mínimo, que ele conhecia a prática abusiva e com ela anuiu. 8. Assim, considerando a base fática delineada no aresto a quo, constata-se a presença de conjunto probatório robusto e convergente acerca da prática ilícita, as circunstâncias indicam gravidade o bastante para macular a legitimidade do pleito, assim como ficou demonstrado de forma robusta a responsabilidade do candidato. 9. Conclusão diversa demandaria reexame de fatos e provas, vedado na instância extraordinária de acordo com a Súmula 24/TSE. 10. Agravo interno a que se nega provimento". (Acórdão de 17.03.2022)

<u>TSE – Processo n. 00000220-27.2016.6.20.0016</u> "(...) De início, destaco que nas investigações judiciais eleitorais disciplinadas na LC n. 64/1990, o interesse processual remanesce mesmo após o término dos mandatos, uma vez que as sanções não se restringem à cassação do registro ou do diploma, abrangendo a declaração de inelegibilidade (...)". (Acórdão de 16.09.2021)

TSE – Processo n. 0002244-91.2014.6.04.0000 "(...) 14. Ademais, as provas dos autos demonstram que os candidatos investigados não apenas foram beneficiados pelo ato abusivo, mas também contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua prática, o que impõe a aplicação da sanção de inelegibilidade. Conclusão. 15. Transcorridos os mandatos para os quais os recorridos foram eleitos, está prejudicada a sua cassação, bem como a determinação de novas eleições no Estado do Amazonas. No entanto, que essas providências já haviam sido efetivadas como consequência do julgamento do RO n. 224661/AM. 16. Recursos ordinários parcialmente providos, para julgar parcialmente procedente a ação de investigação judicial eleitoral e, prejudicada a cassação dos mandatos dos recorridos e a renovação do pleito eleitoral, aplicar a [...] e [...] a sanção de inelegibilidade pelo período de 8 (oito) anos, contados das eleições de 2014 (...)". (Acórdão de 16.09.2021)

TSE – Processo n. 0003523-79.2014.6.16.0000 "(...) A jurisprudência desta Corte Superior, em processos relativos ao pleito de 2012, firmou-se no sentido de haver prejudicialidade do objeto recursal em AIJEs ajuizadas para apuração de prática de abuso de poder, quando: (i) o acórdão proferido pelo Tribunal Regional não impõe a cassação dos mandatos impugnados em razão da improcedência da ação e (ii) o exercício dos mandatos eletivos findar antes do julgamento do recurso. O entendimento firmou-se sob a perspectiva de ausência de interesse jurídico no julgamento em razão da insubsistência de proveito prático a ser alcançado. Esse entendimento deve ser revisitado, considerando: (i) os fins moralizadores da LC n. 64/1990 e da LC n. 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), o interesse público envolvido nas causas eleitorais, bem como os anseios da sociedade por candidaturas legítimas e agentes públicos que zelem pela probidade e moralidade no exercício do múnus público; e que (ii) essa jurisprudência surgiu a partir de julgados de ações que tinham por objeto único a cassação e não se debateu sobre a particularidade de que a aplicação da inelegibilidade prevista no art. 22 da LC n. 64/1990 não é condicionada à duração temporal do próprio mandato. O art. 22, XIV, da LC n. 64/1990, nos casos de procedência da AIJE, prevê caber ao julgador decidir sobre: a

inelegibilidade pelo prazo (i) de 8 (oito) anos subsequentes à eleição em que o ato ilícito se verificou; e (ii) a cassação do registro ou diploma do candidato diretamente beneficiado. As duas consequências jurídicas são autônomas e possuem diferentes requisitos de aplicabilidade: enquanto a cassação exige apenas o benefício, pelo candidato, do ato ilícito, a inelegibilidade demanda a contribuição para a prática do ato. Portanto, o encerramento do mandato eletivo, quando o ilícito eleitoral em discussão puder implicar também a aplicação de inelegibilidade, não acarreta a perda superveniente do interesse no prosseguimento da AIJE. Isso porque, embora não seja mais possível a cassação do mandato, persiste o interesse relativo à aplicação de inelegibilidade". (Acórdão de 08.12.2020)

TRE/SP – Processo n. 0600775-95.2020.6.26.0142 "(...) Recurso Eleitoral. Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Eleições municipais de 2020. Fraude no percentual de gênero. Sentença de improcedência. Conjunto probatório que evidencia que quatro candidaturas femininas foram fictícias. Ausência de prática de atos de campanha. Quantidade ínfima de votos. Prestação de contas com quase idêntica movimentação financeira. Propaganda eleitoral na rede social para candidato adversário. Provas insuficientes para demonstrar a fraude em relação a uma das candidatas. Parcial provimento do recurso para julgar parcialmente procedente a ação, cassando o diploma expedido em favor dos réus e declarando a inelegibilidade das candidatas "laranjas". (Acórdão de 11.04.2024)

TRE/SP - Processo n. 0600622-40.2020.6.26.0214 "Embargos de declaração. Acórdão que rejeitou as preliminares suscitadas pelo embargante e, no mérito, não conheceu do recurso por ele interposto. Sentença de procedência da AIJE por abuso de poder econômico com aplicação de sanção de inelegibilidade pelo período de 8 anos. Eleições 2020. Alegações de omissão, contradição e obscuridade. Inexistência. Caráter infringente. Inadmissibilidade. Embargos rejeitados. (Acórdão de 31.01.2024)

TRE/SP - Processo n. 0601036-13.2020.6.26.0190 "(...) Desta feita, considerando-se todo o arcabouço probatório, bem como que os representados não se desincumbiram de refutar o quanto alegado e demonstrado na exordial, reconhece-se que a apresentação de mero espectro da candidatura de [...] por parte de [...] e [...] configurou fraude ao determinado no § 3° do artigo 10 da Lei das Eleições, comprometendo, portanto, a lisura do pleito, razão pela qual a estes devem ser impostas as penas de inelegibilidade para as eleições a se realizarem

nos 8 (oito) anos subsequentes ao pleito de 2020. Sendo assim, é de rigor a manutenção da sentença recorrida. (Acórdão de 14.09.2023)

TRE/SP - Processo n. 0608608-37.2022.6.26.0000 "Ação de investigação judicial eleitoral. Preliminar de inépcia da inicial, de decadência e de inadequação da via eleita rejeitadas. Mérito. Reconhecida a fraude à cota de gênero, pela burla ao art. 10, § 3º, da lei nº 9.504 de 1997. Votação inexpressiva das representadas. Prestação de contas com movimentação financeira incapaz de evidenciar a prática de atos de campanha. Destinação de recursos a título de "despesa com pessoal" a candidatura masculina de membro do mesmo partido. Efetivo propósito de concorrer ao pleito não demonstrado nos autos. Abuso do poder político consumado. Precedentes do c. tribunal superior eleitoral. representação julgada procedente para determinar a cassação dos diplomas de todos os candidatos registrados pelo partido renovador trabalhista brasileiro — PRTB, nas eleições de 2022, vinculados ao DRAP nº 0603609-41.2022.6.26.0000, declarar a nulidade dos votos conferidos ao partido para o cargo de deputado estadual nas eleições 2022, bem como impor às representadas a sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes às eleições gerais de 2022, na forma do art. 22, XIV, da Lei Complementar Nº 64 DE 1990. (Acórdão de 24.10.2023)

TRE/SP – Processo n. 0601014-33.2020.6.26.0261 "(...) Possibilidade de aplicar ao prefeito recorrido as sanções de inelegibilidade e de multa, as quais não atingem a esfera jurídica do seu vice - Reconhecida a decadência no que toca ao pedido de cassação do diploma do prefeito eleito – Continuidade do feito para apurar os graves fatos narrados na exordial, os quais envolvem compra de votos, utilizando-se, para tanto, de verbas públicas – Possibilidade de cassação do registro do suplente à vereança caso comprovado o seu benefício – Sentença reformada em parte – Recurso parcialmente provido, com determinação de retorno dos autos à instância de origem para o regular processamento do feito em seus ulteriores termos, mantendo, no entanto, o reconhecimento da decadência quanto ao pedido de cassação do diploma do prefeito eleito.". (Acórdão de 18.07.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600084-59.2021.6.26.0041 "(...) Por derradeiro, quanto ao vice-prefeito (...), ausente qualquer prova de seu envolvimento nos supostos ilícitos ora afastados

e, sendo certo que a sanção de inelegibilidade possui caráter personalíssimo, era mesmo caso de julgar improcedente a demanda também em relação a ele." (Acórdão de 15.02.2022)

TRE/SP Processo n. 0600725-79.2020.6.26.0171 "Recurso Eleitoral. Eleições 2020 – Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) - Fraude à cota de gênero - Artigo 10, § 3º, da Lei n. 9.504 /1997 - Sentença de procedência - Pedido de redistribuição do feito - Indeferido -Preliminar de nulidade da sentença – Afastada – Contestação intempestiva – Preclusão do direito de requerer provas – Desnecessidade de dilação probatória – Mérito – Candidaturas fictícias – Votação zerada – Ausência de qualquer ato de campanha - Não abertura de conta bancária para a arrecadação de recursos – Recebimento, por todos os candidatos ao cargo de vereador da agremiação, de doação estimável, a exceção das candidatas impugnadas -Mera afirmação de que desistiram das respectivas candidaturas, sem demonstrar que, em algum momento, realmente pretenderam disputar as eleições - Circunstâncias fáticas que, analisadas em conjunto, evidenciam que as candidaturas questionadas foram registradas mediante fraude, com o único propósito de preencher a cota de gênero - Cassação dos registros ou diplomas de todos os candidatos ao pleito proporcional lançados pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB do município de (...), além da invalidação dos votos a eles atribuídos – Sanção de inelegibilidade aplicada somente às candidatas fictícias, vez que diretamente envolvidas na prática do ilícito - Manutenção da sentença - Matéria preliminar afastada – Recurso desprovido."(Acórdão de 22.06.2021)

TRE/MG – Processo n. 0601061-82.2020.6.13.0159 "Eleições 2020. Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Sentença de improcedência na origem. "(...) Incidência em duas condutas vedadas diversas, ambas de baixa gravidade, razão pela qual deixo de cassar os diplomas dos recorridos e de apená-los com inelegibilidade. Fixação da sanção de multa acima do mínimo legal, em R\$10.000,00 (dez mil reais), com base no princípio da proporcionalidade. Não aplicação da multa ao segundo recorrido, Vice-Prefeito à época dos fatos, diante da ausência de indícios de sua participação direta nos atos ilícitos.". (Acórdão de 23.11.2022)

14.4. Má-fé

<u>TSE – Processo n 0600474-25.2020.6.02.0011</u> "Eleições 2020. Agravo interno em recurso especial. AIJE. Prefeito. Vice-prefeito. 6. Pedido formulado pelos agravados para que os agravantes sejam condenados por litigância de má–fé. Exercício do legítimo direito de defesa. Indeferido.". (Acórdão de 12.08.2022)

TSE – Processo n. 0601782-57.2018.6.00.0000 "(...) Pedidos de condenação por litigância de má–fé e de investigação por incursão no tipo penal previsto no art. 25 da LC n. 64/1990. O ajuizamento de ação de investigação judicial eleitoral com base apenas em elementos indiciários ou prova pouco robusta não basta, por si só, para condenação por litigância de má–fé e/ou configuração do crime previsto no art. 25 da LC n. 64/1990, tendo em vista a necessária comprovação da intenção de alterar a verdade dos fatos, da deslealdade e do abuso de direito". (Acórdão de 09.02.2021)

TRE/SP - Processo n. 0602076-13.2020.6.26.0131 "Recursos eleitorais. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Eleições de 2020. Cargos de prefeito e vice-prefeito e vereador. Abuso de poder político. Sentença de improcedência. Recurso interposto pelos investigantes. Não demonstrado o desvio de finalidade no evento denominado PSDB mulher, com utilização de entidade ligada à prefeitura, para beneficiar candidaturas. Abuso de poder político (art. 22. da lei complementar 62/90), não configurado. Recurso adesivo interposto pelos investigados pretendendo a condenação dos recorridos por litigância de má–fé. Indeferido. Manutenção da sentença. Desprovimento dos recursos. (Acórdão de 15.08.2023)

TRE/SP – Processo n. 0600440-98.2020.6.26.0070 "(...) Recursos Eleitorais – Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) –Eleições 2020 – Abuso dos poderes político e econômico, uso indevido dos meios de comunicação social, conduta vedada e gastos ilícitos de recursos financeiros de campanha – Sentença de improcedência – Preliminar de intempestividade do recurso interposto por (...) acolhida – Preliminares de cerceamento de defesa e afronta ao princípio da dialeticidade afastadas – Mérito – Alegação de (i) distribuição de cestas básicas com intuito eleitoreiro, (ii) doação dos subsídios por parte do Prefeito, (iii) Inauguração de obras públicas, (iv) divulgação de obra pública por interposta pessoa, (v) divulgação de concurso público em debate televisivo, (vi) realização de propaganda

institucional em período vedado, (vii) uso massivo dos meios de comunicação social, (viii) realização de propaganda negativa impulsionada nas redes sociais e (ix) promoção de servidores públicos com base no calendário eleitoral – Ilícitos não demonstrados – Ausência de provas capazes de evidenciar as alegadas condutas irregulares – Litigância de má–fé não configurada – Sentença mantida – Não conhecimento do reclamo apresentado por (...) – Desprovimento dos recursos interpostos por (...), bem como do recurso apresentado por (...)." (Acordão de 03.05.2022)

TRE/SP Processo n. 0600666-16.2020.6.26.0196 "(...) Por derradeiro, deixo de acolher o pedido de condenação do agravante como litigante de má-fé, tal como requerido na contraminuta de [...], por não observar qualquer exacerbação em suas manifestações processuais que configure a incidência de quaisquer das condutas previstas no art. 80 do Código de Processo Civil". (Acórdão de 20.05.2021)

TRE/MG - Processo n. 0600462-14.2020.6.13.0299 "Recursos eleitorais. Ação de investigação judicial eleitoral. Eleições 2020 - dialeticidade recursal - presença - inépcia da inicial - inocorrência - ilegitimidade passiva - afastamento - falta de interesse de agir - rejeitada - uso indevido dos meios de comunicação - não comprovação - litigação de má-fé - inocorrência. "(...) Ademais, a aplicação da penalidade por litigância de má-fé exige a comprovação do dolo da parte, ou seja, da intenção de obstrução do trâmite regular do processo ou de causar prejuízo à parte contrária, o que não foi demonstrado na hipótese em exame(...)". (Acórdão de 15.12.2023)

TRE/MG – Processo n. 0601013-84.2020.6.13.0269 "(...) Asseveraram, ainda, que a atitude dessa recorrente deve ser considerada como litigância de má-fé, ao defenderem que "o recurso serve para tripudiar, em verdadeiro assédio processual". Nessa perspectiva, pugnaram pelo não conhecimento do recurso interposto pela Coligação e pela aplicação de multa por litigância de má-fé àquela recorrente. Contudo, observa-se, na sentença combatida, que o juiz a quo julgou "parcialmente procedente o pedido", ou seja, parte do pedido da Coligação, então investigante e ora recorrente, foi negado pelo juiz a quo. Assim sendo, não há que se falar em ausência de interesse da (...) em recorrer, em virtude de essa parte também ter sucumbido em segmento da decisão em questão.". (Acórdão de 09.09.2022)

TRE/SE – Processo n. 0600734-81.2020.6.25.0005 "Eleições 2020. Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. AIJE. Abuso do poder econômico. Cumulação com captação ilícita de sufrágio. "(...)litigância de má–fé. Ausência de elementos caracterizadores. Afastamento. Recurso. Conhecimento e improvimento. "(...). Ausentes elementos suficientes para a caracterização da litigância de má–fé, forçoso é o afastamento da alegação.". (Acórdão de 08.09.2022)

15. CIÊNCIA ÀS PARTES

15.1. Intimação Pessoal – Citação

TRE/SP Processo n. 0601779-91.2020.6.26.013 "(...) Em suma, defende que "a nulidade absoluta é aquela que prescinde de prejuízo da parte; no caso em comento, estamos diante de tal nulidade, e a decisão foi favorável a recorrente, no entanto, a decisão não tem contornos definitivos, houve recurso interposto. Logo, é comando imperativo que a recorrente se manifeste agora e regularmente participe do feito, para que, em caso de transmude de entendimento por parte do colegiado, não se prolongue o seu cerceamento de defesa." (ID n. 63815874). Compulsando os autos, verifica-se que, de fato, o mandado de citação foi entreque ao filho da recorrente (ID n. 63815689) e, portanto, é inequívoca a ausência de regular citação pessoal da candidata investigada, em discordância com o que se infere da interpretação do disposto no artigo 22, I, alínea a, da Lei Complementar n. 64/90. Não se olvida que, à luz do art. 219 do Código Eleitoral e da jurisprudência desta E. Corte e do Tribunal Superior Eleitoral, não se declara qualquer nulidade – seja absoluta ou relativa - sem a efetiva demonstração de prejuízo. Todavia, no caso em questão, o prejuízo é patente, na medida em que, conquanto a r. sentença tenha sido pela improcedência da demanda, o decisum ainda não possui o contorno definitivo do trânsito em julgado, haja vista que o Ministério Público Eleitoral interpôs recurso pugnando pela reforma da decisão e a manifestação da Douta Procuradoria Regional Eleitoral foi no mesmo sentido. Neste contexto, insta observar que o parentesco da recorrente (...) com os também investigados, ora recorridos, (..) e (...) não autoriza presumir que aquela tivesse ciência do ajuizamento da presente ação pelo Parquet. Releva ponderar, ainda, que o artigo 251 do Código de Processo Civil não faz ressalva a respeito de existir presunção da notificação, dado exigir-se que o ato citatório por Oficial de Justiça, dirigida a pessoa física, seja recebido pelo próprio interessado, colhendo-se sua assinatura no mandado ou certificando a recusa". (Acórdão de 16.05.2022)

TRE/SP – Processo n. 0600091-77.2021.6.26.0000 "(...) A norma é clara. A citação dos requeridos, na ação de investigação judicial eleitoral, deve ser pessoal. Já as intimações subsequentes devem ocorrer via publicação no Diário da Justiça Eletrônico. Contudo, tenho que a irregularidade na citação dos requeridos, no caso concreto, é perfeitamente sanável, não sendo o caso de extinção do feito com relação aos referidos requeridos. Explico no caso, ainda que as notificações dos requeridos na AIJE de origem tenham sido encaminhadas a endereço diverso do correto, verifica-se que [...], [...] e [...] ingressaram espontaneamente no feito, sejam através de contestação ou manifestação para o reconhecimento de impedimento do MM. Juízo de origem (...)". "(...). Dito isso e diante do comparecimento espontâneo aos autos, é nítido que a falha no ato de citação não ensejou qualquer prejuízo aos requeridos (...)". (Acórdão de 22.06.2021)

TRE/CE - Processo n. 0602957-79.2022.6.06.0000 "Eleições 2022. Embargos de declaração. Ação de impugnação de mandato eletivo. Ação de investigação judicial eleitoral. Conexão. Fraude à cota de gênero. art. 10, § 3º, da lei 9.504/97. Candidatura fictícia. Mulheres. Candidaturas femininas laranjas. Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero. Obscuridade, omissão, contradição. Inexistência. Regularidade de citação pessoal. Vício insanável da relação processual, a acarretar a nulidade dos atos decisórios. Alegação de ausência de oportunidade de se manifestar nos autos das ações sob enfoque, sendo decretada a revelia e, ao final, a desconstituição de diploma de deputada estadual. Apontamento de primeira oportunidade que tem para suscitar a nulidade decorrente do vício na citação (art. 278 CPC). Citação realizada por meio de advogado investido de genéricos poderes ad judicia, com procuração sem a cláusula específica de recebimento de citação, tal como exigido pelo art. 105 do código de processo civil. Inocorrência. Litigância de má-fé. Não configuração. Rediscussão da matéria por vias transversas, em razão da parte estar inconformada com o resultado do julgado. Embargos de declaração conhecidos e não providos. (Acórdão de 07.11.2023)

TRE/GO Processo n. 0601091-36.2020.6.09.0028 "Eleições 2020. Ação de investigação judicial eleitoral. Abuso do poder econômico e captação ilícita de sufrágio configurados. Preliminar de nulidade de citação rejeitada. "(...) O Recorrido arguiu a nulidade da citação, aduzindo que deveria ter sido pessoal, não a suprindo a apresentação de defesa por procurador sem poderes específicos para recebê-la. Consoante caput do artigo 239 do CPC, é expressa a associação entre a citação efetuada com acerto e a legalidade do processo, pois "para a validade do processo é indispensável a citação do réu". Logo, a citação válida é pressuposto para o aperfeiçoamento e a validade da relação processual, de modo que, sem a citação válida, não se consuma o ato de comunicação que inaugura a relação processual. "(...). Por conseguinte, uma vez que o ato citatório foi convalidado pelo comparecimento voluntário do investigado, que apresentou contestação e foi muito bem representado tecnicamente nos presentes autos de processo, fica superada a alegação de vício na citação. Com efeito, se uma das finalidades da citação é dar ciência ao investigado da existência do processo, de modo a propiciar que apresente sua antítese à pretensão do autor, uma vez apresentada a contestação, tem-se por alcançado o objetivo citatório, não havendo que se falar em inexistência, tampouco nulidade da sentença posterior. (...)". (Acórdão de 16.12.2022)

TRE/RJ – Processo n. 0600935-59.2020.6.19.0096 "Eleições 2020. Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Fraude à cota de gênero. Art. 10, § 3º, da lei n. 9.504/1997. Sentença de procedência. Cassação de todos candidatos vinculados ao drap. Anulação dos votos obtidos pelo partido. Citação por e-mail. Inobservância do disposto no art. 11, § 2º, da resolução TSE 23.608/2019 e no art. 246 do CPC. Nulidade da citação. Anulação da sentença. "(...) 4. Os investigados foram citados por e-mail, na data de 04/03/2021, e apenas dois deles, os ora recorrentes, apresentaram defesa, enquanto os demais não se manifestaram. 5. De acordo com o art. 11, § 2º, da Resolução TSE n. 23.608/2019, a citação nas ações que seguem o rito do art. 22 da LC n. 64/90 deve observar exclusivamente o disposto no CPC. 6. A citação dos investigados não obedeceu ao disposto no art. 246 do CPC, razão pela qual, com exceção dos recorrentes, que apresentaram defesa nos autos, a citação dos demais investigados não pode ser considerada válida, pois não cumpriu sua finalidade de propiciar, na forma da lei, sua participação no processo. 7. À época em que foi realizada a citação dos investigados, a citação por meio eletrônico nos processos em geral

era, então, regulada exclusivamente pelos arts. 5º e 6º da Lei n. 11.419/2006, cuja sistemática não foi adotada nesta Justiça especializada. A citação por mensagem instantânea ou por email é possível nas hipóteses previstas nas resoluções do TSE, as quais não se aplicam às ações submetidas ao procedimento estabelecido no art. 22 da LC n. 64/90, por força do disposto no art. 11, § 2º, da Resolução TSE n. 23.608/2019. 8. Dessa forma, a citação dos investigados deveria ter ocorrido na forma dos demais incisos do art. 246 do CPC, em sua redação então vigente, isto é, preferencialmente, pelo correio, ou, frustrada esta, por oficial de justiça, e, em último caso, por meio de edital. 9. Vale destacar que, em sua redação atual, conferida pela Lei n. 14.195, de 26/08/2021, portanto posterior à citação dos investigados, o art. 246 do CPC dispõe que a citação eletrônica somente será válida se houver confirmação do seu recebimento em até 3 dias úteis. A ausência de confirmação nesse prazo implica a realização da citação pelo correio, por oficial de justiça ou pelas demais formas previstas no § 1º-A do referido artigo, incluído pela Lei n. 14.195/2021. 10. Diante do prejuízo irreparável à plena garantia do contraditório e da ampla defesa, deve ser considerada nula a citação de (...) e dos investigados que não se manifestaram nos autos, do que resulta a nulidade de todos os atos posteriores à citação, nos termos do art. 281 do CPC. 11. Anulação de todos os atos subsequentes à citação dos investigados, determinando-se o retorno dos autos à primeira instância a fim de que haja nova citação de todos os investigados que não se manifestaram nos autos, observando-se os meios estabelecidos pelo CPC, e a reabertura do prazo para apresentação de defesa pelo investigado [...], com o regular prosseguimento do feito até a prolação de nova sentença, ficando, consequentemente, prejudicado o recurso interposto por [...] a e [...]. (...)". Acórdão (Acórdão de 15.12.2022)

TRE/MG – Processo n. 0601297-67.2020.6.13.0148 "Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Conduta vedada. Publicidade institucional no período de três meses anteriores à eleição. Abuso de poder político. Eleições 2020. Procedência da ação pelo MM. Juiz Eleitoral por abuso de poder político. Cassação dos diplomas dos candidatos a Prefeito e Vice—Prefeito eleitos. Inelegibilidade. Determinação de novas eleições. "(...) 5) Ausência de citação dos investigados. "Ausência de pressupostos para constituição e desenvolvimento válido do processo. Rejeitada. A citação eletrônica realizada neste processo foi válida, nos termos do artigo 9º da Lei n. 11.419/2006 que dispõe sobre a informatização do processo judicial. Tal norma foi reproduzida pelo artigo 19 da Resolução TSE

n.23.417/2014 sobre processo judicial eletrônico (PJe) da Justiça Eleitoral. Ademais, eventual vício de citação restou suprido pelo comparecimento espontâneo dos demandados (art.239, par,1º, do CPC. Preliminar rejeitada. (...)." (Acórdão de 21.11.2022)

TRE/PE – Processo n. 0600889-82.2020.617.0013 "(...) Não há que se falar em intempestividade do recurso do Ministério Público quando dos autos não se extrai elementos hábeis a se conhecer se a intimação do órgão quanto à sentença foi feita de forma pessoal, conforme lhe assegura prerrogativa legal competente, situação aqui verificada (Inteligência do art. 41, IV, da Lei n. 8.625/93 e LC n. 75/93). Prefaciai rejeitada". (Acórdão de 25.03.2022) TRE/PR – Processo n. 0600541-73.2020.6.16.0116 "(...) As intimações do MPE de acordo com a LC °. 75/93 se dão na forma descrita no Estatuto do MPU: "Art. 18. São prerrogativas dos membros do Ministério Público da União: (...) II - processuais: (...) h) receber intimação pessoalmente nos autos em qualquer processo e grau de jurisdição nos feitos em que tiver que oficiar". Essa norma deve aplicada em conformidade com o disposto no CPC: "Art. 183. (...) § 1º A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico" Conclui-se, portanto, que a intimação dos membros do Ministério Público nos processos eletrônicos é distinta da feita aos advogados que se inicia da publicação no DJE, já que para o MP a intimação se dá a partir da intimação por meio eletrônico." (Acórdão de 21.03.2022)

TRE/PI – Processo n. 0600009-05.2020.618.0000 "(...) Intempestividade do recurso do ministério público. Inépcia da inicial. Nulidade processual por cerceamento do direito de defesa e do contraditório. Violação do contraditório e da ampla defesa por ausência de justificativa para a oitiva de testemunhas da acusação. Impossibilidade de reunião das ações. Rejeição. Descumprimento do ônus da prova acerca dos requisitos dos ilícitos. Não conhecimento. Mérito. Prática de contratações de serviços adotada no município em gestões anteriores. Conduta administrativa irregular. Seara não eleitoral. Fatos parcialmente ocorridos antes do período proibido. Pedido devoto. Ausência de prova robusta. Recursos conhecidos e desprovidos(...)". 1. Preliminar de intempestividade: o prazo recursal para o Ministério Público conta-se da sua intimação pessoal, e não da publicação nomeio oficial, em razão de prerrogativa legal, conforme dispõe o art.18, II, "h", da Lei Complementar n. 75/93, reconhecida de forma reiterada pela jurisprudência desta Justiça Eleitoral de forma que, considerando a certidão cartorária, tem-se como tempestivo o apelo do Parquet". (Acórdão de 28.01.2021)

TRE/MG – Processo n. 720-67.2016.6.13.0120 "(...) O douto Procurador Regional Eleitoral argui, preliminarmente, a nulidade da sentença por ausência de intimação pessoal do Ministério Público Eleitoral de 1º grau , explicando que não foi intimado para acompanhamento da ação, razão pela qual não proferiu nenhuma manifestação ou parecer antes da prolação da sentença. Realmente, conforme bem alega o douto Procurador, a participação do Ministério Público Eleitoral é fundamental nos processos eleitorais. Entretanto, não coaduno com o seu entendimento em relação a declaração de nulidade do presente feito, pois a manifestação do Ministério Público em grau recursal supre a omissão do órgão ministerial de 1º grau". (Acórdão de 29.04.2019)

16. EXECUÇÃO DA DECISÃO

ADI STF - Processo n. 5525 "Direito constitucional e eleitoral. Ação direta de inconstitucionalidade. Previsão, por lei federal, de hipóteses de vacância de cargos majoritários por causas eleitorais, com realização de novas eleições. Inconstitucionalidade parcial. O legislador ordinário federal pode prever hipóteses de vacância de cargos eletivos fora das situações expressamente contempladas na Constituição, com vistas a assegurar a higidez do processo eleitoral e a preservar o princípio majoritário. Não pode, todavia, disciplinar o modo de eleição para o cargo vago diferentemente do que estabelece a Constituição Federal. Inconstitucionalidade do § 4º do art. 224 do Código Eleitoral, na redação dada pela Lei n. 13.165/2015, na parte em que incide sobre a eleição para Presidente, VicePresidente e Senador da República, em caso de vacância, por estar em contraste com os arts. 81, § 1º e 56, § 2º do texto constitucional, respectivamente. É constitucional, por outro lado, o tratamento dado pela lei impugnada à hipótese de dupla vacância dos cargos de Governador e Prefeito. É que, para esses casos, a Constituição não prevê solução única. Assim, tratando-se de causas eleitorais de extinção do mandato, a competência para legislar a respeito pertence à União, por força do disposto no art. 22, I, da Constituição Federal, e não aos entes da Federação, aos quais compete dispor sobre a solução de vacância por causas não eleitorais de extinção de mandato, na linha da jurisprudência do STF. No tocante à exigência de trânsito em julgado da decisão que implica na vacância do cargo, prevista no art. 224, § 3º do Código Eleitoral, seus efeitos práticos conflitam com o princípio democrático e a soberania popular. Isto porque, pelas regras eleitorais que institui, pode ocorrer de a chefia do Poder Executivo ser exercida, por longo prazo, por alguém que sequer tenha concorrido ao cargo. Dessa forma, a decisão de última ou única instância da Justiça Eleitoral que importe o indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário, em regra, será executada imediatamente, independentemente do julgamento dos embargos de declaração. Não se afigura inconstitucional a inclusão da hipótese de "indeferimento do registro" como causa de realização de nova eleição, feita no art. 224, § 3º, do Código Eleitoral. A escolha das causas eleitorais de extinção do mandato e a adoção de medidas para assegurar a legitimidade da investidura de candidato em cargo eletivo são matérias de ponderação legislativa, só sendo passíveis de controle judicial quando se mostrarem desproporcionais ou desvestidas de finalidade legítima. Ação direta de inconstitucionalidade cujo pedido se julga parcialmente procedente, para declarar a inconstitucionalidade da locução "após o trânsito em julgado" prevista no § 3º do art. 224 do Código Eleitoral, e para conferir interpretação conforme à Constituição ao § 4º do mesmo artigo, de modo a afastar do seu âmbito de incidência as situações de vacância nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, bem como no de Senador da República. Fixação da seguinte tese: "O legislador federal pode estabelecer causas eleitorais de vacância de cargos eletivos visando a higidez do processo eleitoral e a legitimidade da investidura no cargo. Não pode, todavia, prever solução diversa da que foi instituída expressamente pela Constituição para a realização de eleições nessas hipóteses. Por assim ser, é inconstitucional a aplicação do art. 224, § 4º aos casos de vacância dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Senador da República". (Acórdão de 08.03.2018)

TSE - Processo n. 0600550-38.2020.6.06.0011 "O Tribunal, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, com efeitos modificativos, para dar provimento ao agravo em recurso especial, a fim de reformar o acórdão regional e julgar procedentes os pedidos formulados na AIJE e, por conseguinte: (i) decretar a nulidade dos votos recebidos pelo PTC no Município de Quixeramobim/CE para o cargo de vereador nas Eleições 2020; (ii) cassar o respectivo DRAP, os diplomas e os registros dos candidatos a ele vinculados, com recálculo dos quocientes eleitoral e partidário; e (iii) declarar a inelegibilidade de [...] e de [...], com a respectiva anotação nos cadastros eleitorais, e determinou, ainda, a execução imediata do

acórdão, independentemente de publicação, nos termos do voto do Relator. (Acórdão de 07.12.2023)

TSE - Processo n. 0601182-94.2022.6.00.0000 "Referendo. Concessão. Tutela provisória de urgência. Eleições 2020. Prefeito. Vice. Efeito suspensivo ativo. Recurso especial. AIJE. Abuso de poder político. Procedência. Condenação. Perda do mandato. Afastamento imediato dos mandatários. Novas eleições. Manutenção do decisum. 1. Decisão monocrática em tutela cautelar antecedente que se submetem ao referendo do Plenário, por meio da qual se atribuiu efeito suspensivo ativo a recurso especial interposto na Ação de Investigação Judicial Eleitoral 0600475-65 para determinar o imediato afastamento do prefeito e do viceprefeito de Viseu/PA eleitos em 2020, cassados pelo TRE/PA por prática de abuso de poder político (art. 22 da LC 64/90), além da realização de eleições suplementares. 2. É remansoso o entendimento desta Corte Superior de que decisões que determinem cassação de diploma de cargos majoritários em decorrência de ilícitos eleitorais sob o rito do art. 22 da LC 64/90 devem ser executadas depois de exauridas as instâncias ordinárias. Essa compreensão foi chancelada pelo Pretório Excelso ao julgar a ADI 5.525, em que se declarou a inconstitucionalidade da locução "após o trânsito em julgado" prevista no § 3º do art. 224 do Código Eleitoral. 3. Em juízo perfunctório, a tese firmada pela Corte de origem - ao submeter a eficácia do decisum de cassação de diploma por abuso de poder político ao exaurimento da instância especial - está em desacordo com a diretriz consolidada pelo TSE e pelo Supremo Tribunal Federal e, ademais, os requeridos não obtiveram provimento cautelar que lhes garante a permanência nos cargos. 4. O perigo da demora afigura-se inequívoco, tendo em vista que os requeridos estão no exercício dos cargos de modo ilegítimo, já que em desacordo com as prescrições legislativas e com a jurisprudência.5. Decisão que se submete a referendo nos termos e limites da fundamentação.". (Acórdão de 20.10.2022)

TSE – Processo n. 0600560-49.2021.6.00.0000 "(...) Tutela Cautelar Antecedente. Eleições 2020. Vereadores. AIJE. Art. 10, § 3º, Da Lei 9.504/97. Fraude à Cota De Gênero. Cassação Dos Mandatos. Execução Imediata. Efeito Suspensivo. Agravo Em Recurso Especial. Juízo Perfunctório. Robustez. Conjunto Probatório. Improcedência." (Acórdão de 05.04.2022)

TSE – Processo n. 0600742-35.2021.6.00.0000 "Eleições 2020. Tutela cautelar antecedente. Candidato a vereador. Fraude à cota de gênero. Abuso de poder. Pedido liminar de efeito suspensivo a recurso especial. Intempestividade do recurso eleitoral no TRE/SC. Atestado médico apresentado pelo advogado da parte. A atuação em outros feitos, a toda evidência, fragiliza a justa causa fundamentada em absoluta incapacidade laborativa, pressuposto imprescindível para se excepcionar a tempestividade recursal. Execução imediata do acórdão determinada pelo TRE/SC. Necessidade de sobrestamento dos efeitos do julgado. Probabilidade do direito invocado e perigo de dano. Presença concomitante. Tutela de urgência deferida. Submissão ao referendo do plenário desta corte superior. Decisão referendada. Agravo interno prejudicado." (Acórdão de 24.03.2022)

TSE – Processo n. 0600218-38.2021.6.00.0000 "Referendo. Concessão. Liminar. Tutela cautelar antecedente. Eleições 2020. Vereador. AIJE. Art. 10, § 3º, da Lei n. 9.504/97. Fraude a cota de gênero. Cassação do mandato. Execução imediata do aresto regional. Efeito suspensivo. Agravo em recurso especial. Fragilidade do conjunto probatório. Plausibilidade das alegações. Configurada. Liminar. Deferimento. "(...) verifico, desse modo, num primeiro olhar, que os argumentos apresentados pelo autor no recurso ao qual pretende seja atribuído efeito suspensivo são, de fato, plausíveis e possibilitam que se conceda a liminar. Por fim, o periculum in mora é incontroverso, já que se determinou no acórdão do TRE/SC, quanto à exequibilidade da presente decisão, ou seja, o afastamento definitivo do recorrente [...] de seu cargo de vereador", que, uma vez publicado o eventual Acórdão em embargos de declaração, ou decorrido o prazo para sua interposição, oficie-se imediatamente ao Juiz da 95ª Zona Eleitoral, com cópia da presente decisão, para execução da sentença. Ante o exposto, defiro a tutela de urgência para conceder efeito suspensivo até o julgamento do AREspE 0600739-54.2020.6.24.0095". (Acordão de 02.09.2021)

TSE – Processo n. 0603900-65.2018.6.05.0000 "(...) 28. Cassado o registro ou diploma de candidato eleito sob o sistema proporcional, em razão da prática das condutas descritas nos arts. 222 e 237 do Código Eleitoral, devem ser considerados nulos, para todos os fins, os votos a ele atribuídos, sendo inaplicável à espécie o disposto no art. 175, § 4º, do mesmo diploma legal. Decisão tomada por maioria, tendo a corrente minoritária se manifestado pela aplicação prospectiva da referida orientação, em decorrência do princípio da segurança jurídica e do disposto no art. 218, II, e no art. 219, IV, da Res.–TSE 23.554. 29. O efeito

suspensivo ope legis de que trata o § 2º do art. 257 do Código Eleitoral cessa com o julgamento do feito pelo Tribunal Superior Eleitoral, a partir do que a douta maioria entende possível a execução imediata do acórdão, mesmo antes da respectiva publicação. "(...) o Tribunal, por unanimidade, a indeferiu e determinou seja oficiado ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para execução imediata da sanção, inclusive para fins de retotalização, nos termos do voto do Relator. (...)". (Acórdão de 13.10.2020)

TRE/SP – Processo n. 0600978-09.2020.6.26.0061 "(...) Como se vê, fica claro, pelo próprio texto da decisão, que, encerrado o julgamento dos recursos, o efeito suspensivo anteriormente concedido se esgota, devendo ser imediatamente cumprido o quanto decidido no Acórdão proferido por esta Corte. E, justamente por esse motivo, ao final do voto, foi determinada a comunicação do MM. Juízo de origem para o cumprimento do Acórdão. Aliás, sobre o tema, não é demais ressaltar que o entendimento fixado pelo E. Tribunal Superior Eleitoral, no julgamento dos ED–REspe nº 139–25: "quanto à inconstitucionalidade da expressão 'após o trânsito em julgado' contida no art. 224, § 3º, do Código Eleitoral – posteriormente confirmado pelo Supremo Tribunal Federal, ao exame da ADI 5525 – autoriza a execução imediata do acórdão proferido pela instância ordinária final que importe a cassação de mandato eletivo, após sua publicação, a resguardar a garantia fundamental da prestação jurisdicional célere bem como a legitimidade exigida para o exercício da representação popular" (Agravo Regimental em Petição nº 060035202 – Salvador/BA, rel. Min. (...), DJE de 05/08/2020, grifei)." (Acórdão de 19.10.2022)

TRE/PE - Processo n. 0600769-07.2020.6.17.0056 "Eleições 2020. Recurso eleitoral. Ação de impugnação de mandato eletivo. Cota de gênero. art. 10, §3º, da lei 9.504/97. Fraude comprovada. "(...) Execução imediata do acórdão. "(...)13. É imediata a execução dos acórdãos que apreciam recursos ordinários interpostos contra decisão proferida por juiz eleitoral que resulte em cassação de registro, afastamento do titular ou perda de mandato eletivo (art. 257, §§ 1º e 2º, do Código Eleitoral; Súmula 14 do TRE-PE).(...)"(Acórdão de 10.10.2023)

TRE/SC – Processo n. 0600565-15.2020.6.24.0105 "Eleições 2020. Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Alegada fraude à cota de gênero (art.10, § 3º, da Lei n. 9.504/1997). Abuso de poder (art. 22 da Lei Complementar n. 64/1990). Sentença julgando

improcedente a ação sob o fundamento de que foi "respeitada a cota de gênero quando da apresentação do DRAP (...)." (....) mérito, a ele dar parcial provimento para: a) reconhecer a prática de abuso de poder; b) cassar os diplomas de todos os candidatos registrados pelo [...] de Garuva nas Eleições 2020, vinculados ao DRAP n. 0600299-28.2020.6.24.0105, desconstituindo seus mandatos; c) declarar a nulidade dos votos conferidos ao [...] de Garuva, nas Eleições 2020, com a distribuição dos mandatos de vereador conquistados pela agremiação aos demais partidos; d) executar o presente julgado após a publicação de eventual Acórdão em embargos de declaração ou com a interposição direta de recurso ao Tribunal Superior Eleitoral, nos termos do voto do Relator". (Acórdão de 07.10.2021)

17. RECURSO

17.1. Prazo

TSE - Processo n. 0000687-35.2016.6.11.0055 "Agravo interno. Agravo em recurso especial. Eleições 2016. Vereador. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Fraude. Cota de gênero. art. 10, § 3º, da lei 9.504/97. Intempestividade. Negativa de provimento. 1. No decisum monocrático, assentou-se a intempestividade de agravo interposto contra decisão da Presidência do TRE/MT em que se inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão no qual se manteve a procedência dos pedidos em Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) relativa a fraude à cota de gênero. 2. Consoante o art. 279, caput, do Código Eleitoral, o prazo para se interpor agravo em recurso especial é de três dias contados da publicação do decisum denegatório de admissibilidade.3. No caso, a decisão da Presidência do TRE/MT em que se negou seguimento ao recurso especial foi publicada em 28/10/2022, enquanto o protocolo do respectivo agravo ocorreu apenas em 16/11/2022, sendo, assim, intempestivo. 4. A justificativa apresentada pelo agravante, no sentido de que protocolou seu recurso dentro do prazo, porém em autos apartados diretamente nesta Corte Superior, não merece acolhimento. Afinal, conforme os arts. 279 do Código Eleitoral e 1.042, § 2º, do CPC/2015, a interposição do agravo deve ocorrer perante o Tribunal a quo. Além disso, como bem ressaltou a d. Procuradoria-Geral Eleitoral em seu parecer, "a pretensão de que, nos autos principais, o agravo seja analisado considerando a data do protocolo original perante o TSE desconsidera a preclusão consumativa já configurada". 5. Agravo interno a que se nega provimento. (Acórdão de 19.09.2023)

TSE - Processo n. 0601055-76.2020.6.13.0094 "Eleições 2020. Embargos de declaração. Agravos internos. Recurso especial. AIJE. Vereador. Fraude na cota de gênero. Ausência de omissões. Embargos de declaração rejeitados. (...).4. Conforme a jurisprudência do TSE, os embargos de declaração opostos por uma das partes não interrompem ou suspendem o prazo que a outra dispõe para embargar de declaração a mesma decisão, pois o prazo recursal é comum entre elas. Precedente. 5. Embargos de declaração rejeitados(..)". (Acórdão de 06.06.2023)

TSE – Processo n. 0600605-48.2020.6.05.0065 "Eleições 2020. Agravo interno. Agravo em recurso especial. AIJE. Vereador. Fraude na cota de gênero. Sentença de procedência reformada pelo TRE. Provas robustas. Soma das circunstâncias do caso. Interposição do recurso pelos candidatos não eleitos. Não conhecimento. Interposição do recurso pelos demais candidatos. Conhecimento. Decisão mantida por seus fundamentos. "(...). Ocorre que, nas razões do presente recurso, os agravantes sequer se insurgem contra o fundamento que inviabilizou o conhecimento dos embargos de declaração em relação a alguns dos embargantes, aduzindo tão somente a inocorrência da fraude na cota de gênero. De acordo com o art. 1.026, caput, do CPC/2015, os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de outros recursos. Importante destacar que os embargos de declaração sempre interrompem o prazo para o manejo de outros recursos, salvo se não foram conhecidos, ante a irregularidade de representação processual. Nos termos da jurisprudência pátria, "[...]. Tendo em vista que os embargos de declaração não foram conhecidos ante a irregularidade de representação e o óbice da Súmula 115/STJ, não há que se falar em interrupção do prazo para interposição de outros recursos. Precedentes: AgRg nos EDcl no AREsp 309.348/SP, Rel. Ministro [...], Quarta Turma, DJe 29/05/2013; AgRg nos EDcl no REsp 1343222/RS, Rel. Ministro [...], Segunda Turma, DJe 08/05/2013; AgRq nos EDcl no Aq 1413986/SC, Rel. Ministro [...], Terceira Turma, DJe 21/08/2012; EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 444.755/BA, Rel. Ministro [...], Primeira Turma, DJ 25/10/2004 [...]" (STJ: AgRg nos EDcl no REsp n. 1.397.904/RS, rel. Min. [...], Primeira Turma, julgado em 19.8.2014, DJe de 27.8.2014). Assim, não tendo sido conhecidos os

embargos de declaração, não houve a interrupção do prazo para a interposição do presente agravo interno, em relação aos seguintes agravantes: (...).". (Acórdão de 06.12.2022)

TSE – Processo n. 0601109-90.2020.6.13.0175 "(...) 4. O art. 7°, § 3°, da Res.–TSE 23.478 é categórico quanto à fixação do prazo de 3 dias ininterruptos, em regra, para interposição dos recursos, no âmbito da Justiça Eleitoral." (Acórdão de 02.06.2022)

TSE – Processo n. 422-70.2016.6.13.0251 "(...) É intempestivo o recurso especial eleitoral interposto após o fim do tríduo legal. O recorrente não se desincumbiu do ônus de comprovar a alegada indisponibilidade do sistema da Justiça Eleitoral, de modo que seu recurso não deve ser conhecido". (Acórdão de 30.05.2019)

TSE – Processo n. 7634-25.2014.619.0000 "(...) De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, o termo inicial para interposição de recurso pelo Parquet deve ser contado a partir de sua intimação pessoal em secretaria, nos termos do art. 18, II, "h", da LC n. 75/93. E uma vez fixada a intimação pessoal como marco inicial, deve-se perquirir sobre a forma de contagem dos prazos processuais, que, a teor do art. 184 do Código de Processo Civil, excluiu o dia do começo e inclui o dia do fim". (Acórdão de 09.04.2019)

TRE/SP – Processo n. 0600449-91.2020.6.26.0286 "(...) . Neste aspecto, ressalte-se que o artigo 258 do Código Eleitoral prescreve que, "sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em três dias da publicação do ato, resolução ou despacho". No caso, a Zona Eleitoral certificou nos autos que o sistema PJE registrou ciência da r. sentença pelo Ministério Público Eleitoral no dia 12/06/2023. Assim, o prazo de 3 (três) dias para interposição de recurso pelo parquet iniciou-se no dia 13 de junho de 2023, findando-se em 15 de junho de 2023. Por conseguinte, é tempestivo o recurso interposto em 15 de junho de 2023 (ID nº 116914867)". (Acórdão de 16.04.2024)

TRE/MG - Processo n. 0600751-92.2020.6.13.0089 "(...)O recurso é próprio e tempestivo. A decisão que rejeitou os embargos de declaração tempestivos (ID 71399400) foi publicada em 1º/3/2023 (quarta-feira), conforme consulta ao DJE. O prazo recursal de três dias iniciouse em 2/3/2023 (quinta-feira) e o recurso foi interposto em 6/3/2023 (segunda-feira), primeiro dia útil após 4/3/2023 (sábado), termo final do prazo. (Acórdão de 30.11.2023)

TRE/MG – Processo n. 0600407-26.2020.6.13.0085 "Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Eleições municipais 2020. Propaganda eleitoral paga na

internet. Art. 57–c, da lei 9.504/97. Uso indevido dos meios de comunicação social. Art. 22 lc 64/90. Sentença improcedente.1. Da preliminar de não conhecimento do recurso, em razão da intempestividade - rejeitada. Recurso interposto antes da publicação da sentença recorrida. Incidência do art. 218, §4º do Código de Processo Civil, segundo o qual "será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo". Recurso tempestivo.". (Acórdão de 07.12.2022)

TRE/MG - Processo n. 0601048-88.2020.6.13.0125 "Recurso eleitoral. AIJE. Eleições municipais 2020. Abuso de poder econômico. Captação ilícita de sufrágio. Sentença improcedente. 1. Preliminar de intempestividade – afastada. Inexistência de previsão de prazo recursal específico para a AIJE na Lei Complementar 64/90. Aplicação, no caso, do art. 258 do Código Eleitoral. Recurso tempestivo. Acerca do prazo para interposição do recurso, o art. 258 do Código Eleitoral assim dispõe: Art. 258. Sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em três dias da publicação do ato, resolução ou despacho. (Destaque nosso.) Assim, em virtude da inexistência de previsão de prazo recursal específico para a AIJE, na Lei Complementar n. 64/90, aplica-se, ao caso, o art. 258 do Código Eleitoral. No caso em apreço, conforme consulta de ofício realizada por este Relator, verifica-se que a sentença recorrida foi publicada no DJE TRE/MG n. 108/2021 (p. 531/536) em 16/6/2021, quarta-feira. Logo, o tríduo legal para a interposição do recurso findou-se em 21/6/2021, segunda-feira. Compulsando os autos eletrônicos, verifica-se que o recurso foi trazido aos autos no dia 21/6/2021 (ID 64799795), observando-se, portanto, o prazo recursal de 3 (três) dias consubstanciado no art. 258 do Código Eleitoral. Ante o exposto, tendo em vista a tempestividade do recurso ora interposto, rejeito a presente preliminar.". (Acórdão de 13.10.2022)

TRE/MG – Processo n. 0601170-75.2020.6.13.0263 "Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Fraude à cota de gênero. Art. 10, § 3º, Lei 9.504/97. Extinção do processo sem resolução do mérito. Intempestividade recursal. Justa causa. Não comprovação. Recurso não conhecido. 1.É intempestivo recurso ordinário interposto em processo de ação de investigação judicial após o prazo de três dias contados da publicação da sentença no Diário Judicial Eletrônico (DJE), na dicção do art. 258 do Código Eleitoral. 2.A enfermidade que acomete o advogado somente se caracteriza como justa causa, a ensejar o conhecimento do recurso interposto fora do prazo, quando o impossibilita totalmente de

exercer a profissão ou de substabelecer o mandato, nos termos do art. 223 do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido". (Acórdão de 05.10.2021)

17.2. Recurso de Terceiro interessado

TSE – Processo n. 0600832-11.2020.6.16.0072 "Eleições 2020. Agravo regimental. Agravo em recurso especial. Apelo nobre. Intempestividade reflexa. Embargos de declaração. Extemporaneidade. Acórdão regional. Julgamento. Recursos eleitorais. Ação de investigação judicial eleitoral. Ação de impugnação de mandato eletivo. Reconhecimento. Fraude. Cota de gênero. Partido político. Assistente simples. Recurso autônomo. Ilegitimidade. Negativa de seguimento. 3. Sobreveio a interposição de agravo em recurso especial pelo Diretório Municipal do (...), ao qual – observado o disposto no art. 10 do Código de Processo Civil – foi negado seguimento, por meio da decisão ora agravada, em razão da inviabilidade do apelo nobre, tendo em vista a ilegitimidade do referido partido para recorrer de forma autônoma na condição de assistente simples. 4. Nas razões do agravo regimental, o Diretório Municipal do (...) defende a sua legitimidade para interpor recurso de forma autônoma na espécie, sob o argumento de que não seria mero assistente simples, mas, sim, assistente qualificado, pois teria interesse jurídico próprio na causa e relação jurídica de direito material com os adversários dos assistidos, a qual seria alcançada pelos efeitos da decisão proferida, qualificando-se ainda como terceiro prejudicado. "(...) 7. Tal como assinalado na decisão agravada, o recurso especial não pode ser conhecido, pois foi interposto pelo Diretório Municipal do (...), o qual não tem legitimidade para recorrer de forma autônoma no caso, por ter sido admitido nos feitos eleitorais como assistente simples dos demandados e porque os assistidos não apresentaram recurso em face do acórdão regional, que lhes foi desfavorável.8. Na linha da jurisprudência deste Tribunal Superior, "não se admite recurso interposto pelo assistente simples contra decisão da qual o assistido não se insurgiu" (AgRREspEl 0600139-23, rel. Min. [...], DJE de 15.3.2022). Igualmente: "Na esteira do entendimento deste Tribunal Superior Eleitoral, ausente legitimidade do assistente simples para interposição de recurso autônomo em relação à parte assistida, ante o caráter acessório de sua atuação" (AgR-Pet 0600618-23, rel. Min. [...], DJE de 25.5.2020).". (Acórdão de 02.09.2022)

TSE – Processo n. 0005370-03.2014.6.13.0000 "(...) Do recurso interposto pelo (...) na condição de terceiro interveniente.3. Ainda que superável a irregularidade decorrente da não indicação, pelo (...), da parte a quem pretende assistir, o possível assistido e autor das ações se quedou inerte, contra a decisão regional, vedada a interposição de recurso autônomo pelo assistente simples. 4. Não se evidencia, ainda, interesse jurídico direto na causa, a viabilizar a admissão como terceiro prejudicado. Deixou a agremiação de demonstrar de que forma a sua esfera jurídica seria diretamente atingida pela manutenção da cassação dos diplomas dos recorrentes. Na linha da orientação firmada por este Tribunal Superior, os votos anuláveis pertencem à legenda pela qual eleitos os parlamentares eventualmente cassados, a teor do art. 175, §§ 3º e 4º do Código Eleitoral, uma vez proferida a decisão pela Justiça Eleitoral, no caso concreto, após a realização do pleito, em 27.8.2015. 5. À míngua da demonstração do interesse jurídico, resta inviabilizado o conhecimento do recurso especial, uma vez que, na linha da jurisprudência desta Casa, "a incidência de efeitos jurídicos por via reflexa não tem o condão de possibilitar a intervenção na lide de terceiro interessado." (REspe n. 264164/RR, Rel. Min.[...], DJ de 28.2.2014)". (Acórdão de 21.08.2022)

TSE – Processo n. 0600561-68.2020.6.26.0057 "Agravo interno. Recurso especial. Eleições 2020. Vereador. AIJE. Fraude à cota de gênero. Recurso eleitoral não conhecido. Assistente litisconsorcial. Legitimidade recursal. Retorno dos autos. Negativa de provimento.(...). No decisum monocrático, deu—se provimento ao recurso especial interposto por candidato ao cargo de vereador de Itararé/SP em 2020 e primeiro suplente do Partido (..), assistente do Ministério Público neste feito, para anular os arestos a quo e determinar o retorno dos autos ao TRE/SP a fim de que, conhecendo de seu recurso eleitoral, analise o respectivo mérito. 2. Consoante já assentou esta Corte, a condição do assistente fica definida no momento de seu ingresso no feito. Precedentes. 3. No caso, é inequívoco que, ao julgar declaratórios, a Corte de origem afirmou de modo expresso que o ora agravado fora admitido pelo juiz de primeiro grau como assistente litisconsorcial. 4. Desse modo, é forçoso reconhecer que a condição de assistente litisconsorcial do agravado, que não foi impugnada, já se consolidara no momento em que ele interpôs recurso eleitoral. Incabível, portanto, que o TRE/SP a modificasse a posteriori. 5. Reconhece—se, assim, que o agravado detinha legitimidade para interpor

recurso eleitoral contra a sentença, ainda que o Parquet, a quem assiste no feito, não tenha recorrido. Precedentes". (Acórdão de 30.06.2022)

TRE/ES – Processo n. 0600660-17.2020.6.08.0032 "Eleições 2020. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Vereador. Fraude à cota de gênero. Sentença de improcedência. Ausência de recurso do titular da ação. Recursos interpostos por assistentes simples. Condição definida no momento do ingresso no feito. Ausência de legitimidade recursal. Caráter acessório da atuação. Precedentes. Recurso não conhecido.1. A condição do assistente fica definida no momento de seu ingresso no feito, sem possibilidade de revisão posterior. Precedentes.2. O assistente simples não tem legitimidade para interposição de recurso autônomo em relação à parte assistida, ante o caráter acessório de sua atuação, especialmente diante de manifestação contrária do assistido. Precedentes.3. Recursos não conhecidos.". (Acórdão de 30.09.2022)

TRE/CE - Processo n. 0600419-49.2020.6.06.0048 "Eleições 2020. Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Partido. Assistente simples. Embargos de declaração. Finalidade vinculada. Novo julgamento da causa. Impossibilidade. Esclarecimentos prestados. Recursos conhecidos e parcialmente providos, sem efeitos infringentes. "(...) 2. Inicialmente convém apreciar o pedido formulado pelo Diretório Nacional do (...) para ingresso na lide como assistente simples do recorrido [...]. O ingresso de terceiro nos autos como assistente simples exige a presença de interesse jurídico (CPC, art. 119), ou seja, a demonstração da existência de relação jurídica integrada pelo assistente que será diretamente atingida pelo provimento jurisdicional, não bastando o mero interesse de fato, econômico, moral ou corporativo. Não restou evidenciado o interesse jurídico direto e qualificado do Partido em relação ao Deputado [...], mas mera pretensão reflexa e indireta (candidatura de filiado em pleito superveniente), já que a manutenção da condenação do recorrente nessa demanda resulta exclusivamente na sua inelegibilidade, sanção de natureza personalíssima, sem repercussão no exercício do mandato parlamentar, o que suprime qualquer interesse processual do Partido. Por outro lado, existe interesse jurídico do Partido em relação à Prefeita [...], filiada ao (...), visto que a procedência dos pedidos resulta na cassação do diploma de cargo majoritário que ela exerce atualmente. Precedentes. Deferido, em parte, o pedido formulado pelo Diretório Nacional do Partido(...) para ingresso na lide como assistente simples da recorrida [...].". (Acórdão de 25.07.2022)

TRE/CE - Processo n. 0600079-91.2020.6.06.0009 "Eleições 2020. Recurso eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Cota de gênero. Assistente simples. Recurso autônomo. Inadmissibilidade. Ilegitimidade recursal. Não conhecimento do apelo. Sentença mantida. Improcedência dos pedidos autorais. "(...) 3. Por ter entendido o Magistrado sentenciante pela ausência de provas do alegado, inferindo pela improcedência; os recorrentes, na condição de assistentes simples, pois assim admitidos nesta ação no Juízo a quo, interpuseram recurso eleitoral de forma autônoma, já que o autor (MPE) conformou-se com o decisum, não apresentando insurgência.4. Todavia, a "jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, reafirmada na vigência do Código de Processo Civil de 2015, é no sentido de que o assistente simples é parte ilegítima para recorrer da decisão contra a qual o assistido não se insurgiu." (Recurso Ordinário n. 060079292, Acórdão, Relator(a) Min. [...], Relator designado Min. [...], Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônico, Tomo 163, Data 23/08/2019).5. Nesse contexto, inadmissível o apelo sob análise, visto que, no processo eleitoral, candidatos suplentes são admitidos como assistentes simples e não como assistentes litisconsorciais. Em razão disso, sua atuação é acessória, não possuindo autonomia para recorrer, quando a parte assistida não o fizer.6. Recurso não conhecido, pois ilegítimas as partes recorrentes pela condição que figuram neste processo.7. Sentença mantida. Improcedência dos pedidos autorais.". (Acórdão de 30.06.2022)

TRE/PR – Processo n. 0600316-90.2020.6.16.0039 "(...) Eleições 2020. Recurso Eleitoral. Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Fraude à Cota De Gênero. Improcedência. Recurso por terceiro que não demonstrou o interesse jurídico na causa. Art. 996, Parágrafo Único, Do Cpc. Recurso Não Conhecido. 1. Segundo a inteligência do art. 996, parágrafo único, do CPC, o terceiro prejudicado poderá interpor recurso desde que demonstre o seu interesse jurídico na causa. 2. Ausente a demonstração e comprovação de tal interesse, não compete ao julgador supri-las e nem presumir qual seria o direito do qual o terceiro seria titular. Precedentes do TSE e do STJ. (Acórdão de 11.05.2022)

TRE/MG – Processo n. 0601012-55.2020.6.13.0219 "(...) Verifica-se que, pela dinâmica da regra prevista no art. 996 do CPC, o interesse em recorrer se estabelece pelos critérios da sucumbência e da demonstração de que a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial possa atingir direito de que se afirme titular ou que possa discutir em Juízo na qualidade de substituto processual. Assim dispõe o comando legal em referência: (...). Na

petição recursal acostada no ID n. [...], não há registro de sequer um parágrafo a justificar o interesse jurídico de [...] em se insurgir, em sede recursal, contra os termos da sentença, que não lhe foi desfavorável. Com esses fundamentos, acolho a preliminar e não conheço do recurso de que trata o ID n. [...] com relação a [...]". (Acórdão de 01.09.2021)